

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

Ronaldo Wilson de Godoi

Políticas Públicas no Meio Rural: uma análise do PNCF e do PAA
nos assentamentos Banco da Terra em Angatuba/SP

ARARAQUARA-SP

2022

Ronaldo Wilson de Godoi

**Políticas Públicas no Meio Rural: uma análise do PNCF e do PAA
nos assentamentos Banco da Terra em Angatuba/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientador: **Profº Drº Henrique Carmona Duval**

Coorientador: **Profº Drº Joelson Gonçalves Carvalho**

ARARAQUARA-SP

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

G531p Godoi, Ronaldo Wilson de

Políticas públicas no meio rural: uma análise do PNCF e do PAA nos assentamentos Banco da Terra em Angatuba/SP/Ronaldo Wilson de Godoi. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2022.
120f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carmona Duval

Coorientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves Carvalho

1. Programa Nacional de Crédito Fundiário. 2. Programa de Aquisição de Alimentos. 3. Agricultura familiar. 4. Sistema produtivo.

I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Ronaldo Wilson de Godoi*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. Leandro de Lima Santos
UFSCAR – Lagoa do Sino

Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP 15 de fevereiro de 2022.

“A única utopia que os agricultores carregam consigo é a utopia da esperança. Esperança que dias melhores virão, que o suor de seu trabalho seja valorizado, que sua contribuição social seja, de fato, reconhecida.” (Ezequiel Redin)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos agricultores familiares assentados, pela coragem e luta por permanecerem no meio rural, os quais desempenham em suas vidas uma das mais importantes atividades: para saciar a fome da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por permitir que todas as conquistas em minha vida estejam se concretizando. E à minha família: meus pais Maximiliano e Odete, que sempre me apoiaram e me deram toda educação para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje, e aos meus irmãos: Larissa e Leonardo, Aline, Liliane, Claudia, Cristiane, Viviane, Joseane (*in memoriam*), Luiz Carlos, Elias (*in memoriam*) - que tinha orgulho de falar que seu irmão seria um doutor - e Henrique (*in memoriam*), por fazerem parte da minha vida e contribuírem com este momento.

Aos agricultores assentados do município de Angatuba, pela coragem e pela luta de permanecerem no meio rural, e também por deixarem seus afazeres e dedicarem seu tempo e atenção durante a pesquisa de campo.

De modo especial, agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Henrique Carmona Duval, por ter feito um papel primordial na minha formação como pesquisador e por ter me despertado uma grande admiração pela área da pesquisa, desde a minha graduação. Agradeço por toda sua dedicação e competência nas orientações, que foram determinantes para a construção e qualidade deste trabalho. Muito do que aprendi sobre a elaboração da pesquisa, deve-se ao seu acompanhamento e comprometimento.

Gostaria de agradecer também ao meu coorientador, Professor Dr. Joelson Gonçalves Carvalho, por todo o apoio e sugestões essenciais para realização deste trabalho, e por ter participado ativamente em minhas apresentações.

Não poderia deixar de agradecer aos professores Luiz Manoel e Leandro Lima, que sempre me apoiaram desde que os conheço, e também por fazerem parte da construção deste trabalho. Também deixo aqui meus agradecimentos a Profa. Dra. Vera Botta e Prof. Dr. Ricardo Borsatto, que também contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço aos colegas, professores e à toda secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. As disciplinas cursadas e as trocas de experiências com os colegas e professores foram fundamentais para minha formação e para a elaboração deste trabalho.

Também deixo aqui meu agradecimento e carinho especial à Tamíris, minha companheira de longa data, que sempre esteve ao meu lado me apoiando, sempre disposta a ajudar e a fazer meus dias mais felizes. E à sua família, Rosangela e Taís, por também fazerem parte dessa minha conquista.

RESUMO

O presente trabalho partiu de uma proposta de realizar uma análise do PNCF e do PAA nos assentamentos Banco da Terra no município de Angatuba/SP, região sudoeste do estado de São Paulo. O principal objetivo foi analisar se o PAA está ou não servindo como um caminho para o desenvolvimento das famílias assentadas e o que mudou na conjuntura recente. A pesquisa investigou também a origem e a trajetória desses assentamentos, as ações públicas realizadas pela prefeitura municipal de Angatuba e de órgãos de assistência técnica do estado, bem como a atuação das associações de produtores. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, levantamento e sistematização de dados secundários referentes ao programa no município de Angatuba/SP e trabalho de campo para obtenção de informações primárias com as famílias assentadas. O PAA vinha se apresentando como uma das melhores alternativas ao escoamento da produção, mas a partir de meados do ano de 2017 seu decréscimo vem afetando negativamente indicadores como a diversificação da produção, os canais de comercialização e a renda das famílias. Em um quadro mais amplo de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura familiar, no qual se somam as perspectivas do programa de titulação dos assentamentos, os resultados desta pesquisa contribuem para a compreensão de um processo que coloca em risco a segurança alimentar das famílias assentadas e a continuidade dos próprios assentamentos.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Crédito Fundiário. Programa de Aquisição de Alimentos. Agricultura Familiar. Sistema produtivo.

ABSTRACT

The present work started with a proposal to carry out an analysis of the PNCF and the PAA in the Banco da Terra settlements in the municipality of Angatuba/SP, southwest region of the state of São Paulo. The main objective was to analyze whether or not the PAA is serving as a path for the development of settled families and what has changed in the recent conjuncture. The research also investigated the origin and trajectory of these settlements, the public actions carried out by the municipal government of Angatuba and technical assistance bodies in the state, as well as the performance of producer associations. The methodology included bibliographic research, survey and systematization of secondary data referring to the program in the city of Angatuba/SP and field work to obtain primary information with the settled families. The PAA had been presenting itself as one of the best alternatives to the flow of production, but from mid-2017 onwards its decline has negatively affected indicators such as production diversification, marketing channels and family income. In a broader picture of the dismantling of public policies for family farming, in which the perspectives of the settlement titling program are added, the results of this research contribute to the understanding of a process that jeopardizes the food security of settled families and the continuity of the settlements themselves.

Keywords: National Land Credit Program. Food Acquisition Program. Family farming. Production system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da cidade de Angatuba/SP	211
Figura 2 – Produção Agropecuária em Angatuba/SP.....	222
Figura 3 – Valor da Transformação Industrial por setor de atividade.....	222
Figura 4 – Localização dos Assentamento Banco da Terra 1 e 2, em Angatuba/SP.....	233
Figura 5 – Porcentagem de área ocupada, por tipo de agricultura no Brasil.....	277
Figura 6 – Porcentagem de estabelecimentos classificados como agricultura familiar no Brasil	277
Figura 7 – Número de famílias assentadas no período 1985-2014 no Brasil.....	36
Figura 8- Distribuição percentual dos recursos do PAA por região em 2016.....	61
Figura 9 – Evolução das modalidades de PAA de 2009 a 2016.....	62
Figura 10 – Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização em 2016	62
Figura 11 – Demonstrativo da demanda recebida por modalidade em 2019.....	63
Figura 12 – Distribuição percentual dos recursos do PAA por modalidade em 2019.....	64
Figura 13 – Distribuição dos recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2016 (%)	64
Figura 14 – Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores em 2016	65
Figura 15 – Distribuição dos projetos por categorias de beneficiários fornecedores em 2016	66
Figura 16 – Diversidade de produtos adquiridos pelo PAA no ano de 2016	66
Figura 17 – Quantidade de produtos adquiridos por fonte de recursos em 2016 (por Kg)	67
Figura 18 – Número de beneficiários fornecedores participantes do PAA, por fonte de recursos, em 2016.....	68
Figura 19 – Número de Unidades Receptoras, por região, em 2016	69
Figura 20 – Número de Unidades Receptoras, por região, em 2019	69
Figura 21 - Unidades receptoras atendidas pelo PAA no ano de 2016.....	70
Figura 22 – Mapa brasileiro dos municípios participantes do PAA no ano de 2016	71
Figura 1 - Localização da cidade de Angatuba/SP	20
Figura 2 - Produção Agropecuária em Angatuba/SP.....	21
Figura 3 - Valor da Transformação Industrial por setor de atividade	21
Figura 4 - Localização dos Assentamento Banco da Terra 1 e 2, em Angatuba/SP	22
Figura 5 - Porcentagem de área ocupada, por tipo de agricultura no Brasil.....	26

Figura 6 - Porcentagem de estabelecimentos classificados como agricultura familiar no Brasil	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de Análise	26
Quadro 2 – Classificação dos grupos e linhas PRONAF na safra 2020-2021	56
Quadro 3 – Quadro síntese das modalidades de execução do PAA em 2014	58
Quadro 4 – Resultados obtidos do PAA por meio das Categorias de Análise.....	102

LISTA DE SIGLAS

AAFA	Associação dos Agricultores Familiares de Angatuba
AAFAP	Associação dos Agricultores Familiares Alto Perobal
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIR	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
CLT	Consolidação das leis Trabalhistas
COLANG	Cooperativa dos Produtores Rurais de Angatuba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	Coronavírus Disease
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPR	Combate à Pobreza Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FE	Formação de Estoque
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MEPF	Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NPT	Nossa Primeira Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCRFB	Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária
PCT	Projeto Cédula da Terra
PMAA	Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município de Angatuba
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRR	Programa de Regularização Tributária Rural
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAAM	Reforma Agrária Assistida pelo Mercado
SAF	Secretária da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SESAN	Secretária Nacional de Segurança Alimentar
SIC	Subprojetos de Investimento Comunitário
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SRA	Secretária de Reordenamento Agrário
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
SUS	Sistema Único de Saúde
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OBJETIVOS.....	18
2.1	Objetivo Geral.....	18
2.2	Objetivos Específicos	18
3	METODOLOGIA	18
3.1	Região sudoeste Paulista: breves apontamentos históricos.....	18
3.2	Caracterização da área de estudo.....	19
3.3	Coleta de Dados e Referencial Teórico-Metodológico.....	22
4	REFERENCIAL TEÓRICO	25
4.1	Reforma Agrária de mercado no Brasil	25
4.1.1	Cédula da Terra.....	40
4.2	Assentamentos Rurais Banco da Terra	42
4.3	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	45
4.4	Políticas Públicas em Assentamentos Rurais	49
4.4.1	Desenvolvimento Rural e Sistemas Produtivos em Assentamentos Rurais	49
4.4.2	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	52
4.4.3	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	54
4.5	Representatividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nível nacional	60
4.5.1	Relações dos recursos e produtos adquiridos pelo PAA.....	65
4.5.2	Representatividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nível municipal	73
4.6	Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Sistema de Produção da Agricultura Familiar	77
4.7	Desafios do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional.....	78
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
5.1	Caracterização das famílias	84
5.2	Dimensão Social e PNCF	86
5.3	Dimensão Econômica e PAA.....	94
5.4	Dimensão da Produção.....	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	107

7 ANEXO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES ASSENTADOS DO BANCO DA TERRA EM ANGATUBA/SP 112

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a agricultura familiar vêm ganhando, cada vez mais, destaque e legitimidade social, política e acadêmica no Brasil. Suas perspectivas de futuro, especialmente relacionadas ao desenvolvimento rural, vêm sendo muito discutidas, seja nos encontros e nas orientações dos movimentos sociais rurais, até em órgãos governamentais e segmentos acadêmicos, principalmente por pesquisadores que estudam esta temática relacionada ao mundo rural.

Os estudos rurais foram impulsionados na década de 1980 pelos movimentos sociais do campo, que reviveram uma efervescência neste período, sobretudo em razão do sindicalismo rural e da criação de movimentos de luta pela terra, como a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), em 1984. Além disso, a introdução da categoria “agricultura familiar” nas políticas públicas, nas décadas de 1980 e 1990, foi capaz de oferecer retornos sociais favoráveis, como a criação de um setor de assentamentos rurais, a partir do primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, e com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

A partir de 2003, há uma nova conjuntura política e a criação de políticas públicas mais eficientes, do ponto de vista do desenvolvimento rural, e do fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, a partir de 2016 essa agenda sofre retrocessos.

Este estudo teve o propósito de descrever e realizar uma análise do PNCF e do PAA nos assentamentos Banco da Terra no município de Angatuba/SP. Foi analisado a efetividade do PAA no assentamento até o ano de 2017 e identificado como o programa contribuía para as estratégias produtivas e de comercialização das famílias. Posteriormente, foram analisadas quais estratégias os agricultores estão utilizando após a redução orçamentária do programa no primeiro semestre de 2017, identificando assim, quais são as principais produções e os respectivos canais de comercialização que os agricultores estão buscando para seus produtos em substituição ao PAA.

No início da elaboração deste trabalho os principais objetivos estavam mais voltados a analisar os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o sistema de produção de agricultores assentados, tendo-se como parâmetro os períodos anteriores e posteriores ao ano de 2017, quando houve um forte esvaziamento político e orçamentário do

programa. Pretendia-se analisar seus anos de mais forte atuação, e compreender os impactos negativos que os beneficiários do programa tiveram a partir de 2017.

No entanto a pesquisa percorreu outros caminhos analíticos ao abranger as experiências das famílias assentadas em um assentamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf). Ampliou-se o leque de análise das políticas públicas a partir do modo de vida das famílias. Assim, também pôde-se compreender a atuação das associações de agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2 em diferentes períodos, desde a criação dos assentamentos, no ano 2000, bem como nos anos de atuação do PAA no município de Angatuba/SP. Os resultados da pesquisa apontam que o PAA passou por três etapas de execução nos assentamentos Banco da Terra, a primeira foi sua efetividade como política pública nos seus primeiros anos de atuação, em seguida os impactos que ocorreram após a redução orçamentária do programa no ano de 2017 e por último as estratégias de adaptação que a maioria dos agricultores tiveram que utilizar para permanecerem no assentamento e quitarem suas dívidas com o PNCf.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para reforçar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre os sistemas de produção das famílias nos assentamentos Banco da Terra em Angatuba, e que por consequência, para as condições de segurança alimentar dessas famílias e daquelas beneficiárias em situação de vulnerabilidade social no município. Além disso, espera-se contribuir para a compreensão das dificuldades de manutenção das propriedades e do desenvolvimento das famílias nos lotes dos assentamentos do PNCf em toda sua história, mas especialmente agora sem o PAA.

Os resultados desta pesquisa confirmam que o Programa de Aquisição de Alimentos foi a principal política pública e a que mais trouxe retornos favoráveis aos agricultores assentados e às famílias carentes no município, e constatou que nos primeiros anos de atuação do programa os agricultores tiveram uma maior renda em suas propriedades. O propósito dos projetos de assentamentos rurais tem o principal foco em proporcionar o desenvolvimento rural e territorial, através da agricultura familiar, possibilitando a geração de emprego e renda, mas para que isso aconteça deve-se ter estabilidade no campo dos atores governamentais, para que se possa proporcionar a efetividade de políticas públicas nos territórios ao longo do tempo. Isso poderá refletir positivamente aos produtores rurais, no qual irá motivá-los a permanecerem nos assentamentos e continuarem a cultivar uma grande variedade de produções, para que possam obter uma renda digna no campo, proporcionar a segurança

alimentar as famílias com situações de vulnerabilidade social, podendo assim mitigar a insegurança alimentar na sociedade e combater a fome.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

2.1 O objetivo geral deste trabalho foi analisar os impactos do PNCF e PAA no modo de vida das famílias dos assentamentos Banco da Terra 1 e 2, em Angatuba/SP.

2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, buscou-se alcançar os seguintes objetivos:

- Investigar as especificidades dos assentamentos do PNCF e os principais problemas ocorrido desde a compra das terras até os dias atuais.
- Analisar a efetividade do PAA até o ano de 2016 nos assentamentos e como o programa contribuía para as estratégias produtivas de comercialização dos assentados.
- Investigar os impactos da redução do PAA nos sistemas produtivos, na diversificação da produção e na organização interna das famílias.
- Identificar quais estratégias de adaptação que os agricultores estão utilizando após a redução orçamentária do programa em 2017.

3. METODOLOGIA

1.1 Região sudoeste Paulista: breves apontamentos históricos

De acordo com Corrêa (2013 apud SANTI, 2020, p. 28-29) a representação histórica de vulnerabilidade social e de pobreza na região sudoeste paulista tem suas raízes desde o período colonial, devido a uma fase de ocupação violenta, levando à expulsão e erradicação dos povos indígenas que ali viviam. A região Sudoeste Paulista é um território que teve uma importante ligação com a rota dos tropeiros, que ligava o extremo sul do Brasil até o estado de São Paulo. Nos anos de 1820, Auguste Saint-Hilaire, renomeado naturalista francês, percorreu a região de Itapeva-SP com uma expedição, e não deixou de relatar a situação precária que os cidadãos viviam: extrema pobreza, fome e desigualdade social. Segundo suas exposições, grande parte dos habitantes da região eram muito pobres, moravam em casebres e produziam somente o essencial para sobreviver. Quando podiam, vendiam seus excedentes para viajantes

e tropeiros que percorriam a região. Grande parte das sesmarias da região do Sudoeste Paulista pertencia a cidadãos que conseguiram gerar fortunas com o comércio de tropas, mas investiam seus recursos em outros lugares e suas propriedades eram utilizadas somente para pouso e descanso de animais, o que proporcionava quase nulo desenvolvimento regional.

De acordo com Santi (2020) a partir do século XX, motivados pelo sistema agroexportador do complexo cafeeiro, pode-se sentir um significativo processo de desenvolvimento econômico em alguns territórios de São Paulo, movidos pelos complexos agroindustriais e industriais, com foco na modernização da agropecuária direcionada ao mercado externo. Entretanto, o grande fator de atraso da região Sudoeste Paulista está associado à distribuição de terras e grande concentração fundiária desde a colonização. Este fato acarretou na geração de um cenário de pequenas e grandes propriedades, no qual as grandes propriedades assalariavam o pequeno produtor e vão se tornando predominantes no território. Além disso, o poder público, nitidamente não investiu na região, visto que os recursos estatais e políticas públicas eram mais direcionadas às regiões produtoras de *commodities*. Alguns reflexos deste processo de inação em relação ao desenvolvimento da região são a baixa estruturação da rede urbana, escassez de trabalho e renda, problemas no saneamento básico, problemas na malha viária e a dificuldade de acesso adequado a serviços públicos de saúde e educação.

3.1 Caracterização da área de estudo

A região sudoeste do estado de São Paulo está situada entre o Vale do Ribeira e na divisa do estado do Paraná, entretanto, o cenário desse território passa por transformações de acordo com as perspectivas históricas, políticas e geográficas. Especificamente, na região de Angatuba, local onde realizou-se a pesquisa, está inserida a bacia hidrográfica do Alto do Paranapanema. O território conta com uma significativa vegetação nativa como o Cerrado, a Mata Atlântica e remanescentes de Araucária. Além de consideráveis cursos fluviais, como os rios Itararé, Apiaí-açu, Taquari, Paranapanema e Itapetininga. O panorama rural demonstra um evidente contraste na produção agropecuária de pequena e grande escala, além de agroindústrias, mineração, silvicultura, entre outras (SANTI *et al.*, 2020).

Este trabalho considerou especificamente os assentamentos Banco da Terra 1 e 2, no município de Angatuba-SP. Segundo o IBGE (2020), o município possui uma população

estimada de 25.479 habitantes, sendo 15.953 residentes na área urbana e 6.257 em áreas rurais. Sua área territorial é de 1.027.984 km². A figura 1 demonstra a localização do município em relação a outras cidades da região.

Figura 1 - Localização da cidade de Angatuba/SP

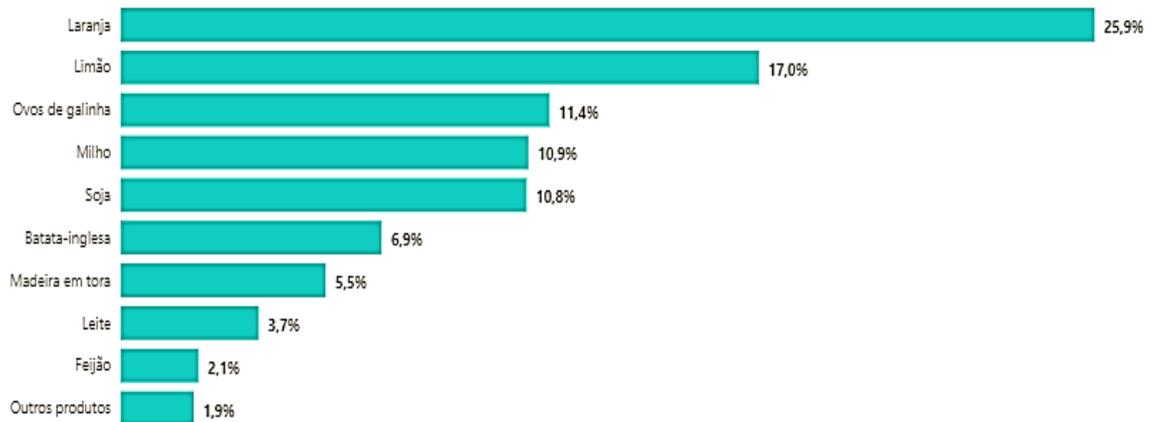


Fonte: Prefeitura Municipal de Angatuba (2021).

A cidade de Angatuba foi fundada em 11 de março de 1872, e passou a ter este nome em 1908. Com o cultivo de algodão e a vinda da estrada de ferro Sorocabana até Itapetininga-SP, motivou-se a formação de várias fazendas na região. E através desta modalidade agrícola que nasceu o povoado Angatubense. O significado do nome da cidade é traduzido do tupi-guarani para mansão dos espíritos (ANGATUBA, 2011).

Na produção agropecuária de Angatuba-SP, segundo o IBGE 2018, é predominante o cultivo da laranja, representando 25,9% do total. Seguido do cultivo do limão (17,0%), da produção de ovos de galinha (11,4%), da produção de milho (10,9%), de soja (10,8%), da batata-inglesa (6,9%), da madeira e tora (5,5%), da produção de leite (3,7%) e da produção de feijão (2,1%), sendo outros produtos 1,9% do total. A Figura 2, a seguir, demonstra com mais clareza essas informações:

Figura 2 - Produção Agropecuária em Angatuba/SP



Fonte: Fundação Seade. IBGE (2018).

No gráfico acima fica nítido, além da predominância da Laranja, a grande diversificação de produção que o município de Angatuba tem. Característica essa que se destaca por proporcionar significativo acesso a produção agropecuária e a oportunidades de empregos na região, principalmente no setor agrícola. Com relação à transformação industrial por setor de atividade, podemos verificar sua estratificação na figura seguinte:

Figura 3 - Valor da Transformação Industrial por setor de atividade



Fonte: Fundação Seade, IBGE (2018).

Em primeiro lugar se encontra o setor de celulose e produtos de papel, com um valor percentual de 57,3%. Seguido do setor de produtos alimentícios, com um percentual de 41,7%, e do setor de atividades de minerais não-metálicos, representando 1,0%. É pertinente destacar a importância destes setores, principalmente em relação a geração de empregos para a população do município de Angatuba-SP.

Nosso foco dentro da cidade de Angatuba-SP, o assentamento Banco da Terra, está localizado no Bairro de Aterrado, zona rural do município. Sua história se inicia no ano de 2000, onde depois de alguns anos passou a beneficiar 50 famílias. Na primeira área foram beneficiadas 30 famílias, e na segunda 20. Na área 1 o assentamento conta com 311 hectares e na área 2 com 287 hectares. A Figura 4 demonstra uma visão da área do assentamento, sendo

que à direita na cor vermelha está localizado o assentamento Banco da Terra 1 e à esquerda na cor azul está localizado o assentamento Banco da Terra 2.

Figura 4 - Localização dos Assentamento Banco da Terra 1 e 2, em Angatuba/SP



Fonte: Google Earth (2020).

3.2 Coleta de Dados e Referencial Teórico-Metodológico

A pesquisa levantou e sistematizou dados secundários referentes ao programa no município, e coletou dados primários junto ao universo dos agricultores assentados.

Em uma primeira aproximação, foram realizados encontros exploratórios no assentamento Banco da Terra. Onde o pesquisador apresentou o projeto de pesquisa a cada assentado abordado. O pesquisador se identificou como um estudante de programa de pós-graduação que está pretendendo realizar um trabalho acadêmico para obtenção de título de mestre, representando a instituição em que estuda UNIARA. As pessoas envolvidas foram convidadas a participar de forma que estivessem sentindo-se à vontade para tanto. Sendo assim, o pesquisador entrou em contato com os agricultores do assentamento, solicitando na ocasião ao agricultor se o mesmo gostaria de participar da pesquisa, e ser entrevistado pelo pesquisador. Como houve acordo por parte dos agricultores assentados, no próximo momento foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada.

Os critérios de inclusão para que os agricultores assentados fizessem parte da realização da pesquisa foram: Produtores rurais residentes no assentamento Banco da Terra 1 ou 2, no bairro Aterrado, cidade de Angatuba-SP; produtores do assentamento Banco da Terra que estão e/ou estavam vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Agricultores assentados que aceitem assinar o TCLE (Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido). Já os critérios de Exclusão foram: Agricultores que não fazem parte do Assentamento Banco da Terra; e agricultores Assentados que não aceitaram assinar o TCLE.

A coleta de dados ocorreu em setembro de 2021. Na ocasião, foram selecionadas 5 famílias assentadas para participarem das entrevistas e o critério de seleção se deu pelas famílias que fizessem parte desde a organização inicial do assentamento Banco da Terra em Angatuba-SP. Cada assentado entrevistado recebeu uma visita em seu lote no assentamento. No total foram realizadas 5 entrevistas no período de duas semanas, flexibilizando o dia e o horário em que os agricultores assentados estivessem disponíveis para participarem das entrevistas. Durante as visitas nos lotes também foram realizados diálogos informais, antes e depois das entrevistas, bem como caminhadas guiadas pelos proprietários nos lotes, para conhecer os sistemas produtivos. Nestes momentos foram reveladas histórias de vida e o cotidiano da família no assentamento.

As visitas de campo tiveram o objetivo de compreender o contexto histórico da criação do assentamento Banco da Terra e por quais razões estas famílias foram motivadas a acessarem o PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), compreendendo as antigas configurações do assentamento, e as atividades produtivas realizadas no passado, principalmente antes de acessarem a política pública PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Nas entrevistas, buscou-se analisar as dimensões econômicas e estratégias produtivas de cada família, dando foco ao PAA durante e depois do período de maior efetividade deste programa. Também foram levantadas as dimensões de todas as produções que as famílias assentadas têm em suas propriedades, sendo elas vegetal ou animal.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Araraquara. Os participantes autorizaram os estudos realizados, bem como o uso das informações coletadas nas entrevistas para a divulgação dos resultados, mediante assinatura do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido.

Posteriormente à coleta das informações, os resultados das entrevistas foram analisados de forma qualitativa. Os roteiros para a entrevistas foram aplicados a cinco agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2, que participam, ou participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Importante destacar que em todos os casos o pesquisador foi recebido e atendido pelo homem, pai de família e beneficiário do lote, que prestou todas as informações requeridas durante as visitas.

A partir dos dados obtidos, foi realizada uma análise qualitativa abordando o perfil de cada entrevistado e de sua família, analisando o histórico produtivo em cada caso, as diferentes estratégias de produções desde o acesso à terra e também as mudanças que ocorreram em diferentes contextos econômicos e sociais.

Além disso, foi possível identificar as alterações ocorridas nos sistemas produtivos entre o período que o PAA estava implantado, até a diminuição da sua efetividade como programa no primeiro semestre de 2017. Também foram analisadas as estratégias de comercialização dos agricultores, e os entraves que ocorreram neste mesmo período, bem como buscou-se identificar as alternativas que os produtores estão adotando diante deste novo cenário com falta de apoio governamental.

Quadro 1 - Categorias de Análise do PAA no assentamento Banco da Terra

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Efetividade	Impactos	Estratégias de adaptação
Investigou-se os anos de forte atuação do PAA no assentamento, identificação dos retornos benéficos que esta política pública trouxe nas rendas das famílias, através dos sistemas produtivos cultivados em cada propriedade e da renda.	Investigou-se os principais problemas enfrentados após a redução orçamentária do PAA no assentamento Banco da Terra. Bem como os impactos por conta do desmantelamento desta política pública, principalmente pelos beneficiários não terem mais acesso ao programa após o ano de 2016.	Analisou-se as novas estratégias e caminhos traçados pelos agricultores nos sistemas produtivos e no processo de comercialização das produções das famílias assentadas, pelo fato de os assentados não terem mais apoio, principalmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com Castro (2006), a efetividade tem o propósito de analisar os resultados de uma determinada ação que trazem algum benefício à sociedade, ou seja, indica os objetivos alcançados de uma ação, programa para a população visada. Nas palavras de Torres (2004), a efetividade se concentra na qualidade dos resultados e nas próprias necessidades de uma determinada ação pública. As necessidade e oportunidades devem ser mais democráticas, responsáveis e transparentes com o propósito de incentivar a implantação de políticas públicas assertivas, que abrangem fortemente os retornos econômico para a sociedade e/ou para grupos sociais específicos.

Na categoria de análise Impactos, a pesquisa buscou identificar os principais problemas enfrentados após a redução orçamentária do PAA no assentamento Banco da Terra no primeiro semestre de 2017. E buscou investigar os impactos por conta do desmantelamento desta política pública, principalmente pelos beneficiários não terem mais acesso ao programa, tanto nos sistemas produtivos, quanto nas rendas das famílias. Os impactos negativos que atingiram os beneficiários, ocasionados pelo arrefecimento do PAA, também foram abordados nessa categoria.

Já as estratégias de Adaptação, enquanto categoria de análise aqui adotada, giram em torno da compreensão de como os novos caminhos que os agricultores assentados tiveram de assumir. Essas estratégias de adaptação tiveram de emergir diante de um cenário desanimador de falta de apoio governamental, principalmente de ausência de políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e famílias com situação de vulnerabilidade social no território.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Reforma Agrária de mercado no Brasil

As características da agricultura familiar são diferentes da patronal, pois a gestão da propriedade é realizada pela própria família, e as atividades agropecuárias são a principal fonte de renda dos agricultores. Por outro lado, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos que abastece a população e, para isso, possui estratégias para a diversificação da produção. O agricultor familiar pode ser um dos principais agentes deste tipo de desenvolvimento rural, mas são poucas políticas públicas que consideram suas características como fatores importantes para que esse desenvolvimento se concretize.

Como forma de apresentar as desigualdades da distribuição fundiária e, conseqüentemente, da participação da agricultura familiar no desenvolvimento rural, as imagens a seguir ilustram o total nacional de propriedades familiares e não familiares e, posteriormente, as respectivas áreas que ocupam nos estados brasileiros.

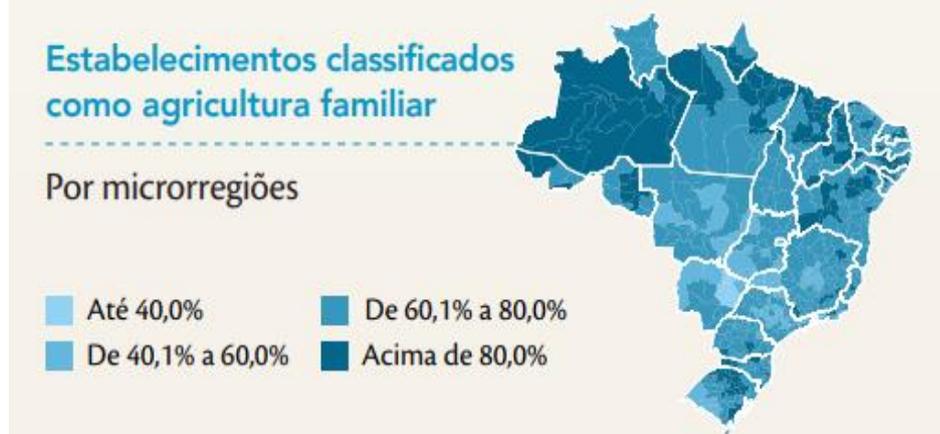
Figura 5 - Porcentagem de área ocupada, por tipo de agricultura no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2017).

A figura 5, acima, representa a porcentagem de área ocupada, por tipo de agricultura. O total da área ocupada pela agricultura familiar é de 80,9 milhões de ha, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Já os estados do centro-oeste e São Paulo tem as menores áreas ocupadas (IBGE, 2017).

Figura 6 - Porcentagem de estabelecimentos classificados como agricultura familiar no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2017).

Já a figura 6, acima, representa a porcentagem de estabelecimentos classificados como agricultura familiar no Brasil. 77% dos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, sendo cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos. É nítido que, especificamente no estado de São Paulo, a região possui entre 40,1% a 60,0% de estabelecimentos classificados como agricultura familiar. Sabe-se que existe uma heterogeneidade muito grande das formas de existência da agricultura familiar.

Uma das formas de se reduzir tamanhas desigualdades no acesso a terras no Brasil seria a promoção de uma política de reforma agrária. Esta é uma pauta antiga que já esteve presente em diferentes momentos da história do país. No final da década de 1950, com a alta na industrialização e intensificação do êxodo rural, iniciaram-se debates sobre a questão fundiária, sobretudo grupos de trabalhadores rurais, como nos casos que originaram as ligas camponesas no Nordeste.

De acordo com Medeiros *et al.* (1989), em meados de 1950 se tornavam mais evidentes os conflitos no campo e ocorreu um aumento significativo de movimentos sociais de trabalhadores do campo. Estes movimentos denotavam as resistências dos trabalhadores rurais contra situações precárias de trabalho nas *plantations*, mas também englobavam categorias como arrendatários, posseiros, foreiros ou moradores, que lutavam contra a expulsão de suas terras pelos grandes proprietários de terras. Estas lutas aconteceram em diferentes lugares do Brasil: Paraná, São Paulo, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Paraíba, alguns deles romperam seu isolamento e tiveram uma repercussão em nível nacional, dando reforço às demandas por reforma agrária. Esta bandeira começou a ganhar fundamento no interior das lutas esparsas, porém neste período passou a articular um conjunto mais amplo da sociedade em torno de uma reivindicação que excedia as localidades e colocava a necessidade da reforma agrária como uma necessidade estrutural para se superar os conflitos agrários do país.

Segundo Medeiros *et al.* (1989), nas regiões consideradas de “fronteiras agrícolas”, ocorreram diversos conflitos opondo os grileiros e posseiros, nos quais grileiros constituíam títulos falsificados e reivindicavam terras em que famílias já estavam estabelecidas enquanto produtores autônomos. Esses conflitos surgiram especificamente nas perspectivas da transformação de terras em mercadorias, e alguns deles tiveram uma maior dimensão política, já no final dos anos 50, ressaltando entre eles, os de formosos e trombas, respectivamente, do sudoeste do Paraná e na Baixada da Guanabara. A localidade onde os conflitos evoluíram

ocorreu na região norte de Goiás, e foi ocupado em meados dos anos 40 por migrantes de vários locais do país. Já a partir dos anos 50, as áreas passaram a ser objeto de grilagem e os posseiros foram ameaçados de despejo, mas decidiram resistir, como ocorreu em várias outras localidades nas quais houve e há até hoje conflitos envolvendo posseiros.

Ainda de acordo com Medeiros *et al.* (1989), no período dos anos de 1950, foram comuns os conflitos de arrendatários e foreiros, por conta do aumento das taxas de arrendamento, ou pelo fato dos contratos que acarretavam que os arrendatários, após um tempo de uso, deveriam deixar o pasto formado. Uma ocasião típica foi o conflito que ocorreu em Santa Fé do Sul, em São Paulo, que ganhou grande repercussão política. Neste contexto, além de ter que fazer o pagamento da renda, os trabalhadores obtinham usufruto temporário da terra, com o acordo de entregar, em média, após três anos, a área já com capim plantado. Em um caso que ocorreu na fazenda de Zico Diniz, para exemplificar um caso cujo conflito foi muito acirrado, os subarrendatários procuraram um advogado quando eles estavam saindo da terra e pediram uma renovação dos contratos de arrendamento, mas os arrendatários, preposto do dono da propriedade, não quiseram fazer a renovação do contrato, e pediram para plantar o capim no meio da lavoura. Em resposta, os pequenos arrendatários, apoiados pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), que estava iniciando um trabalho na área, começaram uma operação “arranca-capim”, comandado por Jofre Correia Neto. No conflito também se integrou a Associação de Lavradores de Santa Fé, e após um período, de Jofre ter sofrido um atentado, o governo estadual remediou a situação, buscando apaziguar os conflitos ocorridos. Em consenso e acordo entre os subarrendatários e Zico Diniz, foi colocado em vigor um novo contrato, num prazo de um ano, mas alguns dos trabalhadores não foram mais aceitos pelo proprietário e tiveram que migrar para uma outra região. Ou seja, os grandes proprietários já predominavam nos seus negócios desde aquela época, e as pequenas propriedades também sempre estiveram em situação de desvantagens social e econômica nos sistemas produtivos do país.

Durante a década de 1950 também houve outro fato importante na história: as lutas salariais. Apesar das greves não serem a forma mais pertinente de luta pela terra, elas continuaram sendo relevantes para a luta por direitos. Por intermédio da Justiça do Trabalho, em diversas regiões do estado de São Paulo, foram obtidas algumas conquistas, que se constituíram em jurisprudência benéficas aos trabalhadores rurais. Assim, por meio da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), da instituição da carteira profissional, das jornadas de

trabalho, das horas extras, das férias e dos salários mínimos para os trabalhadores urbanos se incrementaram caminhos de luta para os trabalhadores rurais. (MEDEIROS *et al.* 1989).

Segundo Santos (2005), o Estatuto da Terra, instituído pela Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964, surgiu como um fundamental instrumento de incentivo aos interesses do estado em modernizar o setor agropecuário, mas, de forma a favorecer as classes de proprietários e as elites fundiárias. Diante das novas modificações políticas e das relações econômicas impostas pelo regime militar, com o enfoque no processo de modernização da agricultura, a importância da reforma agrária foi relegada.

Para Graziano da Silva (1987, apud SANTOS, 2005), o Estatuto da Terra surgiu como uma forma de representar as lutas dos trabalhadores rurais, mas que também partia de uma proposta de conciliação da burguesia industrial e agrária, com o objetivo de avançar na transformação econômica e na produção do agro nacional. É interessante destacar que a conciliação não foi facilmente obtida e muitas organizações patronais se posicionaram contra o Estatuto, devido ele agregar preceitos favoráveis à reforma agrária. Essas posições, contudo, não quiseram reconhecer que foi posto nas mãos do Estatuto um poderoso mecanismo para reduzir os conflitos nas terras, sendo elas pela via da modernização, bem como, pela colonização sobretudo na Amazônia.

Ainda segundo Santos (2005), no ano de 1985, foi desenvolvido o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, com metas ambiciosas e com o intuito em assentar milhares de famílias através do plano. Nos primeiros cinco anos, foram assentadas 90.000 famílias. O PNRA teve o objetivo de efetivar as ações dos dispositivos do Estatuto da Terra, numa distribuição das terras que atendesse aos interesses das burguesias agrárias e minimizasse pontualmente os conflitos sociais por terra.

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os primeiros conflitos dos camponeses pré-1964, surgiram logo depois do “esboço da democratização”, que se iniciou com as eleições presidenciais de 1945. Mas com a cassação do registro legal do PCB, em 1947, ganharam pouco destaque, surgindo apenas poucos conflitos até os anos de 1954. A partir deste período, os movimentos dos camponeses ressurgiram como “Ligas Camponesas”, caracterizadas pelos novos conflitos sociais no campo, no qual os direitos trabalhistas e as lutas de assalariados, também a resistência dos posseiros, arrendatários e foreiros estavam em destaque nos protestos realizados.

Ainda segundo Bergamasco e Norder (1996), poucos destes movimentos foram alaistrados no país, pois somente em algumas ocasiões conseguiram instituir uma aliança com os setores urbanos e estabelecer uma potência política e um impacto nacional, dando assim uma maior importância para as questões agrárias. A partir de então, os partidos políticos começaram a identificar a relevância do tema, e iniciaram diversos projetos de lei no período da década de 50. Neste cenário que foram consolidadas as Ligas Camponesas em Pernambuco, se tornando enérgicas também na Paraíba, em Goiás, Rio de Janeiro, no Ceará e em Alagoas. E umas das estratégias feitas neste contexto foi principalmente unir as alianças com os setores urbanos, para que os poderes locais, as grandes propriedades não fossem desestabilizar as reivindicações dos camponeses. Ainda sendo de caráter parcial, referente as ações das estatais na concessão de terras aos produtores familiares, sua influência política foi, no entanto, intensiva, por conta de ser idealizada, tanto pelos setores progressistas quanto pelos conservadores, suas relações com o socialismo e o comunismo foi um componente que tornou os conflitos mais intensos.

Medeiros *et al.* (1989), levanta que os principais movimentos sociais ganharam mais proporção no governo Juscelino (1956 a 1961), levando em consideração uma época com maior liberdade política, no qual houve um maior espaço para a organização e expressão dos movimentos. É difícil generalizar estes episódios, pois nas inúmeras unidades federais, se tornou bem divergente a associação entre os conflitos e os governos. Já no final dos anos 50, por conta do encadeamento de episódios de violência dos proprietários das terras e policiais versus os trabalhadores rurais, houve evidências claras de que os conflitos no campo tinham um maior viés político, por conta da necessidade de se criar caminhos efetivos para as estruturas fundiárias, ultrapassando os limites dos marcos do PCB e das diferentes opiniões (MEDEIROS *et al.*, 1989). Alguns setores da igreja e mesmo industriais começaram a ver a importância da reforma agrária como uma alternativa mais que essencial para alavancar o desenvolvimento da economia do Brasil, e sobretudo de mitigar os conflitos sociais. Algumas medidas foram tomadas na época para tentar dissolver os problemas ocorridos. Alguns governos tomaram partido de intervenções, em São Paulo, Carvalho Pinto, governador, estabeleceu em 1959, um Plano de Revisão Agrária, que tinha o objetivo de incentivar a mudança na estrutura fundiária, por intermédio de um novo sistema de Imposto Territorial Rural, no qual simultaneamente já viabilizava a colonização de terras públicas. O foco desta proposta foi promover uma conduta democrática (MEDEIROS *et al.*, 1989).

Já em nível federal, as ações do governo não foram diferentes, pois a questão agrária adquiria um fardo progressivo. Na eleição de 1960, a reforma agrária em si, e as legislações trabalhistas, estavam entre os principais temas para a campanha do então presidente, Jânio Quadros. No princípio do seu governo, ele gerou uma comissão, gerida pelo senador Milton Campos, para explorar sobre a temática e desenvolver um projeto de alteração da estrutura fundiária no Brasil, e o efeito desta iniciativa, foi um dos princípios da criação do Estatuto da Terra (MEDEIROS *et al*, 1989). A Presidência da República, aparentava estar mais sensível as pressões ocorridas na época, em consequência do jogo populista. O Congresso Nacional, abstando-se dos interesses envolvidos à propriedade da terra, aonde os estados ligados a agropecuária tiveram uma atuação proporcionalmente maior, comparado aos industrializados, se mostrando vedados à discussão. Os projetos ali apresentados, frequentemente eram bloqueados pelas comissões técnicas, ficando anos sem nenhuma continuidade. E o mesmo se pode relatar sobre as propostas dos direitos trabalhistas ao campo, desde a mensagem de Getúlio Vargas, o projeto sofreu fracassos consecutivos a cada reapresentação, no qual só foi aprovado nos anos de 1963 (MEDEIROS *et al*, 1989).

De acordo com Grynszpan (2021), a questão agrária no Brasil é um dos principais assuntos que rodeia os debates políticos, principalmente no período em que João Goulart esteve na presidência do país, entre os anos de 1961 e 1964. Estas abordagens estiveram no centro das atenções dos atores do governo, dos movimentos sociais e da opinião pública. Daí por diante ficou cada vez mais evidente que o Brasil necessitaria de um programa de reforma agrária adequada, que fosse apto para controlar a grande propriedade, entendida enquanto um obstáculo primordial para o desenvolvimento brasileiro.

Já os conflitos rurais brasileiros vinham de longa data e alguns deles assumiram grande proporção em suas épocas, como o caso de Canudos, no começo da República. Mas a partir dos anos de 1940 e sobretudo na década de 1950, os conflitos começaram a ganhar mais proporção, e tomaram uma nova feição: surgiu a ideia de que as questões agrárias representavam um dos maiores problemas sociais sérios no Brasil. Esse era o resultado de um modelo de concentração de propriedades estabelecido ainda no período colonial. Em um lado desta hierarquia social, esse padrão representava a riqueza, o poder e os privilégios, e de outro, originava a pobreza, a fome, o analfabetismo, as doenças, o isolamento e a subordinação. Tal desigualdade social, trazia grandes efeitos negativos para a sociedade como um todo, a pobreza formada excluía o acesso aos bens e mercados, de uma grande parcela da

população do Brasil, considerando que cerca de 70% da população do país residiam em áreas rurais até no ano de 1950. No entanto, como alternativa, para buscar resolver os problemas e os conflitos rurais, a reforma agrária se tornou uma esperança para colocar o país no rumo do desenvolvimento econômico e justo, principalmente por proporcionar o acesso a terras para trabalhadores rurais que tem o objetivo de investir na agricultura e no modo de vida rural (GRYNSZPAN, 2021).

De acordo com Grynszpan (2021), a diferença do governo Jango e os precedentes foi, principalmente, a ligação que o Poder Executivo teve com a questão agrária. Esse envolvimento por parte do governo ficou mais claro em meados de novembro de 1961, quando o presidente participou do Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, idealizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), no município de Belo Horizonte/MG. As ações do governo ocorreram, de um lado, no terreno da legislação sindical e trabalhista rural e, de outro lado, na operação de uma reforma agrária. Foi ainda no governo Jango que os trabalhadores rurais, que até então passavam por uma série de problemas legais, em entidades de caráter civil, como as Ligas Camponesas e a associação de lavradores, daí por diante passaram a gerar as federações e sindicatos, e posteriormente fundaram em 1964 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Também no governo Jango que os direitos trabalhistas que existiam nas cidades, pelo menos há duas décadas, foram estendidos aos trabalhadores do campo, através do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado no ano de 1963. E ainda neste mesmo governo, foi efetivado um investimento para a aprovação de uma reforma agrária através do congresso, com a criação da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), que tinha por objetivo realizar medidas de reforma agrária no Brasil.

Um dos principais problemas enfrentados para a elaboração de uma ampla reforma agrária no país, foi o dispositivo institucional, estabelecendo que a desapropriação de terras deve se dar através de uma indenização em dinheiro (GRYNSZPAN, 2021). Declarada a falta de recursos suficientes, o governo, por meio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acabou propondo uma reforma constitucional, que possibilitasse o pagamento de títulos das dívidas agrárias. As soluções que passavam pela reforma agrária se baseavam em várias outras mudanças constitucionais oferecidos pelo governo, sendo elas as chamadas reforma de base, idealizadas como fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Frente às grandes resistências, o governo pressionou o Congresso, junto com os movimentos sociais, na reivindicação da reforma agrária “na lei ou na marra”. Diante deste cenário de pressões, que João Goulart apresentou, em 13 de março de 1964, no Comício das Reformas, a desapropriação das terras inseridas nas margens das ferrovias, rodovias e obras públicas, e ao invés de aprovarem a reforma, as ações do governo aprofundaram a quebra de relações com os grupos que lhe ajudavam, como exemplo o Partido Social Democrático (PSD), criando o caminho para o golpe militar de 1964 (GRYNSZPAN, 2021).

De acordo com Medeiros *et al.* (1989), os momentos que antecederam o golpe militar de 1964 foram marcados por uma grande repressão aos trabalhadores e organizações. Sindicatos foram monitorados e fechados, seus líderes perseguidos, muitos deles foram presos, assassinados e alguns conseguiram escapar dessa opressão e se exilar no exterior. Foi o caso do presidente da Contag, Lindolfo Silva, que abriu mão de sua própria identidade para escapar das perseguições. Isso também ocorreu com Elizabeth Teixeira, que foi líder das Ligas Camponesas na Paraíba.

Ainda de acordo com Medeiros *et al.* (1989), nos territórios em que foram vivenciados os conflitos mais intensos, existiu a ocupação dos militares. Muitos trabalhadores acabaram sendo presos, os despejos de camponeses das propriedades voltaram a ocorrer sem que se pudesse exercer algum tipo de resistência. As desapropriações feitas antes do golpe foram analisadas e muitas áreas foram entregues de volta aos seus antigos donos. Uma das primeiras ações do governo foi cancelar o decreto que precipitara o golpe militar, em relação à possível desapropriação das terras às margens das rodovias. Ao mesmo tempo se criava um grupo de trabalho com o intuito de realizar uma proposta de reforma agrária, aparentemente o tema foi tratado com base em um compromisso social essencial. A partir disso os militares enxergaram a necessidade de modernizar a produção agropecuária, para que pudessem evitar os conflitos no campo e ao mesmo tempo impulsionar a produtividade agrícola, criando uma classe rural de perfil empresarial.

A partir de 1964 abriu-se uma conjuntura política de intensas repressões, tanto sobre os trabalhadores rurais como sobre os movimentos operários. No aspecto organizativo, esse período foi marcado pela repressão e pela constituição de um sindicalismo rural, sobretudo a Contag. Não havia grandes possibilidades de atuação, no sentido de garantir os direitos e conquistas, no entanto o sindicato foi considerado o porta voz das bandeiras históricas dos

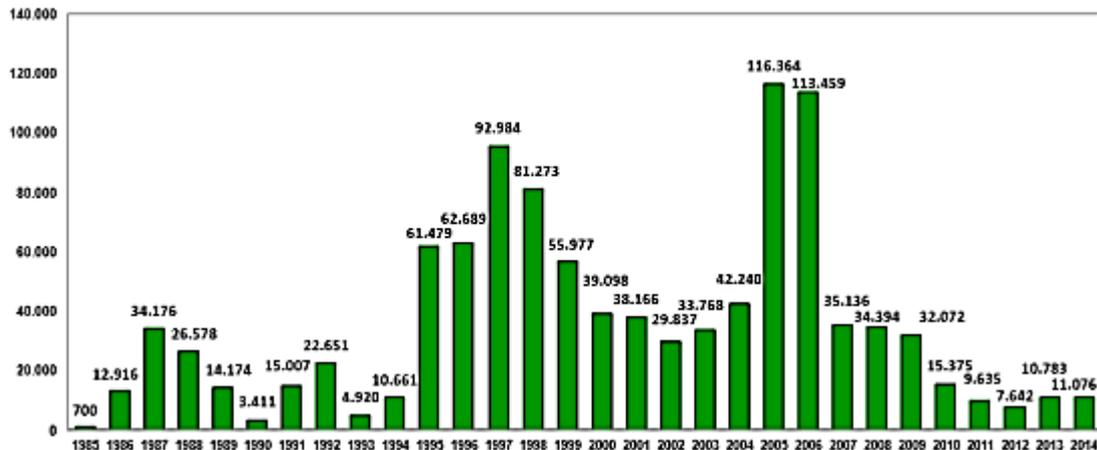
trabalhadores. Em seu lado, a igreja católica também exerceu um papel importante em realizar denúncias de opressões e misérias de quem sofria, buscando auxiliar em sua organização.

Já no final dos anos 70 ocorreram os primeiros indícios do esgotamento da ditadura militar. Diferentes setores da sociedade realizavam lutas que tornaram evidentes as contradições do modelo da modernização conservadora dos militares (MEDEIROS, 1989). Muitos sindicatos reativaram suas práticas de realizar greves, expondo as demandas dos trabalhadores e marcando uma nova fase relacionada à estrutura sindical. Nesse cenário, as lutas se diversificaram e se intensificaram, colocando em cena não somente as lutas pelas terras, mas também as greves dos assalariados em várias regiões. No início dos anos de 1980 surgiram os encontros entre o novo sindicalismo nas cidades, e organizações dos trabalhadores rurais, principalmente por intermédio da medida de elaboração de uma central sindical, bem como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Novas e distintas ideias surgiram para o campo. As campanhas e reivindicações que acompanharam esse período foram vistas pelos trabalhadores rurais como um papel de grande importância, pois trouxe esperança em efetivar a reforma agrária. As transições negociadas que tiveram início em 1984, resultaram na Nova república e mantiveram viva a convicção nas mudanças, mas de modo rápido toda essa ilusão se desfez, nas demandas dos trabalhadores, nos acampamentos e terras ocupadas, pois nem a constituinte e o governo atenderam essas reivindicações, apontando os limites das perspectivas de uma democratização da sociedade via reforma agrária. Tomou vigor, uma análise reflexiva, em que o significado da propriedade da terra na economia, na sociedade, na política e nos novos moldes e possibilidades da reforma agrária brasileira são questionados (MEDEIROS, 1989).

No gráfico a seguir pode-se ter uma visão mais ampla do número de famílias assentadas no período de 1985-2014, inclusive dados de assentados desde o primeiro governo pós-64, levando em consideração três ciclos de grande importância no contexto histórico brasileiro e da execução dos governos frente a esse tema.

Figura 7 - Número de famílias assentadas no período 1985-2014 no Brasil



Fonte: Barone, Ferrante e Duval (2016).

Nesse Gráfico podemos identificar o número de famílias assentadas desde o primeiro governo pós-64, essa demonstração deixa evidente o grande ciclo da reforma agrária no Brasil. No marco desses resultados, fica bem claro que existiram três picos de intensificação e refluxo de assentamentos de sem-terra. O primeiro momento desse ciclo ocorreu no início de 1986, no ano que teve um significativo salto no número de famílias atendidas assentadas, seguindo até 1989. Esse período do governo José Sarney (1985-1989), foi marcado pelo lançamento do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Nesse mesmo período, estabelece-se uma oposição antirreformista, tanto no congresso Nacional durante o período constituinte (1987-1988), quanto no próprio Executivo, que reduziu as metas do I PNRA em 1985 e a execução da atuação da Reforma Agrária nos anos seguintes. No governo Collor de Mello (1990-1992) teve uma mudança no número de assentados, embora que em 1992 tiveram valores mais altos, e teve a mesma oscilação nos resultados no período do interino de Itamar Franco (1993-1994) (BARONE; FERRANTE e DUVAL, 2016).

No segundo momento desse grande ciclo, os dois governos do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), nos quais o número de assentados cresceu desde os anos de 1995 e atingiu seu auge em 1997. A partir desse momento pode-se observar um declínio até o ano em que se iniciou o período Lula (2003). As grandes mobilizações dos trabalhadores marcam esse período, bem como as pressões internacionais, vinda das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. Mesmo em meio a oposições de uma parcela dos movimentos sem terras, o governo federal assentou 460 mil famílias nesse período. No terceiro momento desse ciclo, foram assentadas cerca de 420 mil famílias no período dos dois governos de Lula (2003-2010). Conforme os dados, teve o maior pico de famílias assentadas

nos anos de 2005-2006, que chegou a assentar aproximadamente 229 mil assentados, mas no segundo momento do governo (2007-2010) o número de assentados cai bastante, e manteve sua queda até o governo Dilma (2011-2014) (BARONE; FERRANTE e DUVAL, 2016).

De acordo com Ferrante e Silva (1988), a partir do ano de 1984, ocorreram grandes avanços na perspectiva do movimento histórico caracterizado pela transformação ao nível político, embasado na redemocratização, e na crise da economia capitalista. Uma das saídas para conciliar essas duas questões foi abordada pelo “pacto social” proposto por Tancredo Neves. Essa proposta, por um lado buscou controlar as reivindicações ocorridas durante o regime autoritário, o que pode ser entendido como um “destampar do caldeirão”, e por outro lado demonstrar aos empresários alternativas para driblar a crise, como o seguro-desemprego, recuperação dos salários, reajustes trimestrais e aumento de produtividade, a redução da jornada de trabalho. Essas reivindicações basearam-se num considerável aumento das sindicalizações urbanas no Brasil, cujo índice de 100 organizações em 1960, passou para 422 em 1979. Essa sindicalização foi seguida por uma ligação político-partidária dos trabalhadores urbanos e do crescimento dos movimentos e greves naquela época. A partir destas situações, para os empresários, esta ideia de pacto não implicou somente numa trégua social, mas também ocasionou mudanças na economia. A principal ideia de Tancredo foi construir uma ordem para se evitar os processos de polarização ideológica e de bloqueios das instituições.

Ainda de acordo Ferrante e Silva (1988), quanto ao mundo rural, a crise agrária e a crise agrícola desbloquearam as bandeiras de luta pela reforma agrária no Brasil. Considera-se que a retomada dessa bandeira na época veio com uma maior intensidade com o movimento sindical rural, e a luta pela terra assumiu caminhos mais nítidos. No período de 1975-1979, ocorreu um grande crescimento do índice de sindicalização dos produtores rurais. Por outro lado, ocorreram os congressos dos trabalhadores rurais, acompanhado por lideranças sindicais, como os congressos realizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). Esses não envolveram somente as questões da terra como a necessidade para os produtores rurais, mas também a luta das prescrições previstas pelo Estatuto da Terra naquele período, após o ano de 1975.

Com a maior presença do sindicalismo rural, as ações possibilitaram a união entre os produtores rurais e urbanos. Assim, a Reforma Agrária passou a ser o ponto de partida para outras reivindicações, como a escassez de alimentos essenciais para a vida nas cidades, o

combate ao desemprego e a liberdade democrática. A partir desse cenário, a Reforma Agrária teve o objetivo de promover a justiça social, a oferta de alimentos, o aumento na produção, proporcionar novas oportunidades de emprego no campo, e mitigar o êxodo rural. A princípio a “justiça social” tinha o foco na consolidação da democracia, já a Reforma Agrária teve o propósito de solucionar os problemas enfrentados no meio rural e urbano, buscando instituir a paz social, que certamente é necessária para a efetividade de um pacto social.

Neste contexto, o Estado assume a Reforma Agrária como o propósito nacional. Cujas soluções partiam dos pactos assumidos para as definições do rumo para o desenvolvimento da democratização brasileira. No período de 1981 a 1986 tiveram mais de 1.605 famílias despejadas, o que foi um indicador de muita tensão no campo naquele período. As lutas e reivindicações da classe dos trabalhadores rurais tiveram redefinições, as pessoas envolvidas com a bandeira da Reforma Agrária não tinham total acesso e autodomínio em fiscalização da execução das políticas de Reforma Agrária (FERRANTE E SILVA, 1988).

De acordo com Ferrante e Silva (1988, p. 41):

A realidade brasileira dos anos 80 retrata os efeitos do modelo de acumulação concentrador de renda, capital e terra, os quais se manifestam através da expropriação crescente, da diminuição intensiva do trabalho vivo e da urbanização acelerada. Em 1940, um pouco menos de 13 milhões de pessoas viviam nas cidades; em 1980, quase 81 milhões tinham o seu domicílio no espaço urbano. A taxa de urbanização passou a ser neste período de 31,23% para 67,62%. Todos estes fatores articulados imprimiram uma nova face às necessidades brasileiras: milhões de pessoas vindas do campo, sem emprego ou empregando-se temporariamente na agricultura ou no baixo terciário, agravando a situação dos problemas sociais urbanos, provocando o surgimento de mais uma “questão” (a urbana), com o piorar das condições de reprodução dos trabalhadores em seu conjunto, intensificam-se os movimentos sociais urbanos, reivindicando creches, escolas, postos de saúde, serviços de infra-estrutura (rede de água, de esgoto, de energia elétrica, asfalto etc), transportes e outros mais (FERRANTE e SILVA, 1988, p.41).

Segundo Ferrante e Silva (1988), é nítida a importância e necessidade de reivindicações para um melhor espaço reprodutivo social, como a melhoria salarial, melhores condições de vida, e melhores condições de trabalho, em virtude do reajuste salarial. No entanto, o capital não assume a total necessidade da reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, o Estado busca alavancar recursos da política social, como alternativa de assumir uma parcela da reprodução de trabalho. Apesar do Estado realizar os ajustes supracitados, a força de trabalho, tanto urbana quanto rural, continua recebendo salários que não faziam frente às suas necessidades básicas, como a alimentação, agravando a desigualdade social. Mesmo com a ampliação de programas como a merenda escolar e a distribuição de cestas de alimentos, as

iniciativas mostram-se insuficientes para mitigar a desigualdade social, pois, a miséria, a fome, nunca deixou de existir.

Na década de 80 agravou-se ainda mais uma afronte entre a reprodução do capital e a da força de trabalho. Na agricultura, continuou-se aprofundando o modelo do latifúndio e promovendo a expulsão das pessoas do campo e as cidades cada vez mais absolveram, de forma precária, a força de trabalho. O Estado brasileiro não resolvendo estes problemas enfrentados no campo, acarretou em ainda mais lutas dos trabalhadores rurais e urbanos. Foi a partir dessas lutas que se forçou o Estado a criação de condições de reprodução da força de trabalho. Essas criações não são vistas como uma iniciativa criadora do Estado, mas sim, como condições efetivas introduzidas nas necessidades dos trabalhadores. O Estado se apropriou dessas práticas e movimentos sociais dos trabalhadores, inserindo esta necessidade nos planos de Reforma Agrária, e em específico do estado de São Paulo, nas políticas dos assentamentos rurais nas terras públicas.

Diante o exposto até aqui, percebe-se que, historicamente, o Brasil sempre foi um país de grande concentração fundiária, que suscitou uma séria de debates sobre sua questão agrária e, em decorrência disso, existe uma farta literatura sobre o tema. Não se pretende neste trabalho esgotar todas as nuances dos diferentes períodos históricos, mas se concentrar em discutir uma das alternativas encontradas nesta história para se efetuar uma política de assentamentos no país, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que ficou conhecida como reforma agrária de mercado. Esta escolha se deve ao próprio objeto do trabalho, um assentamento Banco da Terra no Sudoeste Paulista.

De acordo com Pereira e Sauer (2006), o modelo de reforma agrária de mercado vem de proposições do Banco Mundial (BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e, após o ano de 1996, passou a ter condições positivas para a sua implementação, pois havia iniciativas do governo federal para impulsionar uma contrarreforma do estado, a qual teria por objetivo diminuir os gastos com as políticas sociais e dissociar responsabilidades. Uma delas foi implementar políticas que amparassem as lutas sociais por acesso à terra. Na prática, esta concepção representou uma solução dentro do estado neoliberal para mitigar os conflitos fundiários, com orientação e recursos do Banco Mundial, fazendo com que os próprios trabalhadores pagassem pelas terras e, ao mesmo tempo, dinamizando um amplo mercado imobiliário de propriedades fundiárias com baixos índices de produtividade ou que não cumpriam função social.

Ainda de acordo com Pereira e Sauer (2006), modelo de mercado se iniciou com dois empréstimos importantes para sua execução, sendo um intitulado “Reforma Agrária Solidária”, restrito ao estado do Ceará, e outro implantado em cinco estados do nordeste, foi intitulado como “Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza”, que também ficou conhecido como Cédula da Terra, e sua execução foi entre 1997 e 2002. Os movimentos sociais agrários e sindicatos realizaram muitas críticas na execução destes projetos, mas mesmo assim o BIRD afirmou que o Cédula teve experiências bem-sucedidas, e que seria possível reproduzi-lo em larga escala, como um dos modelos exemplares de acesso à terra. Mas as pesquisas e experiências concretas não mostravam resultados favoráveis da efetivação do projeto, e a maior parte dos analistas deixa claro que o modelo obteve resultados negativos.

Segundo Cardoso (1997 apud PEREIRA, SAUER, 2006), neste mesmo ano de 1996 o governo criou o Gabinete do Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias (MEPF), para implantar as novas diretrizes para a reforma agrária. Um ano depois, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), proporcionou uma Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, fomentando a insatisfação contra a política econômica e as reformas neoliberais propostas. E se tornou evidente que naquela época o governo não teria capacidade política de conter de forma pacífica a pressão social pela reforma agrária e o acesso à terra. Em contrapartida o governo adotou o discurso que teria que “reformular a reforma agrária”, adotando novas medidas para que a “reforma” fosse mais eficiente, em sentido social e econômico.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sua função:

É implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Sua principal visão é ser referência para o desenvolvimento rural sustentável. De acordo com dados do INCRA, tem um número de 1.364.057 famílias assentadas desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária (em assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra). E atualmente há 969.197 famílias que vivem em assentamentos criados ou reconhecidos, e 9.431 assentamentos criados e reconhecidos. Há um total de 87.702.072 hectares de áreas dos assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA (INCRA, 2020, p.1).

A política de reforma agrária se torna de grande importância no processo de ordenamentos fundiário no país, aonde tem o principal propósito em contribuir com o desenvolvimento rural sustentável nas regiões. Como abordado no parágrafo anterior, atualmente existem milhares de agricultores que estão inseridos neste universo de

assentamento rurais, e milhares de áreas criadas para este fim, através do Programa Nacional de Reforma Agrária.

4.1.1 Cédula da Terra

O Cédula da Terra, também conhecido como “Projeto-piloto de reforma agrária e alívio a pobreza”, contou com o modelo de Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM) do BIRD, realizado a partir do ano de 1994, principalmente em países que foram afetados pelos grandes problemas agrários e grandes adversidades sociais no campo, como exemplo a África do Sul, Colômbia, Filipinas e a Guatemala. Já no Brasil, o Projeto Cédula da Terra (PCT) foi implantado em cinco estados, sendo eles; Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, e o norte de Minas Gerais, sendo ressaltado pelo Banco Mundial como um projeto edificante de acesso à terra, mediante o financiamento público. Através deste projeto-piloto, foram criados inúmeros programas, como o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, e o Programa de Crédito Fundiário, criado no ano de 2003, e que até hoje está em vigência no país (PEREIRA, 2012).

Para Buainain (1999, apud PEREIRA e SAUER, 2006), o projeto cédula da terra passou por quatro fatores importantes que impulsionaram a entrada dos produtores rurais no projeto. E apesar de terem críticas sobre esta iniciativa, o projeto-piloto Cédula da Terra obteve, mesmo assim, certa adesão social. Em primeiro lugar, esse determinado projeto foi implantado em um ano agrícola péssimo, com grandes secas e em uma região com grande número de população rural pobres e com pouca oportunidade de trabalho. O acesso à terra imediato, foi visto como uma medida emergencial de autossobrevivência aos agricultores.

Conforme Vitor e Sauer (2002, apud PEREIRA e SAUER, 2006), em seguida, houve uma grande disseminação da possibilidade de acesso à terra, de forma rápida e sem conflitos, por intermédio da compra e venda, destinada preferencialmente a uma população rural, que sempre teve o sonho da posse de uma terra. Ademais, houve interesse político entre os agentes da Cédula, no qual, ocorreu uma aceleração na implantação em relação a outros projetos de combate à pobreza no meio rural. Enfim o BIRD quis implantar rapidamente o modelo de mercado, para que conseguisse melhor exportá-lo a outros países.

De acordo com Pereira (2012), os três principais objetivos do PCT foram: 1- Diminuir a pobreza rural; 2- aumentar a renda dos trabalhadores no campo; 3- realizar um modelo de alternativa para a reforma agrária. Os principais públicos deste programa foram, os produtores rurais sem-terra (arrendatários, assalariados e parceiros) e também agricultores com propriedades ou não, que não tivessem terra suficientes para proporcionar a renda digna familiar. Para o beneficiário ter acesso a Projeto Cédula da Terra, o mesmo deveria se ligar a uma associação comunitária que fosse legalmente constituída, e que fosse criada para esse fim de acesso ao projeto.

Ainda de acordo com Pereira (2012), os retornos do Projeto-piloto tiveram alguns pontos negativos. Para o autor, mesmo realizando os pagamentos à vista, com a desvalorização das terras em algumas regiões, os valores pagos pelos terrenos não foram tão baixos como deveria ser, e, também, a qualidade das propriedades deixava a desejar. Pois, as aquisições das terras, feitas por meio do PCT, passavam longe das propriedades maiores e com melhor qualidade, deixando evidente a incapacidade do projeto em alterar os índices de concentração fundiária. Portanto, a execução do Projeto Cédula da Terra não foi pautada por um planejamento estratégico para identificar os locais em que se concentravam as propriedades rurais à venda, e nem esteve dentro de um mecanismo amplo de desenvolvimento rural. E, por isso o projeto foi identificado como somente uma iniciativa pontual e operacionalizada pelas conjunturas políticas. Outro ponto que houve falha foi que a maioria dos projetos se iniciou com uma baixa produção de subsistência e com monocultivos, e não com uma proposta de fortalecer a agricultura familiar diversificada e comercial.

Toda esta experiência analisada no projeto-piloto Cédula da Terra coloca em xeque o discurso do Banco Mundial e os efeitos do modelo de Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (RAAM) como rumo para uma formação de programas de acesso à terra, com foco no desenvolvimento rural, principalmente em regiões com maiores índices de concentração fundiária. É nítido que programas como esse têm efeito limitado e casos particulares para resolver a questão de acesso à terra no Brasil, mas que não superariam todos os problemas como a dependência de acesso a ofertas de terras por parte dos proprietários e a inaptidão de reordenar a estrutura fundiária, bem como atingir as demandas sociais pela terra, já que a maioria dos demandantes de terras no país não tem como pagar pelo seu financiamento. O projeto Cédula da Terra, foi implementado como um novo instrumento para o auxílio à

reforma agrária, mas não se mostrou capaz de proporcionar um método eficaz de promoção do desenvolvimento rural, econômico e do direito social no campo (PEREIRA, 2012).

4.2 Assentamentos Rurais Banco da Terra

Uma das principais ações criadas através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária foi o projeto Banco da Terra, que desde o início dos anos de 1998 teve o foco em financiar terras e distribuí-las a famílias não possuidoras de terras, para que fossem inseridas em um assentamento com caráter associativo onde pudessem viver e produzir. Mas, para que essas famílias sem terras conseguissem se beneficiar desta política, houve algumas iniciativas e também entraves para que este projeto pudesse ser executado

O programa Banco da Terra passou a dar continuidade após o antigo projeto-piloto Cédula da Terra, através de um acordo firmado com o Banco Mundial e o Governo Federal. Foi executado de maneira experimental em 1997, somente em alguns estados: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. O Banco da Terra surgiu para dar sequência ao projeto Cédula da Terra, que caracterizou a expansão da proposta de “reforma agrária de mercado” no Brasil, e enfim, foi aprovado por lei em 1998 o Projeto Banco da Terra. Em seguida, o Governo Federal solicitou os devidos recursos ao Banco Mundial para a execução do programa, em um valor de US\$ 1 bilhão para financiar aproximadamente 200 mil famílias em um período de cinco anos (SANTOS, 2005).

Segundo documentos oficiais o Banco da Terra surgiu através da nova organização das políticas agrárias do Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso Lei complementar nº 93, sancionada em 04 de fevereiro de 1988 e regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999, a partir de um conjunto de políticas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar no país (BRASIL, 2002).

Segundo o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), umas das propostas originais do projeto Banco da Terra seria realizar o financiamento de terras, infraestrutura e suporte aos trabalhadores rurais visando:

“Contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo tomado como um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização

tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar” (BRASIL,2002).

O principal propósito do programa foi a integração da agricultura familiar, através dos assentados, junto com o mercado, podendo conceber aos agricultores o acesso à terra através de um financiamento.

A proposição central do programa é a de promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais — que compreendem pequenos e médios centros urbanos —, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas (BRASIL, 1999, APUD SANTOS, 2005, p.40).

No entanto, as promessas para se cativar o produtor rural ao campo não ocorreram assim tão tranquilas. Embora o projeto tivesse um propósito inicial ambicioso, com o passar dos anos a realidade não concretizou o planejado. Tiveram milhares de famílias e produtores rurais que desistiram de suas terras, por insatisfação dos recursos que o projeto Banco da Terra e suas propriedades traziam para elas.

Para os agricultores familiares acessarem este financiamento através do programa Banco da Terra, eles deveriam cumprir algumas diretrizes e exigências prescritas no programa. Uma delas: a criação de uma associação local para que pudessem acessar a linha de crédito. De acordo com a Lei Complementar Nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências:

Art. 10. As entidades representativas dos produtores e dos trabalhadores rurais, sob a forma de associações ou cooperativas, com personalidade jurídica, poderão pleitear financiamento do Fundo - Banco da Terra - para implantar projetos destinados aos beneficiários previstos no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Os financiamentos concedidos às cooperativas ou associações de produtores rurais, vinculados aos projetos de assentamento, devem guardar compatibilidade com a natureza e o porte do empreendimento.

§ 2º A cooperativa ou associação de produtores rurais poderá adquirir a totalidade do imóvel rural para posterior repasse das cotas-partes da propriedade da terra nua, bem como dos custos da terra e dos investimentos em infraestrutura aos seus cooperados ou associados beneficiários desse Fundo (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

Conforme Santos (2005), após os financiamentos das terras, que foram realizados pelo programa de crédito fundiário, os agricultores assentados teriam um período de vinte

anos para pagar o financiamento de suas terras, com um acréscimo aceitável de até três anos de carência, em razão da capacidade de pagamento, acrescentado de juros prefixados, de 4% ao ano. O lote financiado é a única garantia real de empréstimo, no qual, ele fica alienado até o assentado terminar de pagar o imóvel. Todos os recursos aprovados e que foram atribuídos ao programa, até no mês de julho de 2002, foram de R\$ 862,6 milhões, somados aos R\$ 56,3 milhões referente aos empréstimos com o Banco Mundial, totalizando R\$ 918,9 milhões, que devia atender cerca de 49.622 famílias de empreendedores rurais familiares. Aproximadamente, 1.300 municípios do Brasil foram atendidos, através das 72 Agências do Banco da Terra, que estavam situadas em todas as regiões do país.

Nas exigências do programa Banco da Terra para com os trabalhadores rurais também existiram algumas restrições a pessoas que não poderiam participar desta modalidade de crédito rural. Seriam elas: trabalhadores que estavam restritos a receber o financiamento com os devidos recursos do Banco da Terra; aqueles que já foram beneficiados com este recurso, mesmo que os beneficiários já tivessem liquidados os seus débitos; o agricultor que já teve acesso a qualquer outro projeto de assentamento rural; aqueles que já exerceram atividades públicas no governo, as famílias que tiveram uma renda anual bruta maior que R\$ 15.000 (Quinze Mil Reais); aqueles que já tiverem sido proprietárias de algum imóvel rural; aqueles que tivessem adquirido, com direito de herança, alguma propriedade rural; e aqueles que tivessem um patrimônio maior que trinta mil reais.

Para a comprovação de tempo em atividades rurais, analisou-se anotações em carteira de trabalho ou alguma comprovação de participação em cooperativas, associações, sindicatos, ou grupos representativos de trabalhadores e produtores rurais. O agricultor rural, para conseguir ter o acesso ao financiamento do Banco da Terra, teve que preencher um documento chamado “Carta Consulta”. Esse documento era preenchido por um agente representativo da associação ou da cooperativa, ou até mesmo pelo beneficiário junto ao Conselho Municipal. As documentações necessárias que os trabalhadores rurais tiveram que apresentar à associação eram as cópias do CPF e da identidade, e também o documento que comprovasse que o trabalhador exercia atividades rurais por mais de cinco anos. O valor do financiamento foi no máximo R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por família, para a compra do lote rural, já incluso todos os custos com as documentações necessárias para a transferência de dono da propriedade, também as despesas oriundas no cartório, e o registro do contrato de financiamento e dos investimentos de infraestrutura (SANTOS, 2005).

4.3 Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um projeto que tem como objetivo gerar alternativas de acesso à terra e auxiliar a Reforma Agrária, e passou a substituir o Banco da terra em 2003. Além das compras de terras, o programa financia a assistência técnica e outros projetos que podem ajudar o desenvolvimento das famílias em seus empreendimentos, sobretudo com investimentos com foco na produtividade para além da própria aquisição das terras. Com a criação do PNCF, em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) sentiu a necessidade e obter uma análise dos perfis dos beneficiários inadimplentes, dos principais programas de apoio no acesso à terra e da Reforma Agrária (LIMA, VIEIRA, CASTRO, 2011).

De acordo com a PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2021, dos beneficiários do PNCF poderão ser beneficiados com financiamento amparados com recursos do Fundos de Terra:

- a. trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovem, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência na atividade rural;
- b. 4.1.2. agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de propiciar-lhes o próprio sustento e o de suas famílias;
- c. 4.1.3. os interessados com idade entre 18 (dezoito) até 70 (setenta) anos;
4.1.4. os jovens de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.
- d. 4.2. Os candidatos deverão comprovar 5 (cinco) anos de experiência na atividade rural nos últimos 15 (quinze) anos. Os jovens com idade entre 16 (dezesesseis) e 19 (dezenove) anos deverão comprovar 2 (dois) anos de origem na agricultura familiar, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica, dos Centros Familiares de Formação por Alternância, inclusive similares (PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2021).

Conforme o Decreto nº 9263, de 10 de janeiro de 2018, têm o direito de acesso ao Programa pessoas que atendam os seguintes critérios:

- “renda bruta familiar anual no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e patrimônio no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para famílias da região Norte e dos Municípios que integram a área de

abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

- renda bruta familiar anual de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e patrimônio de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para famílias de qualquer região, exceto aquelas localizadas nos Municípios da área de abrangência da Sudene; e
 - renda bruta familiar anual de até R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) e patrimônio de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para famílias de qualquer região.
- O candidato tenha, no mínimo, 5 anos de experiência com a exploração agropecuária, nos últimos 15 anos, podendo ser contabilizado o tempo destinado a escola vinculada ao meio rural (colégio agrícola, escolas agrotécnicas e Centros Familiar de Formação por Alternativa-CEFFA's);
 - O prazo de experiência previsto acima compreende o trabalho na atividade rural exercido até a data do período de empréstimo ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, praticado como autônomo, empregado, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica-agrícola, inclusive similares;
 - O candidato não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da data de apresentação do período de cesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar.
 - O candidato não seja promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;
 - O candidato, bem como seu cônjuge estejam dispostos a assumir o compromisso de tomar e, posteriormente, pagar o empréstimo para a aquisição de terras e, quando houver projeto de infraestrutura básica e produtiva, a aplicação dos recursos em conformidade ao projeto aprovado” (Decreto nº 9263, de 10 de janeiro de 2018).

O PNCF abrange os programas e ações de reordenamento fundiário, da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que através das ações do crédito fundiário tem o objetivo de aumentar a redistribuição de terras, melhorar os regimes de propriedade para o uso de famílias, com o intuito de realizar a distribuição de terras e aumentar o acesso. O programa tem uma subdivisão entre suas frentes de financiamento, se adequando a cada público, a primeira, Combate à Pobreza Rural (CPR), que tem o foco nos produtores rurais mais pobres, principalmente aos trabalhadores do Semiárido nordestino. O segundo se chama Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), que dá prioridade aos agricultores familiares que não tem terras, ou com poucas terras para cultivar suas produções. O PNCF é realizado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, do Orçamento Geral da União, com os principais agentes da Nossa Primeira Terra/CPR e Combate à Pobreza Rural, que fornecem recursos de

financiamentos de investimento comunitários, servindo para a difusão, avaliação do programa e capacitações (LIMA, VIEIRA, CASTRO, 2011).

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2011) a Consolidação da Agricultura Familiar abrigava cerca de 35 mil contratos, aproximadamente 45 mil famílias beneficiárias, e mais de 1,5 bilhão de reais na compra de terras. Na linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) eram cerca de 2,5 mil contratos, 46 mil famílias beneficiárias, e 300 milhões de reais para o investimento de compra de terras, e 500 milhões para a infraestrutura. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), abrangia ainda as linhas Nossa Primeira Terra (NPT/CAF e NPT/CPR), que tinha em torno de 2,6 mil contratos, no qual 3,5 mil famílias tiveram os financiamentos que resultaram mais de 100 milhões de reais. Já no Banco da Terra eram por volta de 17.530 contratos e 35.097 famílias beneficiárias do programa.

Segundo o Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura-IICA (2010, apud LIMA, VIEIRA, CASTRO, 2011) a execução o PNCF tem apoio e responsabilidade dos estados e de organizações dos trabalhadores rurais, como exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF) e as Fundações Estaduais de Terras, através das quais é feita uma ação com as próprias associações dos trabalhadores, com intermediação do estado, que tem total autonomia na execução dos projetos e de definir os integrantes que podem se beneficiar do mesmo.

Levando em consideração desde a criação das primeiras ações de crédito fundiário no Brasil, como exemplo, a Cédula da Terra em 1996, passaram-se 24 anos. No ano de 2003 tiveram os reordenamentos das políticas de crédito fundiário no país, com a criação do PNCF, e no momento presente se requer um diagnóstico dos perfis de inadimplentes da comunidade de famílias beneficiárias do Fundo de Terra e da Reforma Agrária, permitindo que os gestores possam identificar os principais entraves que estão resultando no endividamento. Em contrapartida, os gestores do Fundo de Terra e Reforma Agrária podem tomar medidas operacionais que busquem diminuir esses efeitos e fatores que ocasionam a inadimplência dos beneficiários (LIMA; VIEIRA; CASTRO, 2011, p.18).

O financiamento para o combate à pobreza rural, de acordo com o art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56 de dezembro de 2001, teve por objetivo fornecer apoio às famílias que

tenham realmente necessidades. Também realizar instalação de infraestrutura comunitária e capacitação dos trabalhadores que iriam se beneficiar das terras, com foco na efetividade social e produtiva nos assentamentos. Por meio dessa linha de financiamento, foram destinados meios de empréstimos do Banco Mundial, segundo a Resolução nº 5, de 15 de maio de 2001 do Senado Federal, que deu a opção ao Governo a realizar esses empréstimos, concordando que essas ações deveriam ser destinadas ao financiamento do Projeto de Crédito Fundiário, para o combate à pobreza rural, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do INCRA (LIMA, VIEIRA e CASTRO 2011).

De acordo com Vieira, Castro e Lima (2011) com o fim dos repasses de recursos de empréstimos do Banco Mundial, que financiava todos os recursos para o Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), em 2008 estas ações acabaram. Então o governo brasileiro, com o intuito em ampliar o Programa Nacional de Crédito Fundiário a partir de uma política pública que fosse permanente, publicou o Decreto nº 6.672, de 02 de dezembro de 2008, que possibilitou a liberação de recursos nacionais para a linha de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR), tendo o seguro da efetividade dos Subprojetos de Investimentos Comunitários de forma não reembolsável. Além do mais a iniciativa e a implantação deste decreto como política, viabilizou a ampliação da linha de financiamento para todos os estados que atuassem através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, e não apenas para as regiões que tinham antes, Nordeste e sul, norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Ainda de acordo com Vieira, Castro e Lima (2011) para a expansão do programa, durante o início do ano de 2003, a Secretária de Reordenamento Agrário (SRA) junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), procedeu um determinado processo de consultas as organizações dos movimentos sindicais, principalmente a Contag e a Fetrat-Sul, sendo eles, os estados ou associações dos municípios que fizeram parte do projeto Cédula da Terra e Combate à Pobreza Rural. Foi com a participação dessas entidades que nasceu o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que viria como um projeto amplo para diversas regiões do país. E que agiria no sentido de contribuir na redução da pobreza no campo, melhorando assim as condições sociais dos agricultores através do acesso à terra. O PNCF teve a missão de melhorar os programas de crédito fundiário, investindo na participação de diversos atores sociais, como os próprios movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores rurais, e Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável. Também buscou

efetivar todas as fases de execução do Programa, desde a inspeção, a aptidão dos beneficiários e a conjectura do Programa como um todo.

4.4 Políticas Públicas em Assentamentos Rurais

1.1.1 Desenvolvimento Rural e Sistemas Produtivos em Assentamentos Rurais

Nesta seção do trabalho serão abordadas, de forma complementar às políticas de acesso à crédito fundiário, as principais políticas públicas de desenvolvimento presentes nos assentamentos. A revolução verde, fenômeno conhecido como responsável por efetuar uma grande mudança nas bases tecnológicas da produção agropecuária, porém acentuando-se a exclusão social e sem alterar as estruturas agrárias do país, padronizou de fato a inserção tecnológica, e foi implantada de tal forma que rompeu com formas tradicionais de produção das famílias do meio rural, inserindo parte da agricultura familiar mais capitalizada ao sistema mercantil. Com a difusão do novo padrão na agricultura moderna, o meio rural, que exercia atividades agrícolas, passou a ser um mecanismo dependente às novas maneiras de produzir, em razão do crescimento das demandas urbanas e a partir do interesse dos grandes complexos agroindustriais. A expansão capitalista na agricultura teve seus “anos dourados” entre 1950 e 1975.

Segundo Grisa e Schneider (2015), durante o governo Lula (2003-2010), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou várias medidas estratégicas de inclusão produtiva a partir da política agrária e da política agrícola para a agricultura familiar. Torna-se interessante ressaltar que apesar das dificuldades existentes no semiárido nordestino e na Amazônia, a evolução da política agrícola foi bem mais significativa do que as políticas agrárias, já que as tentativas de “desenvolvimento rural” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de modo geral foram experiências, no entanto frustrantes. Já a política implementada pela Secretária da Agricultura Familiar (SAF), foi ampliada pela política de desenvolvimento territorial, exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e, a partir deste programa, foram realizadas ações públicas por meio da formação de territórios rurais em todo território nacional. Formalizou-se toda uma institucionalidade nestas áreas, com o principal foco em reger socialmente as políticas

territoriais, articulando os atores sociais, as políticas públicas e impulsionando as governanças territoriais.

Ainda de acordo com Grisa e Schneider (2015), as políticas territoriais rurais, e os projetos produtivos da agricultura familiar, caracterizam uma inovação institucional relevante no intuito de agregar as demandas dos distintos povos e comunidades tradicionais existentes no âmbito rural, nas políticas públicas do governo federal. Os tópicos fundamentais da perspectiva territorial foram a tentativa de efetivar a democracia, construindo assim uma nova visão da cultura política no meio rural, e ampliar a autonomia dos trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária e também de povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, desde o ano de 2003, a governança brasileira vem realizando recortes territoriais como locais para se promover e implementar políticas públicas para o meio rural, seja para fortalecer os atores sociais para uma melhor governança de desenvolvimento de seus territórios, seja para promover os frutos e impactos das políticas públicas.

São notáveis a velocidade e a legitimidade com que se consegue alcançar o espaço público, referente ao modelo de desenvolvimento rural brasileiro, e mais do que isto, alinhar as formas e iniciativas do Estado e as políticas públicas executadas pelo governo. Atualmente, é nítida a forma como ocorreram as transformações das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual teve início em 1996. A chegada deste programa simboliza o reconhecimento e a legitimidade, voltada especificamente como uma categoria social – os agricultores familiares, que antes eram retratados somente como pequenos produtores, agricultores de subsistência ou produtores de baixa renda.

Essa abordagem política e social merece um devido destaque, pois antes da década de 1990 não existiu nenhuma política pública especial, e de âmbito nacional, que fosse voltada ao apoio da carência dessa parcela social do meio rural brasileiro. De grosso modo, a reconfiguração feita através das ações do governo para o meio rural, e para a agricultura familiar, andaram de encontro com diversas medidas que operam no âmbito social e econômico da sociedade. Essas transformações, que atingem as populações nos espaços rurais, são referentes aos métodos de ampliação da interdependência das relações sociais e econômicas em nível local ou até mesmo nacional, atribuindo por diversos autores como a essência do desenvolvimento rural brasileiro.

Atualmente, é bem aceito entre estudiosos e especialistas, que o desenvolvimento social e econômico do meio rural, esteja ocorrendo por reconstruções que apontam para necessidade de novas formas de empregos e rendas para os produtores rurais, incluindo-se atividades não-agrícolas. Entre os motivos observados em diversos estudos, as alterações nas formas de ocupação e o avanço da pluriatividade estaria ligado a cinco fatores principais.

De acordo com Schneider (2005), o primeiro fator é a modernização tecnológica e seus efeitos sobre a individualização da agricultura e a externalização das etapas dos processos produtivos. A grande modernização tecnológica permitiu que a agricultura se tornasse uma atividade individualizada, e está cada vez mais, acabando a utilização da mão-de-obra familiar dos produtores rurais. O processo de individualização do trabalho agrícola esteve associado ao aumento dos membros das famílias rurais que passaram a desenvolver outras atividades não-agrícolas.

Ainda de acordo com Schneider (2005), o segundo fator estaria relacionado à queda das rendas agrícolas, por conta do aumento do custo de produção, e também da dependência tecnológica e das políticas protecionistas. Já no modelo de modernização agrícola baseado na “revolução verde”, o aumento das produtividades e do volume de produção global, está associado ao aumento patrimonial dos agricultores, sendo elas as estruturas de produção diversas e maquinários. Os agricultores que estão cada vez mais modernizados, tornam-se cada vez mais dependentes dos insumos de produção e bens de intermediários, no entanto acabam perdendo o controle sobre os custos de produção em suas propriedades. Com o aumento progressivo dos custos, os agricultores acabam não obtendo retornos favoráveis em suas produções. Nesta perspectiva, a busca por atividades complementares de renda não-agrícolas tem sido uma das estratégias dos agricultores para poderem estabilizar sua renda, mesmo tendo aquelas atividades agrícolas mais modernizadas.

Nas palavras de Schneider (2005), o terceiro fator do avanço da pluriatividade é, devido às políticas de estímulo às atividades rurais não-agrícolas, que gera emprego e contenção das migrações campo-cidade. Nos países desenvolvidos, as atividades não agrícolas e a pluriatividade das famílias passaram a ter um devido apoio das políticas públicas para mitigar não somente a queda de renda no setor agrícola, mas também, com o foco na desintensificação da agricultura, buscando retardar os problemas de superprodução e dos impactos ambientais. Um exemplo, são os estímulos realizados, aos agricultores da União

Europeia, introduzida a partir da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), nos anos de 1991/92. Em um cenário que o desemprego se tornou um grande problema em perspectivas de melhorias imediatas, a busca por geração de empregos no meio rural passou a ser destaque entre os objetivos propostos nas execuções das políticas públicas.

Para Schneider (2005), o quarto fator é devido às mudanças nos mercados de trabalho e a predominância da pluriatividade no meio rural pode estar relacionado à dinâmica do mercado de trabalho não agrícola. Vários estudos indicam a relação entre os processos de descentralização industrial em áreas não-urbanas e com o aumento de atividades não-agrícolas no meio rural. Essa é a ocorrência, em particular, algumas regiões do Mediterrâneo, principalmente nos países como a Espanha, Portugal, Itália, e no Brasil em algumas áreas dos estados do Rio grande do Sul (Encosta Inferior e Superior da Serra do Nordeste e Santa Catarina (Vale do Itajaí).

O último fator, de acordo com Schneider (2005), é que a pluriatividade está sendo uma forma intrínseca nas unidades da agricultura familiar, principalmente para os agricultores que não estão conseguindo atingir uma renda satisfatória com o sistema agrícola. Sendo assim, a pluriatividade não é decorrente somente das transformações macro-estruturais da agricultura. As diversas atividades dentro de um mesmo estabelecimento é uma característica intrínseca para o funcionamento das unidades de trabalho realizadas por meio da mão-de-obra familiar.

4.4.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

A agricultura familiar é uma forma de organização da produção agropecuária fundamentada na família e na terra como local de moradia e trabalho. No entanto, podemos dizer que ela é historicamente marginalizada no Brasil. Esse contexto é fruto de uma absorção colonial do país, através de uma “modernização desigual” do segmento da agricultura nacional, que foi tendo uma maior intensidade a partir dos anos de 1960, aonde o governo do país acaba dando um amparo maior as grandes indústrias, que trazem retornos mais favoráveis à economia brasileira, e acaba deixando de lado os pequenos produtores rurais, que são mais fragilizados nos territórios. Esse recurso social provocou uma configuração do sistema agrário brasileiro, que foi marcado por uma desigualdade social significativa no meio rural. Os

principais agentes beneficiários dessas ações governamentais, foram os grandes produtores instalados nas regiões Sul e Sudeste, pois eram ligados a grandes setores de exportação.

Diante desse cenário de desigualdades socioespaciais, o Estado brasileiro tomou iniciativas de incorporar projetos que pudessem minimizar os impactos sociais, que principalmente os agricultores familiares estavam sofrendo. Perante essas situações, foram criados programas e projetos, que de modo geral fortalecessem a agricultura familiar, e dessem o devido suporte aos produtores rurais. O primeiro grande projeto veio a ser criado somente em 1996, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aonde estabeleceu a concessão de créditos bancários e foi uma das principais ações para alavancar as produções através da agricultura.

De acordo com Grisa e Schneider (2015) após meados dos anos 1980, houve um cenário de reivindicações por parte de movimentos sociais, principalmente através do sindicalismo rural, com o objetivo de exigir medidas que pudessem apaziguar os efeitos da política econômica modernizante do período da ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985. Após passar esta primeira fase, o governo brasileiro acaba tendo percepção da necessidade e demandas para tal cenário, no qual, em 1996 criou o Pronaf. A implantação desta nova política teve foco em edificar um novo modelo de desenvolvimento rural no país, e sua principal função era combater a desigualdade social que estaria dizimando o desenvolvimento rural. O Pronaf entra em cena, como uma ação governamental que pudesse ampliar as alternativas de investimentos dos produtores rurais, para que eles pudessem aumentar e tecnificar suas produções, gerando mais renda, e melhorando suas condições sociais no meio rural. Mas tomando consciência que o processo de evolução do Pronaf, tem sido avaliado com ressalvas.

Conforme Grisa e Schneider (2015) para que o programa pudesse ter efetividade, a sua estrutura foi executada em quatro eixos importantes de ação, sendo a primeira, obter uma negociação e articulação de políticas públicas, a segunda ter uma instalação e melhoria de infraestrutura e serviços nos municípios, a terceira o financiamento da produção da agricultura familiar (custos de investimento), e a quarta e última, refere-se a capacitações e profissionalização de produtores rurais familiares e técnicos. A grande escassez de crédito, na época foi visto com um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores, e a partir disto, o governo anunciou o financiamento da produção, através do Pronaf-crédito, como o principal agente de desenvolvimento rural sustentável.

A quantidade de beneficiários do programa ao longo os anos foi ampliada, em razão da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326 de 2006). Assim, além dos agricultores que já faziam parte do início do Pronaf, agora também poderiam acessar o programa, extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas e agricultores assentados do crédito fundiário e da reforma agrária. Mas os que solicitarem os benefícios do programa, precisam comprovar suas características através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e que se encaixam na categoria de agricultura familiar.

Como ilustrado no Quadro 2, o grupo A é formado pelos agricultores assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), também pelo Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Já o Grupo B, é formado por agricultores familiares mais pobres, que tem uma renda bruta anual de até R\$ 23.000,00, e mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, A/C e B do Pronaf. E o Grupo A/C, abrange as características de agricultores(as) do PNRA, e beneficiários do PNCF.

Quadro 2 - Classificação dos grupos e linhas PRONAF na safra 2020-2021

GRUPOS	CARACTERÍSTICAS
A	Agricultores(as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00, para apoiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.
A/C	Agricultores(as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Fonte: BNB (2020).

As características abordadas no quadro acima deixam evidentes quais são os principais traços necessários que cada beneficiário deve ter. Para que os mesmos possam ser inseridos em um dos três grupos proporcionado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

4.4.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Para o fortalecimento da agricultura familiar como um importante ator social, em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o objetivo de mitigar o problema da insegurança alimentar por meio do fomento da agricultura. Pela primeira vez em sua história o país desenvolve um programa de apoio aos processos de comercialização da produção agrícola familiar.

Segundo Grisa e Schneider (2015, p.155-156) nos estudos rurais, o PAA e os mercados institucionais passaram a ser os temas mais comuns e debatidos, contendo a realização de diversas pesquisas, dissertações e teses, em função da importância do programa na última década. Deste modo obteve uma exatidão em relação à agricultura familiar e a segurança alimentar o país a partir do aprendizado decorrente do Programa.

“A novidade” trazida pelo Programa e que despertou grande interesse consiste justamente em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. Em termos gerais, o PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para formação de estoques estratégicos (GRISA e PORTO, 2015, p.156).

Segundo Medeiros (2013), o PAA é vinculado e operacionalizado por meio de convênio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), administrações estaduais e municipais e convênio estadual. Esta iniciativa prevê a constituição de uma alta coordenação do programa em um nível estadual, prezando a articulação de diferentes agentes no âmbito municipal. Para a execução do programa, é necessário a aprovação por um conselho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Segurança Alimentar).

Ainda segundo Medeiros (2013), a origem desses recursos utilizados no programa mudou muito no decorrer dos anos. Entre os anos de 2003 e 2005, o Programa de Aquisição de Alimentos foi operado com recursos do MDS, pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sendo realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em ligação com os governos estaduais, municipais e a CONAB. Já no ano de 2006, o MDA, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, compôs o Conselho Gestor do programa com a dotação de orçamentos próprios, no entanto obtendo recursos para aquisição de produtos e estoques para os agricultores e de suas organizações.

As características que marcam o programa são a sua flexibilidade e adaptação à diferentes cenários regionais. É por isso que se encontra em constante formulação desde sua

implantação no Plano Safra de 2003/2004. O PAA está sendo sempre aprimorado diante do cenário jurídico-institucional, em suas operações e modalidades, junto às parcerias e recursos envolvidos no programa.

Levando em consideração as instituições envolvidas na sua execução, o programa tem sido, em sua trajetória, acompanhado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e organizações da sociedade civil. No âmbito nacional, o PAA é executado por um grupo gestor que envolve alguns representantes destes ministérios: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Agrário (MDA); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Fazenda; e o Ministério da Educação. O MDS e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estão responsáveis pela parte operacional do programa (MEDEIROS, 2013).

Desse modo, o PAA abrange o fortalecimento da produção agrícola familiar e garante a segurança alimentar de populações em situação de vulnerabilidade social. Como exposto no Decreto_Nº 9.214, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017 , o PAA possui as seguintes finalidades:

- I- incentivar a agricultura familiar, promover a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, a industrialização de alimentos e a geração de renda;
- II- incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III- promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano a alimentação adequada e saudável;
- IV- promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V- constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI- apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII- fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VII- promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- VIII- estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2017).

Diante algumas transformações institucionais, o PAA encontra-se nos dias de hoje estruturado em seis modalidades, que atendem distintas medidas de relação da agricultura familiar com os mercados, como também, diferentes necessidades de promoção da segurança alimentar e nutricional. O quadro 3 aponta as distintas modalidades, objetivos e modelos de atuação.

Quadro 3 - Síntese das modalidades de execução do PAA em 2014

Modalidade	Características
Compra com Doação Simultânea	Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ou Estados ou Municípios, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (MDS). Os agricultores podem participar na forma individual ou por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$ 6.500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões.
Formação de Estoques	Atua no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 1,5 milhão.
Compra Direta	Visa a compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil.
PAA Leite	Possibilita a compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores. É operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/ semestre: R\$ 4.000,00.
Compra Institucional	Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00.
Aquisição de Sementes	Visa a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 6 milhões.

Fonte: Grisa e Porto (2015, p. 157).

Conforme Grisa e Porto (2015) no ano de 2003 com o início da execução do PAA, e com algumas mudanças no mercado institucional, o programa surgiu como o primeiro projeto de compras públicas com o direcionamento exclusivo aos agricultores familiares, dando total ênfase na segurança alimentar e nutricional. Este programa destina-se, especificamente, à aquisição das produções agropecuárias dos produtores rurais inseridos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e incluídas na esfera de assentados da reforma agrária, sendo eles, produtores rurais sem terras, quilombolas, acampados, comunidades indígenas, agroextrativistas, e famílias atingidas por barragens. Também ocorreram algumas iniciativas no processo de inclusão das mulheres e agricultores familiares com maior vulnerabilidade social, como os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Para uma maior eficiência na participação dos produtores rurais, o PAA dispensou a utilização obrigatória das licitações, mas os preços não devem ser superiores se comparados aos mercados da região. Esse feito é uma inovação institucional muito importante, pois, anteriormente, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) limitava a participação de grande parte dos agricultores familiares no mercado, dando espaço às concorrências empresariais, que normalmente é dada a escalas de produção maiores e com os custos de produção mais baixos.

Ainda de acordo com Grisa e Porto (2015) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), possibilita a compra de um conjunto de produtos/alimentos dos agricultores familiares, dando a oportunidades para que eles disponibilizem os alimentos produzidos em suas propriedades ao programa. Entretanto, deve-se estar de acordo com as prescrições do projeto estabelecido pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e também com o Governo Estadual e prefeituras municipais. Todo este processo de parceria com as entidades de assistência social e das frentes de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, deu o devido acesso para que às famílias vendessem seus alimentos diversificados e para que pudessem fortalecer a cultura nutricional da região. A efetividade do PAA também possibilitou uma grande variedade de produtos destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social, isso anteriormente não chegava com facilidade, nas mesas das famílias que mais necessitavam. No segundo semestre do ano de 2021, o Governo Brasileiro atribuiu uma Medida Provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, instituindo o Programa Alimenta Brasil, em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no ano de 2003. A Medida Provisória instituindo o Programa Alimenta Brasil, dispõe das seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos;
- V - apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais organizações da agricultura familiar; e
- VI - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2021).

O Programa Alimenta Brasil poderá ser executado a partir de algumas diferentes modalidades. A compra com doação simultânea, que realiza a compra de uma diversidade de alimentos e de doações simultâneas às unidades receptoras, através da equipe gestora do programa, destinando diretamente aos beneficiários, com o intuito de atender as necessidades de suplementação alimentar locais, de pessoas com situação de insegurança alimentar e nutricional.

Outra modalidade que poderá ser executada, é através da compra direta, que tem o objetivo de realizar compra de produtos já definidos pelo grupo gestor do programa, com o intuito de sustentar os preços. A próxima modalidade é o incentivo à produção e ao consumo de leite, que tem o principal foco na compra de leite, que após ser feita a aquisição, será doado às unidades receptoras, direcionados aos beneficiários finais, também com o objetivo de atender as demandas locais de famílias com situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Outra modalidade atribuída pela Medida Provisória, é o apoio à formação de estoques, que tem o principal objetivo em apoiar financeiramente a constituição de estoques dos alimentos por cada organização fornecedoras, para em seguida realizar a comercialização e devoluções de recursos ao Poder Público. E por último a modalidade de compra institucional, que tem o propósito de realizar compras da agricultura familiar por intermédio dos chamamentos públicos, podendo assim atender as demandas de gêneros alimentícios e de materiais propagativos, por parte dos órgãos comprador, nas hipóteses já definidas pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, para posteriormente realizar as doações aos beneficiários consumidores (BRASIL, 2021). Ou seja, não muda em praticamente nada o que o PAA já vinha fazendo, somente o fato de colocar em risco os milhões de brasileiros que passam fome, sobretudo neste momento de pandemia. Trata-se do desmonte e, enfim, a extinção de toda a institucionalidade de um programa que tem grande êxito no combate à fome por outro, em que até dotação orçamentária é incerta.

Neste sentido, é digno de nota que nos últimos cinco anos as políticas públicas estão sofrendo um processo de desmantelamento (GRISA, 2021). Desde a concepção enquanto um programa estrutural de governo e papel do estado até suas efetividades junto aos públicos-alvo. Neste sentido, a volta do Brasil ao Mapa da Fome é somente a ponta do iceberg cuja base é esse desmonte das capacidades do Estado em combater a fome por meio de políticas e

programas públicos. Dos anos de 1995 a 2016 tiveram importantes construções de políticas públicas e foram consolidadas a partir do fortalecimento nas esferas políticas e institucionais.

Sem dúvidas que o PAA foi uma dessas políticas que atuou, concomitantemente, nos sistemas produtivos da agricultura familiar com o intuito de disponibilizar alimentos e mitigar a insegurança alimentar da sociedade como um todo. As grandes mudanças no contexto político, econômico e social, nestes últimos cinco anos, além das rupturas deliberadas de institucionalidades podem ocasionar ainda mais a diminuição do número de políticas socioassistencial, reduzindo também o número de instrumentos usados para sua execução. Segundo Grisa (2021), isso tem gerado a diminuição na densidade e intensidade das políticas e seus instrumentos operacionais, como é o caso da redução orçamentária do PAA e da sua possível substituição pelo Programa Alimenta Brasil.

4.5 Representatividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nível nacional

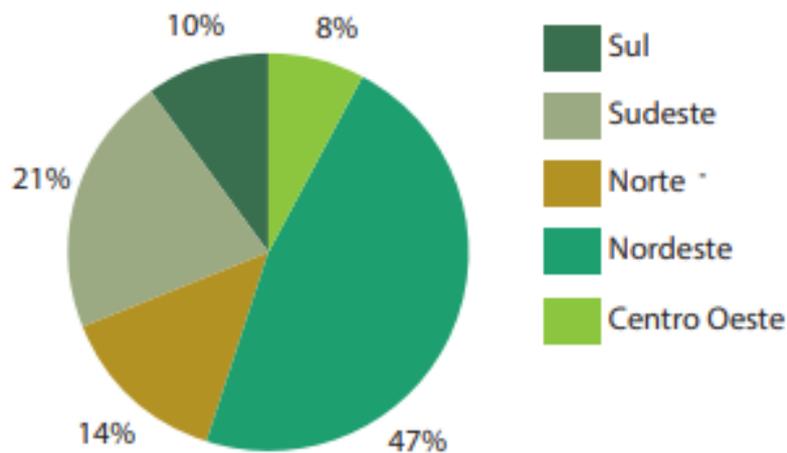
Além de criar laços com a sociedade, a fim de mitigar a fome, o PAA também incentiva a produção orgânica e agroecológica, fazendo com que os alimentos produzidos na comunidade rural sejam providos de nutrientes adequados para as famílias se alimentarem de uma forma mais saudável.

Os alimentos produzidos, especificamente para o programa, normalmente são da própria região onde o PAA atua. Com isso, é possível reduzir o distanciamento entre a produção e o consumo das pessoas, incentivando a economia da região inserida, de maneira possibilitar os arranjos institucionais e coloca-los em ação, formando compromissos entre os atores envolvidos na rede (GRISA; PORTO, 2015).

Os dados nas figuras a seguir identificam os principais resultados do PAA no Brasil, e sua representatividade nos diversos estados em que o programa foi inserido, como também os principais atores envolvidos na rede, e os beneficiários contemplados com esta política pública.

A Figura 7 demonstra a distribuição percentual dos recursos do PAA, por região, no ano de 2016, bem como, identifica as principais regiões que se beneficiam com os recursos do programa, e também as que menos possuem acesso aos recursos do PAA.

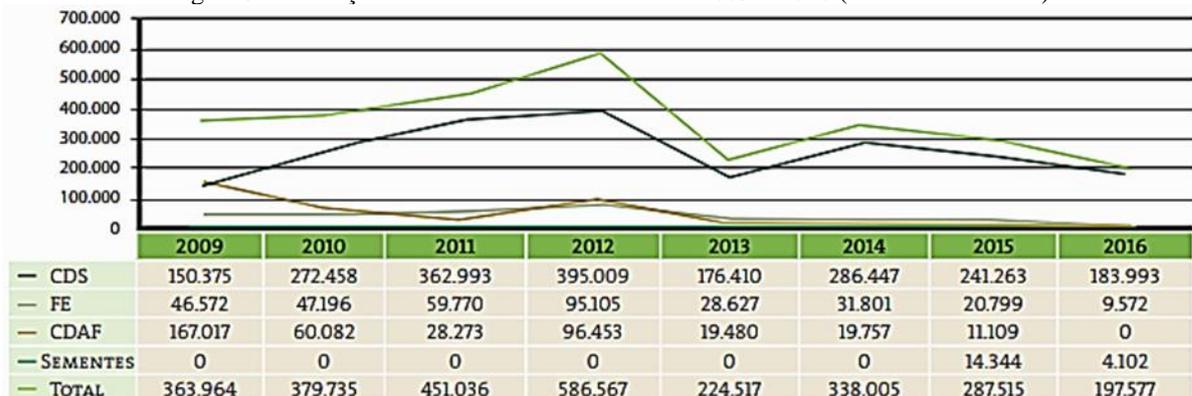
Figura 8 - Distribuição percentual dos recursos do PAA por região em 2016



Fonte: CONAB (2017, p. 9).

Conforme demonstrado na figura 8, as regiões Nordeste e Sudeste são as que mais possuíram distribuição de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ano exercício de 2016. É evidente que os resultados de cada região, as demandas pelo programa são variáveis, devido às diversidades e características próprias de cada território, tanto em razão das organizações sociais, como das suas representações.

Figura 9 - Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2016 (valor em mil reais)



Fonte: CONAB (2017, p. 10).

A figura 9, também do ano de 2016, demonstra que foi realizado cerca de R\$ 9,6 milhões de produtos para Formação de Estoque (FE), evidenciando que o arroz representou 49% e a castanha do Brasil representou o percentual de 28%. A categoria que apoia a

formação de estoques através da Agricultura Familiar CPR estoque (Combate à Pobreza Rural), é constituído por um apoio financeiro na criação de estoques de produtos e alimentos por parte das instituições fornecedoras, no qual, posteriormente, são comercializados os alimentos, e se necessários realizar as devidas devoluções de recursos ao poder público. Desde o ano de 2013, essa modalidade é realizada somente com os recursos vindos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

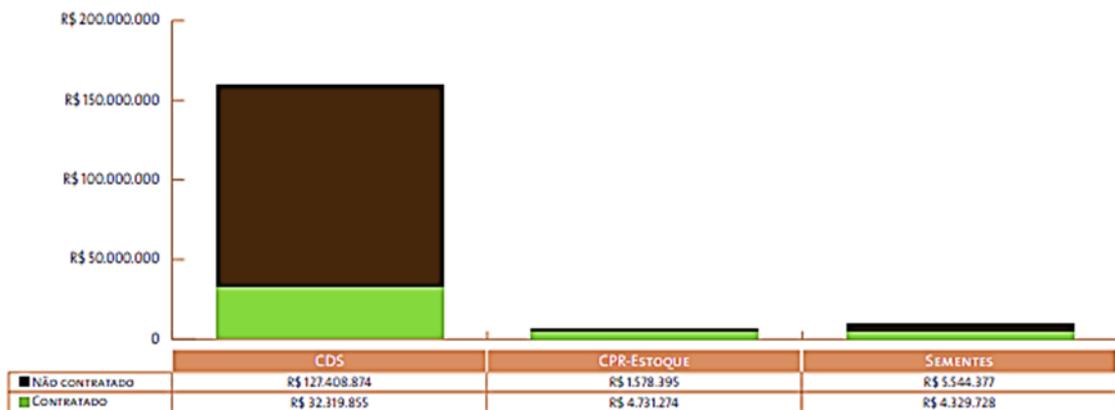
Figura 10 - Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização em 2016 (R\$)

Região/UF	CDS	CPR - Estoque	Sementes	Total
SUDESTE	41.313.389,75	0	0	41.313.389,75
ES	5.361.055,71	-	-	5.361.055,71
MG	12.764.275,70	-	-	12.764.275,70
RJ	1.236.845,75	-	-	1.236.845,75
SP	21.951.212,59	-	-	21.951.212,59

Fonte: CONAB (2017).

As informações das Figuras 9 e 10, demonstram que o maior e melhor desempenho do PAA no ano de 2016 está atrelado à modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS), realizada com os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O efeito dessa modalidade, comparado às demais, está relacionado às suas características, no qual possibilita a comercialização de produtos/alimentos da agricultura familiar, como frutas, verduras, hortaliças, e doces caseiros, e é obtido através das organizações que fornecem os produtos, sendo entregues às instituições sociais para uma melhor eficiência na distribuição destes alimentos à sociedade.

Figura 11 - Demonstrativo da demanda recebida por modalidade, em 2019



Fonte: CONAB (2020, p. 21).

Observa-se na Figura 11, os demonstrativos da demanda recebida por modalidade, no ano de 2019. Na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), foi contratado o valor

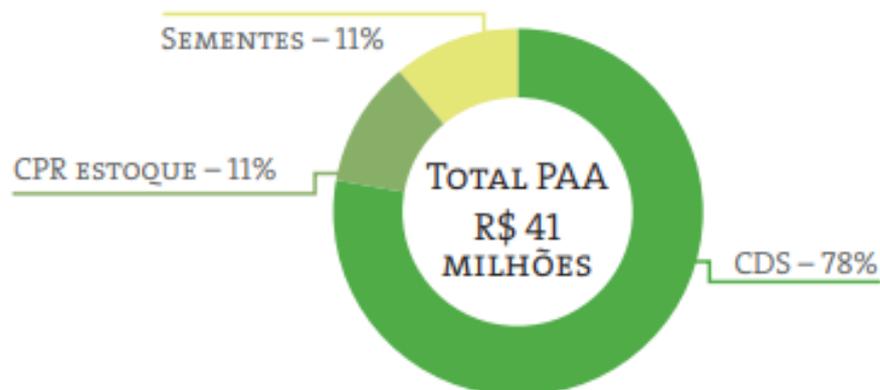
de R\$ 32.319.855, e não contratado o valor de R\$ 127.408.874. Na modalidade Combate à Pobreza Rural – Estoque (CPR), foi contratado o valor de R\$ 4.731.274, e não contratado o valor de R\$ 1.578.395. E na modalidade de sementes, no ano de 2019 a demanda recebida foi o valor contratado de R\$ 4.329.728, e não contratado o valor de R\$ 5.544.377.

Na Figura 11, é possível observar os resultados mais atuais das demandas recebidas por modalidade em 2019. É nítido que na Figura 9, anterior, que as modalidades CPR-Estoque e Sementes não foram executadas efetivamente em 2016, por conta do grande desmantelamento do PAA, e sua redução orçamentária a partir deste mesmo ano. Mas já com os resultados da Figura 10, observa-se que estas duas modalidades que foram executadas no ano de 2019 já tiveram resultados mais animadores, e que ambas modalidades foram melhor executadas.

De acordo com a Conab (2020), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é operacionalizado pela Conab há 16 anos, e a efetividade do programa nos anos de sua intensidade deve-se pela execução e credibilidade que tem a Companhia, que nos seus anos de atuação é reconhecida pela sociedade ao “promover a garantia de renda ao produtor rural”, a segurança alimentar e nutricional e no abastecimentos, podendo gerar alternativas sólidas para a agropecuária e para uma melhor efetividade das políticas públicas no contexto rural e social.

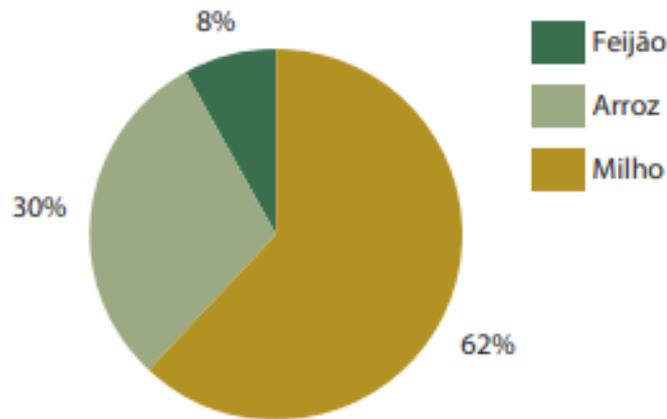
Na Figura 12 a seguir, os resultados irão demonstrar a participação em percentual dos recursos do PAA, por cada modalidade. O total dos recursos disponibilizados somaram R\$ 41 milhões distribuídos através da modalidade CDS (78%), na Aquisição de Sementes totalizou (11%) e na CPR-estoque representou (11%).

Figura 12 - Distribuição percentual dos recursos do PAA, por modalidade, em 2019



A melhor efetividade da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) em relação as demais modalidades, deve-se a sua estrutura e características, no qual possibilita a comercialização de produtos advindos da agricultura familiar, como as frutas, hortaliças, biscoitos caseiros, doces, que são adquiridos através de organizações fornecedoras e distribuídas às unidades Receptoras (CONAB, 2020).

Figura 13 - Distribuição dos Recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2016 (%)



Fonte: CONAB (2017, p. 11).

Ainda sobre 2016, foram investidos cerca de R\$ 4 milhões na execução da modalidade de Aquisição de Sementes, totalizando 1,1 mil toneladas de sementes advindas da agricultura familiar, localizadas nos estados do Paraná, Goiás, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A Figura 13 demonstra as principais culturas na distribuição dos recursos do PAA em sementes em porcentagem.

Todas estas demandas foram realizadas através das delegações federais da SEAD, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e das secretarias estaduais de agricultura. Todas as sementes obtidas foram distribuídas aos produtores rurais assentados da reforma agrária aos quilombolas e aos agricultores familiares.

Figura 14 - Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores em 2016

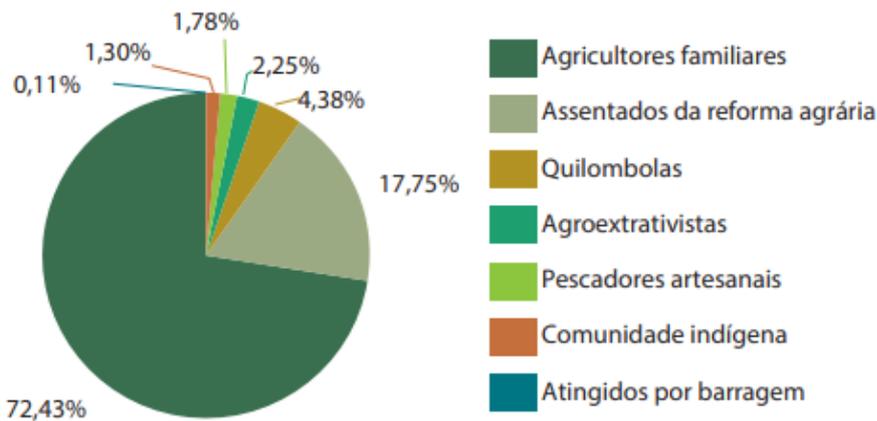
Região/UF	Nº de Projetos							Total
	Agricultores Familiares	Agroextrativistas	Assentados da Reforma Agrária	Atingidos por Barragem	Comunidade Indígena	Pescadores Artesanais	Quilombolas	
SUDESTE	105	-	51	0	0	2	11	169
ES	24	-	3	-	-	-	4	31
MG	53	-	-	-	-	-	1	54
RJ	9	-	-	-	-	2	-	11
SP	19	-	48	-	-	-	6	73

Fonte: CONAB (2017).

A figura 14 apresenta a distribuição dos projetos por categorias dos beneficiários fornecedores. Vale ressaltar que Minas Gerais foi o estado que mais deu apoio aos agricultores familiares na distribuição dos projetos através do PAA, seguido do estado do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Referente ao número de projeto atribuídos aos Assentados da Reforma Agrária, somente dois estados se beneficiaram do programa: São Paulo, que se encontra em primeiro e Espírito Santo. Na categoria Pescadores Artesanais, somente o estado do Rio de Janeiro se beneficiou do investimento através do programa. E por último, na categoria Quilombolas, o estado de São Paulo encontra-se em primeiro, seguido do Espírito Santo e Minas Gerais.

Figura 15 - Distribuição dos projetos por categorias de beneficiários fornecedores em 2016



Fonte: CONAB (2017, p. 13).

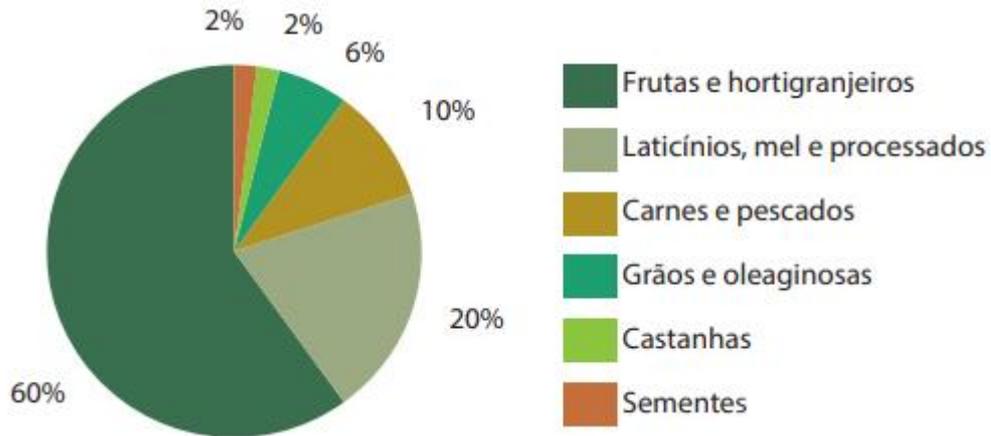
Na Figura 15, ficam mais claras as informações referentes à distribuição dos projetos por categorias de beneficiários fornecedores no ano de 2016. Pode-se observar que a participação dos agricultores assentados da reforma agrária ocupou o segundo lugar comparados com às outras categorias, e em relação aos números de projetos do PAA no ano de 2016.

4.5.1 Relações dos recursos e produtos adquiridos pelo PAA

A aquisição de alimentos através do PAA é muito diversificada, assim, encontram-se inúmeras culturas e produções no meio rural para atender tanto aos critérios exigidos pelo programa, como o valor nutricional nos diversos alimentos distribuídos às famílias em situação de vulnerabilidade social. Desde o ano de 2003, foram somados mais de 500 tipos de

produtos/alimentos comercializados e o PAA vem buscando atender com enfoque principalmente nas questões sociais, para mitigar a fome na sociedade.

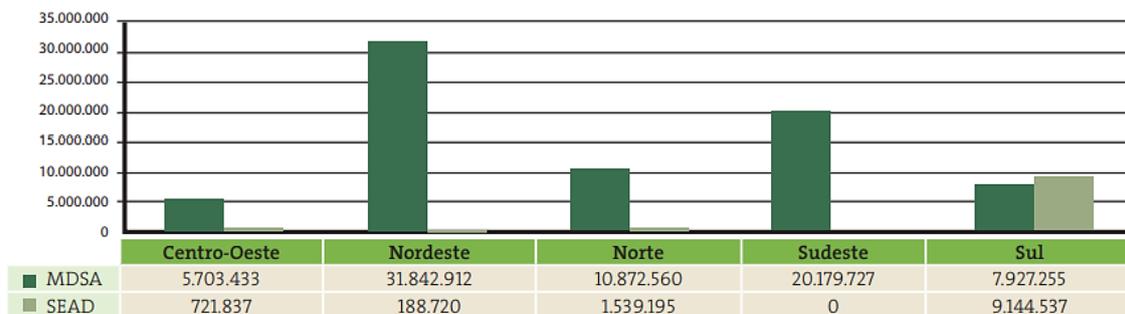
Figura 16 - Diversidade de produtos adquiridos pelo PAA no ano de 2016



Fonte: CONAB (2017, p. 14).

Vê-se na Figura 15 a vasta diversidade dos produtos adquiridos pelo PAA no ano de 2016. Com o percentual de 60%, encontram-se as frutas e hortigranjeiras. Os laticínios, mel e processados, juntamente com as carnes e pescados, alcançam 30% dos valores das aquisições feitas pelo programa. Já os grãos e oleaginosas, castanhas e sementes representam 10% das aquisições. Vale destacar, que dentre esses produtos adquiridos, estão inclusos o milho, a raiz da mandioca, a banana e a abóbora. Grande parte destas produções normalmente são regionais, ou especificamente na região onde a frente do projeto do Programa de Aquisição de Alimentos está atuando, e estes critérios, buscam principalmente enaltecer os bons hábitos alimentares.

Figura 17 - Quantidade de produtos adquiridos por fonte de recursos, em 2016 por (kg)



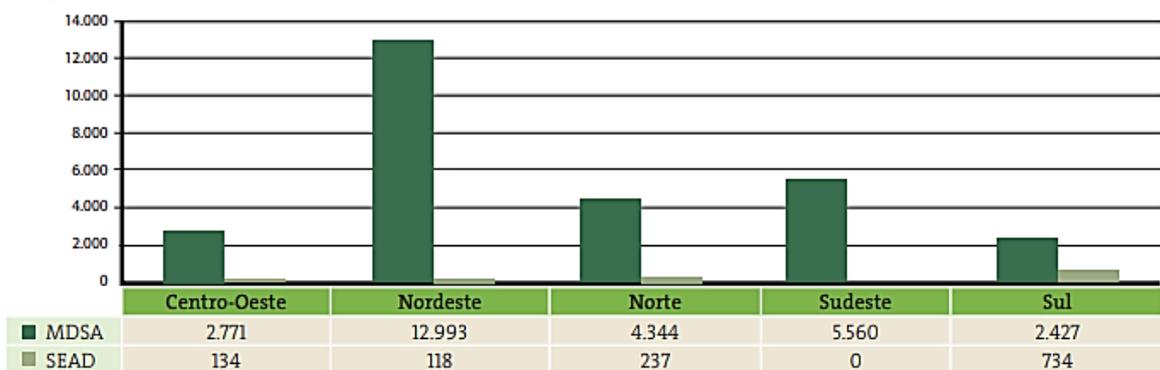
Fonte: CONAB (2017, p. 16).

De acordo com dados da Figura 16, a região Nordeste é a que mais adquiriu e comercializou, em quantidade de quilos, produtos com os recursos do MDSA e da SEAD,

representando mais de 32 mil toneladas de alimentos. A segunda foi a região Sudeste, correspondendo a mais de 20 mil toneladas de produtos. A região Sul vem em seguida com um resultado de mais de 17 mil toneladas de alimentos, seguida da região Norte, com cerca de mais de 12 mil toneladas. Já a região Centro-Oeste, representou, aproximadamente, 6 mil toneladas de alimentos vendidos através dos devidos recursos do MDSA e da SEAD.

Durante todos os anos de execução do projeto do PAA pela Conab, muitos produtores rurais e agricultores familiares vêm sendo beneficiados pela comercialização de seus produtos ao Governo Federal. Os beneficiários que têm acesso ao programa, tem garantia de melhores rendas no campo e melhor qualidade de vida. Especificamente no ano de 2016, houve um total de 29.318 beneficiários fornecedores de todo o Brasil. Essas famílias são identificadas como um público diversificado, sendo eles, os assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores familiares, extrativistas, aquicultores, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas rurais, e entre outros povos de comunidades tradicionais, que respondam aos critérios previstos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (CONAB, 2017).

Figura 18 - Número de beneficiários fornecedores participantes do PAA, por fonte de recursos, em 2016



Fonte: CONAB (2017, p. 18).

A cooperação entre as duas fontes de recursos, tanto da MDSA, quanto da SEAD, ao longo do tempo, veio se consolidando uma das primeiras finalidades, estabelecida no inciso I do artigo 2º do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que busca “incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e a geração de renda” (CONAB, 2017).

Na Figura 18, acima, identifica-se a fonte de recurso e a região que se encontra na frente no quesito de números de beneficiados que participam do PAA. A fonte de recurso com

maiores percentuais de resultados, é a MDSA, e a região predominante dos recursos é o Nordeste, representando mais de 12 mil beneficiários fornecedores. Em seguida, encontra-se a região Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul. Já na fonte de recursos da SEAD, a região Sul predomina com mais de 734 beneficiários fornecedores, seguida da região Norte, Centro-Oeste e Nordeste. E somente a região Sudeste não possui nenhum beneficiário fornecedor participante do PAA através da fonte de recurso da SEAD.

O Programa de Aquisição de Alimentos, através das empresas fornecedoras, entregou alimentos, a mais de 2.619 unidades receptoras, no ano de 2016, que correspondeu a mais de 9.306.019 atendimentos à população em situação de vulnerabilidade social e nutricional, garantindo a estes beneficiados o acesso aos alimentos saudáveis advindos da agricultura familiar (CONAB, 2017).

A Figura 19 destaca o total de atendimentos, referente as unidades receptoras e o número de atendimentos a comunidade local contemplada com os produtos do PAA.

Figura 19 - Número de unidades receptoras e de atendimentos, por região, no ano de 2016

REGIÃO	NÚMERO DE UNIDADES RECEPTORAS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
NORTE	510	1.647.204
NORDESTE	992	4.535.644
SUDESTE	296	1.676.308
SUL	222	708.840
CENTRO-OESTE	599	738.023
TOTAL	2.619	9.306.019

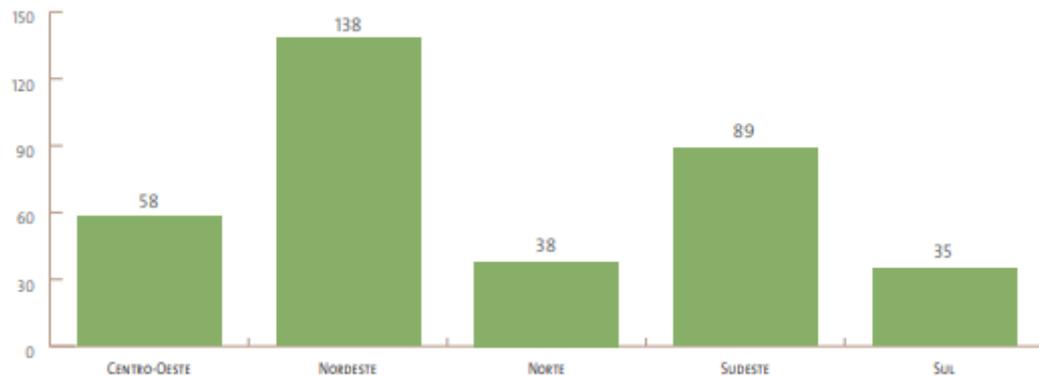
Fonte: CONAB (2017, p. 21).

Como vê-se na Figura 18, a região predominante, nos quesitos unidades receptoras dos produtos do PAA e atendimentos é o Nordeste, representando no ano de 2016, cerca de 992 unidades receptoras e 4.535,644 números de atendimentos. Em seguida, se encontram as regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul, com resultados inferiores à região Nordeste.

De acordo com a Figura 19 a seguir, pode-se observar a discrepância dos resultados, comparados com os dados da Figura 18, anterior, no ano 2016, e os dados mais atuais referentes ao ano de 2019. O total de atendimentos nas regiões do Brasil. 63% das unidades receptoras estão localizadas das regiões Nordeste e Sudeste do país.

No ano de 2019, foram mais de 350 unidades receptoras que participaram dos projetos da modalidade CDS. E foram realizados diversos atendimentos às famílias com situação de insegurança alimentar e aos beneficiários dos serviços socioassistencial, garantindo o consumo saudável de alimentos vindo da agricultura familiar.

Figura 20 - Número de Unidades Receptoras, por região, em 2019



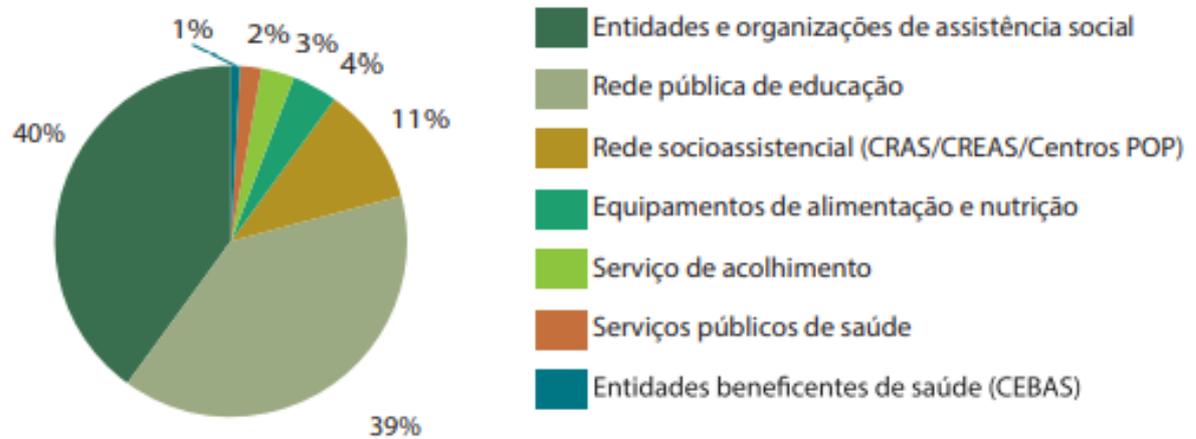
Fonte: CONAB (2020, p.17).

Na Figura 19 observa-se que na região Centro-Oeste houve um total de 58 unidades receptoras. Na região Nordeste, teve um total de 138 unidades receptoras. Na região Norte são 38 unidades. Na região Sudeste 89 unidades, e na região Sul foram 35 unidades receptoras, executadas com os projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No total, 358 unidades receptoras.

Ao comparar os dados da Figura 19 dos resultados do ano de 2016, quando foram atendidas 2.619 unidades receptoras, com a Figura 20, referente ao ano de 2019 e quando foram atendidas 358 unidades, pode-se observar que a queda foi radical, uma redução de 86% unidades atendidas. Isso é o reflexo da ineficiência da execução do PAA, e o desmantelamento desta política pública nos últimos anos.

Os dados da Figura 21, a seguir, demonstram a superioridade de entidades e organizações de assistência social e redes públicas de educação, que representavam um percentual de 79% na participação no programa. Já as redes socioassistenciais e equipamentos de alimentação e nutrição, tinham um percentual de 15% no programa. E, por último, os serviços de acolhimento, os serviços públicos de saúde e entidades beneficiadoras de saúde, representavam 6% na participação do PAA.

Figura 21 - Unidades receptoras atendidas pelo PAA no ano de 2016

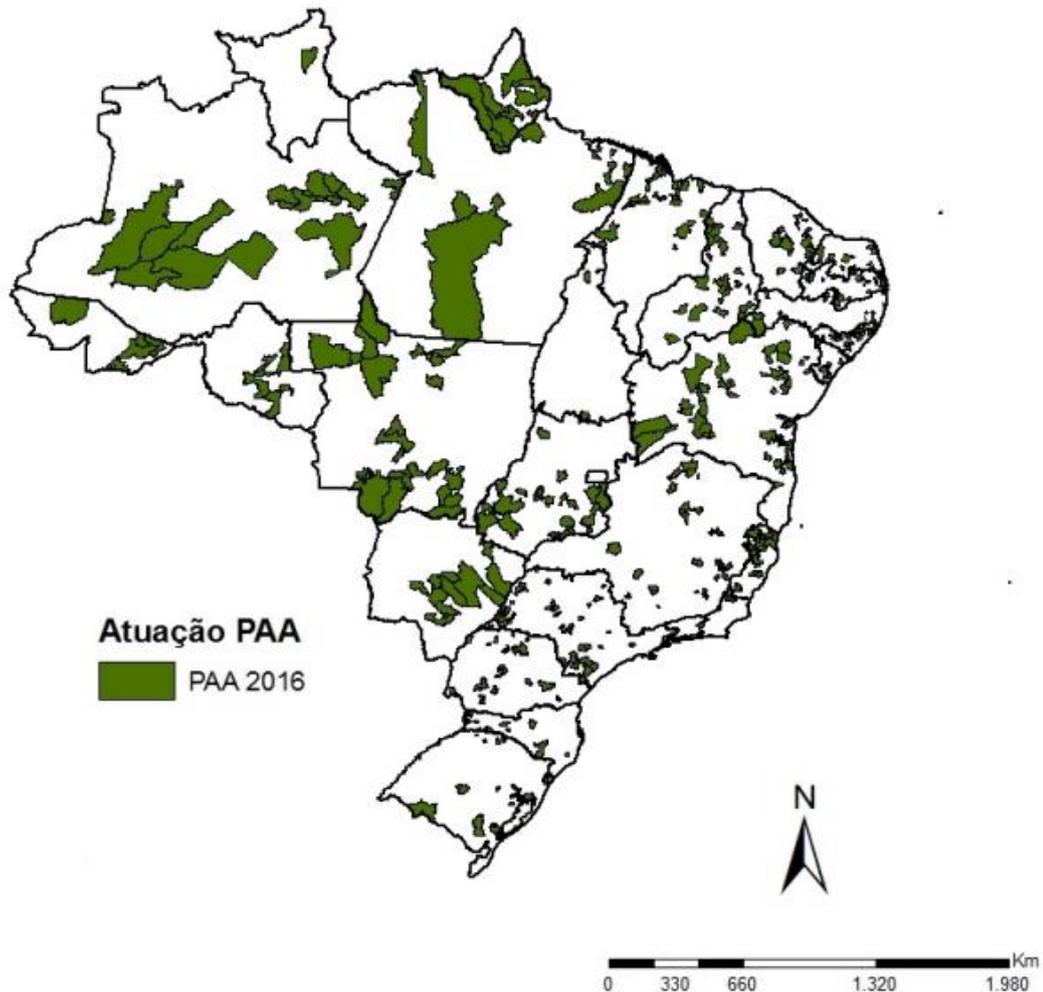


Fonte: CONAB (2017, p. 21).

De acordo com a Conab (2017), desde o início do ano de 2003, o PAA possibilitou a evolução das demandas através das ações das organizações fornecedoras. Dessa forma, os municípios onde estão inseridas as organizações, tornaram-se ativos na participação do programa, e investindo em seu território, geraram o aumento da renda familiar dos produtores rurais, como também na produção e melhorias da alimentação da sociedade em situação de insegurança alimentar nutricional.

Desde o ano de 2003 até o ano de 2016, o PAA, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), atuou em mais de 2.700 municípios, em virtude da qualificação da companhia pelas organizações fornecedoras ao passar dos anos. No ano de 2016 participaram 476 municípios das organizações fornecedoras através do PAA.

Figura 22 - Mapa brasileiro dos municípios participantes do PAA no ano de 2016

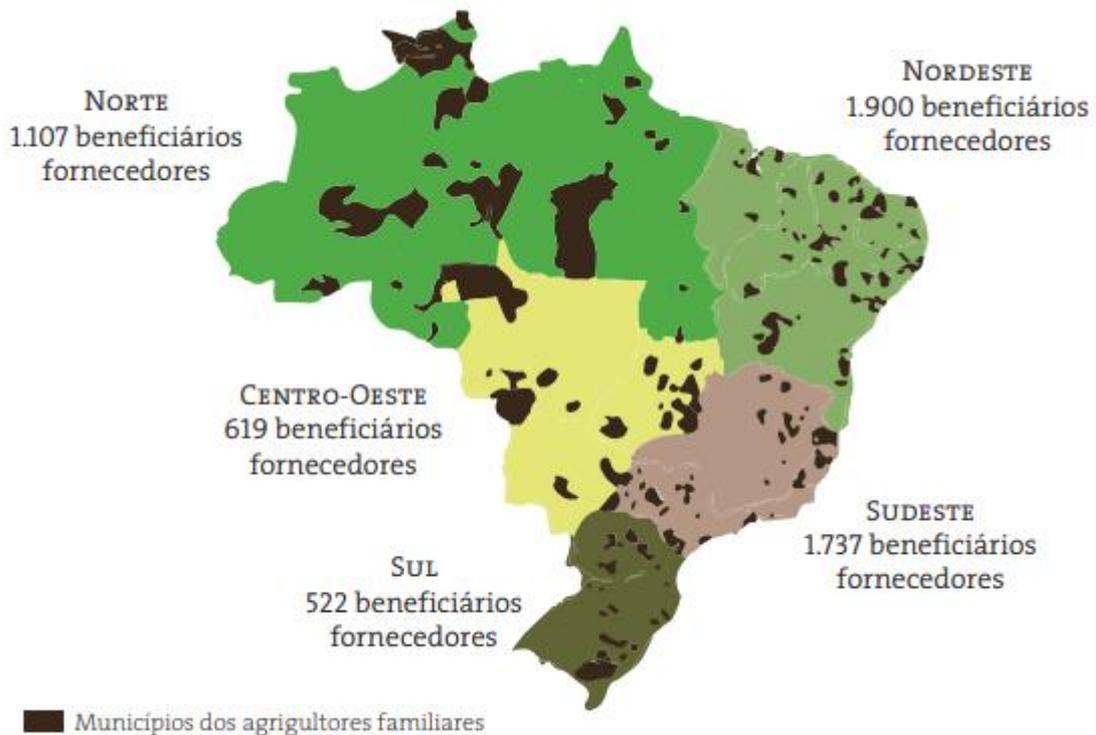


Fonte: CONAB (2017, p. 23).

A figura 22 representa o nível de atuação da política pública “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” a nível nacional, e especificamente os municípios que se beneficiaram da execução deste programa. Observa-se que as regiões predominantes em relação a atuação do PAA nos municípios são o Nordeste, o Sudeste, e o Centro-Oeste. As demais regiões, Norte e Sul, representam resultados inferiores em relação a participação do PAA nos municípios inseridos nestas regiões. É, ainda mais considerável o resultado no ano de 2016, pois, mesmo que fossem parcialmente limitados, os recursos para a execução do programa nestas regiões, ainda eram muito significativos para os beneficiários do PAA, tanto para os fornecedores dos alimentos para o programa, como para a sociedade que necessita da doação destes alimentos. Para ambos, o acesso a esta política pública continuava essencial, pois possibilitava o acesso digno de uma segurança alimentar e nutricional para as famílias rurais e urbanas.

Nos anos de operação do PAA pela Conab, muitos agricultores familiares foram beneficiados pela venda de seus produtos ao Governo Federal, conseguindo obter garantia de renda e melhoria da qualidade de vida. No ano de 2019 foram beneficiados 5.885 agricultores familiares, gerando uma renda anual para cada família de R\$ 7.000. Na Figura 23 a seguir observa-se, a distribuição dos agricultores por região e em 392 municípios no Brasil.

Figura 23 - Número de agricultores familiares do PAA, por região, em 2019



Fonte: CONAB (2020, p. 15).

Pode-se observar que a região Nordeste é a área em que mais foram beneficiados os agricultores familiares através do PAA, com um total de 1.900 beneficiários fornecedores. Em seguida foi a região Sudeste com um total de 1.737 beneficiários fornecedores. Na região Norte foram 1.107 beneficiários fornecedores. Na região Centro-Oeste totalizou 619 beneficiários fornecedores, e por último a região Sul, que beneficiou 522 agricultores familiares fornecedores.

Conforme os dados da Conab (2017), no ano de 2008, o governo iniciou o Programa Território da Cidadania, no qual o principal objetivo era o de promover o desenvolvimento econômico e executar iniciativas de programas básicos de cidadania, com o âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial e sustentável. Foram contemplados mais de 123

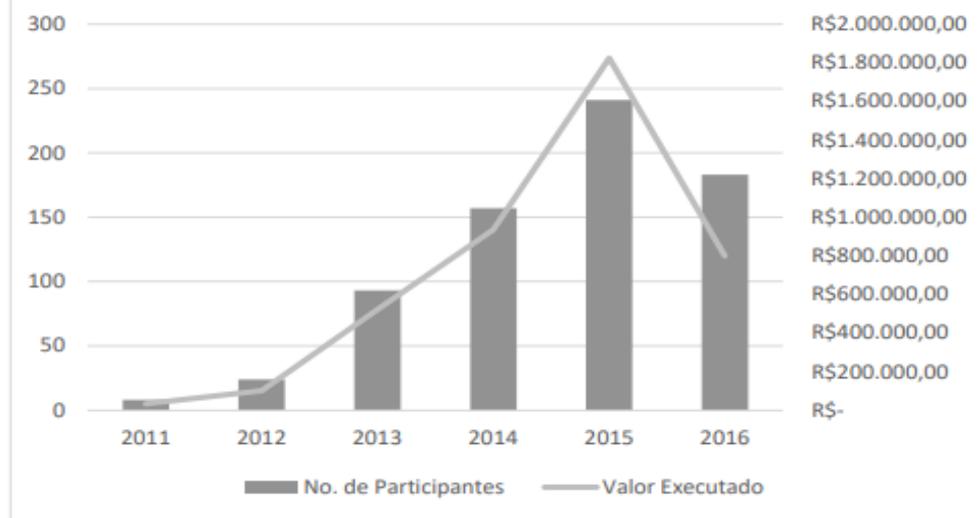
territórios, definidos pelo governo federal, e o PAA era o principal programa para a consolidação das metas estabelecidas dessas estratégias.

No ano de 2016, um total de 83 territórios participaram do PAA, o que correspondeu a 49% do total. Os valores de recursos executados no PAA, foram de R\$ 98 milhões, atribuídos ao Programa de Território da Cidadania, comprovando assim a efetividade do PAA em se articular com outras políticas públicas de desenvolvimento rural.

Observa-se que nos últimos anos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) teve seus altos e baixos, principalmente por conta do desmantelamento das políticas públicas no Brasil, não somente com o PAA, mas também com outros programas socioassistenciais. No ano de 2016 enquanto o PAA estava sendo efetivo, os resultados executados em nível nacional através da modalidade CPR-Doação foi de mais de 181 milhões de reais, já no ano de 2017 após a drástica redução orçamentária, os valores executados através do PAA foram de 96 milhões de reais (CONAB, 2022). Desde do ano de 2017 o PAA se encontra nesse desmantelamento como política pública. Antes desta ruptura orçamentária, os dados deixam claros, que o PAA vinha sendo um dos principais programas de apoio aos agricultores familiares e as famílias em situação de vulnerabilidade social. Mas desde o ano de 2016 até atualmente, o programa vem sofrendo grande transições, dentro de um quadro de desmantelamento de políticas públicas. Para não dizer que o atual governo extinguiu o programa, mantiveram-se apenas poucas pessoas se beneficiando dele nos últimos 5 anos.

4.5.2 Representatividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nível municipal

Figura 24 – Dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na cidade de Angatuba-SP



Fonte: Transparência pública do PAA, CONAB (2017).

De acordo com a Figura 24, durante os anos de 2011 a 2016 houve significativos resultados em relação ao número de participantes no PAA, e aos recursos realizados através do programa.

De acordo com Borsatto *et al.* (2020), no período entre os anos de 2011 a 2016 os arranjos institucionais que mais obtiveram retorno no município de Angatuba foram através do PAA, pois ainda nesse período existiam contratos firmados na execução do programa. A COLANG (Cooperativa dos Produtores Rurais de Angatuba), começou a participar efetivamente do PAA no ano de 2011, e conforme demonstrado na Figura 24 acima, somente oito agricultores destinaram suas produções através do PAA no ano de 2011. Já nos anos de 2012 a 2015 evidentemente ocorreu um aumento significativo no número de agricultores fornecedores no programa, também o aumento nos recursos acessados pelo município, por meio do qual 241 agricultores destinaram parte de suas produções a esta política pública.

Ainda de acordo com Borsatto *et al.* (2020), a única atividade realizada pela cooperativa (COLANG) foi a comercialização via PAA. A cooperativa não efetuava nenhuma outra ação de desenvolvimento ou prospecção de outros mercados, também não realizava nenhuma outra iniciativa de maximizar a produção de seus cooperados e não incentivava a produção mais sustentável. A cooperativa basicamente realizava ações semelhantes a organizações paraestatais a serviço do governo municipal do que uma organização que favorecessem os agricultores locais. Os agricultores participavam de atividade junto com a cooperativa somente uma vez por ano, basicamente para discutir sobre as demandas e respectivas cotas e produtos que eram entregues ao PAA. Conforme os autores supracitados

pueram captar, os agricultores afirmaram que não tinham união e organização entre eles, somente possuíam uma relação no âmbito da execução e funcionamento do PAA, estritamente econômica.

Conforme a Figura 25 a seguir, o último valor executado foi de \$781.202,48, através do PAA no ano de 2016, e tiveram 183 agricultores fornecedores nas entregas realizadas no período de 2016 a 2017 (CONAB, 2017; BORSATTO *et al.*, 2020).

Figura 25 - Dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na cidade de Angatuba-SP

Ano: 2016 Modalidade: CPR-Doação Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome UF: SP Município: Angatuba Data da consulta: 26/11/2020 Hora da consulta: 17:21:05								
	CPR	CNPJ	Organização Fornecedora	Data de Vencimento	Situação	Valor Formalizado R\$	Valor Executado R\$	Devolução R\$
<input checked="" type="radio"/>	SP/2016/02/0339	08.493.482/0001-70	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE ANGATUBA - COLANG	26/12/2018	ENCERRADO	800.000,00	781.202,48	9.721,92
Total						800.000,00	781.202,48	9.721,92

Os dados ora disponibilizados podem sofrer alterações a qualquer momento, determinada pela dinâmica da atividade agrícola.

Fonte: CONAB (2017).

A figura 25 apresenta informações referentes aos recursos formalizados, executados e devolvidos do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Angatuba. Estes valores referem-se ao ano de 2016, sendo a origem deste recurso do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na modalidade Combate à Pobreza Rural (CPR-Doação). A organização fornecedora é a Cooperativa dos Produtores Rurais de Angatuba-COLANG.

Segundo Borsatto *et al.* (2020), os agricultores assentados ressaltaram que o PAA foi um dos mais importantes programas geradores de renda a eles, principalmente para o escoamento de suas produções e foi um canal de comercialização que trazia mais vantagens econômicas do que outros canais que os agricultores já acessaram anteriormente. Para os agricultores a contribuição do PAA para a melhoria na renda familiar, na qualidade de vida e na qualidade da alimentação era bastante efetiva.

Entre 2003-2010, o MDS foi responsável por mais de 89% dos recursos efetuados no programa, os produtores ou suas organizações acabam acessando mais de uma modalidade do PAA, mas que atendam aos requisitos e critérios estabelecidos pelo programa. A CONAB é responsável por credenciar as entidades que se beneficiam do programa e os polos de compras, sendo as cooperativas ou associações de produtores rurais. Cabe também, a ela transparecer aos polos de compra um padrão de qualidade de todos os alimentos produzidos e entregues pelos agricultores, no qual é estabelecido pelo MAPA (MEDEIROS, 2013).

Até o ano de 2015 a política pública (PAA) se mostrava efetiva em relação aos investimentos orçamentários para o programa, mas observa-se que no ano de 2016, houve uma grande queda nos valores executados e investidos através da política pública e, conseqüentemente, a diminuição da produção e de agricultores participantes do programa. Por conta da diminuição orçamentária e investimentos do governo para com o PAA, diversos territórios no país estão sentindo esta ineficiência do programa como política pública.

O principal intuito nas abordagens teóricas e estatísticas deste capítulo da pesquisa, é primeiramente identificar a representatividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em nível nacional e municipal. É nítido o quão foi e é de grande importância a efetividade do PAA nas diversas regiões, pois a política tornou-se uma das principais frentes para combate à fome zero no país e procura mitigar a insegurança alimentar nutricional das famílias mais vulneráveis. Os dados demonstrados deixam legível a dimensão econômica e social que o programa pode atingir se for bem operacionalizado, mesmo que seja heterogêneo o acesso a políticas públicas entre as diferentes regiões.

É importante destacar que a política pode trazer retornos, tanto para os produtores e agricultores familiares rurais, como para a comunidade e municípios em que o programa está inserido. E, é um importante instrumento para o fornecimento das organizações locais, para que estas possam atuar como verdadeiros agentes de desenvolvimento territorial, e de fortalecimento para a agricultura familiar e para o combate à insegurança alimentar.

É evidente que os melhores resultados do PAA foram obtidos no período de 2003 a 2016, os dados demonstram que até 2016 o programa teve uma grande efetividade em nível nacional. Mas em meados do primeiro semestre de 2017, houve uma drástica diminuição de seu orçamento e, conseqüentemente, de sua efetividade. Diante disso ocorreram grandes impactos sociais e econômicos, principalmente para os agricultores familiares que forneciam os produtos/alimentos através do PAA, quanto para a sociedade local, que deixaram de ter acesso aos produtos devidamente oferecidos com intermédio do programa.

Ao considerar os dados analisados neste capítulo, nota-se a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) quando alcançado seus objetivos como política pública. O mesmo promove e incentiva a agricultura familiar, com uma melhor obtenção de renda no campo, como também se preocupa com a biodiversidade e os fatores que envolvem a segurança alimentar e nutricional da sociedade, não só urbana, mas também rural (CONAB,

2017). E desde sua existência o principal intuito é mitigar essas falhas econômicas e sociais existentes na comunidade rural e na sociedade, e dar um ar de esperança a populações mais fragilizadas.

4.6 Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Sistema de Produção da Agricultura Familiar

De acordo com Duval e Ferrante (2008) o Programa de Aquisição de Alimentos, a princípio, teve o propósito de criar uma política pública com foco no abastecimento de alimentos à população em situação de vulnerabilidade social, através da aquisição de alimentos da agricultura familiar. Uma boa parte dos alimentos adquiridos através do PAA, na época, eram destinados às escolas municipais, para a merenda escolar dos alunos, e outra parte para entidades assistenciais, como albergues noturnos e restaurantes populares. E para os produtores participarem, eles deveriam se enquadrar ao perfil dos que podiam adquirir o financiamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e também possuem os talões de notas de produtor rural.

Ainda de acordo com Duval e Ferrante (2008) os produtores rurais nos assentamentos rurais, em sua maioria, praticam a policultura, ou seja, existe sempre uma diversificação da produção nos lotes principalmente voltada a atender às demandas de consumo das próprias famílias. O aumento da diversificação das atividades nos lotes familiares leva a um maior emprego de mão-de-obra e isto faz com que as famílias tenham maiores opções alimentares. Por outro lado, a maior diversidade favorece sistemas ecológicos da propriedade. Com o aumento das variedades da produção, o agricultor também eleva sua estabilidade financeira, pois mesmo tendo alguma queda de preço na venda de algum produto, não afetará seu orçamento, pois ele tem outras alternativas em sua produção. Mas para que isso aconteça, é preciso ter políticas de apoio, e mercados locais que absorvam esta diversidade de produtos, para que os produtores não voltem a depender exclusivamente das propostas de produções homogeneizantes daquelas grandes cadeias produtivas, com a função de fornecedores de matéria-prima agroindustrial, como a cana de açúcar. Para os autores, o PAA era capaz de incentivar a diversificação da produção, através dos produtos adquiridos pelas prefeituras, por intermédio do PAA, e isso reflete positivamente nos sistemas produtivos de cada assentado, no qual, será abordado dos resultados desta pesquisa.

Duval e Ferrante (2008) ressaltam que o autoconsumo pode ser entendido como algo que foge da análise de integração das economias capitalistas, pois é um tipo de produção que pode garantir a reprodução social e cultural das famílias, fornecendo a elas suas bases nutricionais. De acordo com Ferrante e Queda (2003, p.16) a análise das produções pode ter grande relevância simbólica e energética, para além daquelas produções focadas somente na extensão da produção e na produtividade econômica. No entanto, com o PAA, o excedente desta produção de alimentos encontra um mercado um pouco mais estável, que foi por algum tempo capaz de alterar o cálculo dos esforços/investimentos das famílias na produção de alimentos.

O autoconsumo também é visto como um fator necessário para o meio de vida dos assentados. Com a produção, que é destinada primeiramente para as famílias assentadas, e pensando no crescimento da oferta de alimentos nas cidades, a introdução destes alimentos em projetos municipais, como a merenda escolar, no qual pode surgir abordagens importantes e novos caminhos de uma construção de inclusão social e renda para os agricultores assentados.

4.7 Desafios do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional

As políticas de segurança alimentar no Brasil têm diversas atuações válidas e benéficas à sociedade, mas também possuem diversas falhas em sua operacionalização. Estas controversas estão sendo estudadas, para que, de alguma forma, possam trazer retornos benéficos aos cidadãos que dependem destas políticas públicas para ter uma vida digna.

De acordo com Silva *et al* (2020), no período entre 2003 e 2016, a política social de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), trouxe em destaque o estabelecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para duas tomadas de decisões, sendo elas: o combate à fome e proporcionar uma alimentação saudável, como direito humano para todos. É evidente que dentre estas circunstâncias, a “fome”, não é um acontecimento natural na sociedade, mas sim, o efeito da desigualdade social, tanto na economia, quanto nas políticas desiguais que atingem mais severamente as famílias mais carentes.

Neste mesmo período citado, o SISAN assumiu alguns enfoques dos principais problemas enfrentados de insegurança alimentar, sendo elas: o alto nível de pobreza e a ausência do acesso adequado e regular aos alimentos, em uma quantidade satisfatória e

principalmente com qualidade. Também deu ênfase nas boas práticas alimentares, considerando as diversidades culturais e ambientais, no qual, exige um conjunto de práticas de ações públicas. Estas abrangências de insegurança alimentar atingem todo o território nacional, decorrentes de um vínculo institucional entre as diferentes esferas do governo (Federal, Estadual e Municipal), e os campos setoriais, econômicos e sociais.

Ainda de acordo com Silva *et al.* (2020), algumas das atuações benéficas que de alguma forma trouxeram retornos sociais e econômicos à sociedade foram o crescimento econômico e a distribuição de renda, regulada na restauração contínua do poder aquisitivo do salário mínimo e no programa Bolsa Família. Já na geração de empregos, foi pautado a origem de novos postos de trabalho para disponibilizar oportunidades no mercado de trabalho. Por último, o aumento do mercado interno de consumo, possibilitou, uma melhor condição de vida para a população brasileira.

É evidente que as políticas de segurança alimentar no Brasil muitas vezes acabam sendo ineficientes como política de acesso à alimentação saudável, principalmente nesta nova era em que estamos vivendo. O exemplo mais atual, e que está tendo maior impacto para a sociedade, tem sido a pandemia do Coronavírus (COVID-19), umas das maiores crises sanitárias já vividas no Brasil e no mundo.

O início desta pandemia, no começo de 2020, explica e justifica muitas questões. O impacto desta crise sanitária no país, por muitas vezes, reflete uma falta de administração adequada do governo para com os direitos da sociedade, e retoma o foco sobre a análise do tema de segurança alimentar no Brasil, e também no mundo, assim como sua reintrodução na agenda pública.

No ano de 2020, o aumento da insegurança alimentar no mundo se deu em função do aumento do desemprego advindo da pandemia do coronavírus. E no Brasil, este problema não está sendo diferente. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no primeiro semestre do ano de 2020, a taxa de desemprego representou 12,2%, ou seja, 12,9 milhões de pessoas, sendo que, 2 milhões de brasileiros perderam seus empregos. Em relação a taxa de subutilização, a mesma teve um percentual de 24,4% (36,8 milhões de trabalhadores). Em resumo, 70,9 milhões de brasileiros estiveram fora dos postos de trabalhos, o que indicou um aumento significativo de 5,2 milhões de indivíduos comparado ao semestre anterior (SILVA *et al.*, 2020).

Ainda de acordo com estes estudos, em relação ao impacto da pandemia (COVID-19) no Brasil e em relação à segurança alimentar no país, estima-se que cerca de 5,4 milhões de pessoas passaram para a extrema pobreza em razão a pandemia. No entanto este quadro de fome no país já estava ocorrendo antes mesmo do início da crise sanitária.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), já no ano de 2017, havia cerca de 5,2 milhões de brasileiros com desnutrição, e este cenário fica ainda mais gritante, quando ressaltamos que estes indivíduos estão inseridos em uma parcela da população que é caracterizada pelos aspectos de obesidade e sobrepeso.

De acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 2017, mais da metade da população, especificamente nas capitais brasileiras (54%), se encontram em situação de excesso de peso, e um em cada cinco brasileiro (18,9%) estavam obesos (FAO/OPS/WFP/UNICEF, 2018).

Conforme Silva *et al.* (2020), todos estes cenários, expostos neste texto, ocorrem pelo fato de que o Brasil está convivendo com uma gestão ineficiente por parte do Governo Federal frente à pandemia, o que, acaba deixando o país no topo em relação aos números de casos de Covid e problemas complexos para com a econômica. Consequentemente, este quadro tende a agravar ainda mais o desemprego, a pobreza e a fome no país. Desta forma, fica claro que a segurança alimentar se torna mais que essencial neste momento no Brasil.

De acordo com Burlandy (2009) as estruturas de representação social no Brasil, especificamente até meados da década de 90, foram marcadas pelo desmembramento institucional e pelo avanço dos objetivos setoriais sobre planos que vieram modificar a distribuição de recursos do poder, tanto entre os setores, quanto nos níveis de governo. Estas iniciativas acabaram gerando uma aplicação ineficiente dos recursos, principalmente ao limitar a criação de pactos mais amplos no país, para o enfrentamento de adversidades mais complexas, como a saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nas últimas décadas o Brasil vem “tentando” superar este quadro desalentador, buscando formalizar ideias interdisciplinares e iniciativas institucionais traçadas na intersetorialidade.

A partir dos anos de 1988, à luz da Constituição, a saúde foi estabelecida como um direito de todos, sendo acessada por meio de políticas sociais e econômicas. É compreendida como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, posse da terra e acesso aos serviços de saúde,

impôs a integração de um conjunto de políticas públicas implementadas por diferentes setores de governo. Assim sendo, através da Lei Orgânica, instituída a SAN como:

[...]a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista sócio-econômico e agro-ecológico. Este direito só se realiza por intermédio da integração entre setores (BURLANDY, 2009, p. 852, grifo do autor).

Ainda de acordo com Burlandy (2009) a constituição destes setores foi o efeito de uma dinâmica social participativa e associada entre governo e organizações sociais que culminou no estatuto institucional, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006. A atuação desses sistemas vem proporcionando uma reformulação nos modelos de setores da saúde e alimentação, no entanto, o SISAN visa a aproximação da produção, abastecimento, comercialização e o consumo de alimentos saudáveis.

O Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (PL nº6.047/2005) provê o conceito desse trabalho:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2005).

Há uma grande parcela de brasileiros que se encontram em (In) Segurança Alimentar, de acordo com o levantamento feito pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 2017-2018. A POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), estimou um total de 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil. Entre estes domicílios, 63,3% estavam em situação de Segurança Alimentar (SA), por outro lado, 36,7% dos domicílios particulares encontravam-se em grau de Insegurança Alimentar (IA).

Neste período, os domicílios em situação de IA leve representaram 24,0%, os domicílios com a IA moderada representaram 8,1% e os com IA grave representaram 4,6%. Levando em consideração que o nível de IA grave com o aspecto mais severo, e de baixo acesso domiciliar aos alimentos, é legítimo afirmar, que, a partir dos resultados da POF entre

2017-2018, cerca de 3,1 milhões de domicílios passaram por privação quantitativa de alimentos, e esse fato não atingiu somente os membros adultos das famílias, mas também as crianças e adolescentes. Tiveram uma ruptura nos padrões alimentares destas famílias, no qual, os mesmos tiveram em situação de fome, pelo menos, em alguns determinados momentos, no período de referência entre 3 meses (POF/IBGE, 2020, p. 28).

Para uma melhor compreensão dos cenários relatados, a Figura 26 demonstra o enquadramento dos graus de segurança e insegurança alimentar.

Figura 26 - Descrição dos graus de segurança e insegurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares. IBGE/PNAD (2020, p. 22).

Figura 27 - Domicílios particulares e moradores de domicílios particulares, por situação do domicílio, e a situação de segurança alimentar existente no Brasil, entre 2017-2018

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			Moradores em domicílios particulares (1 000 pessoas)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
POF 2017-2018						
Total	68 862	59 362	9 500	207 104	176 578	30 526
Com segurança alimentar	43 587	38 498	5 089	122 239	107 619	14 620
Com insegurança alimentar	25 275	20 864	4 411	84 865	68 959	15 906
Leve	16 541	13 961	2 580	56 004	46 773	9 231
Moderada	5 598	4 443	1 155	18 577	14 465	4 112
Grave	3 136	2 460	676	10 284	7 721	2 563

Fonte: IBGE/PNAD (2020, p. 29).

A Figura 27 representa os dados dos domicílios particulares e de seus moradores relacionados a situação de segurança alimentar, no Brasil, no período entre 2017 e 2018. Podemos observar que há uma significativa porcentagem de domicílios e moradores de domicílios particulares em situação de insegurança alimentar, principalmente no grau leve e moderado, mas, não deixando de considerar o grau grave de insegurança alimentar, que representa o estado mais preocupante da situação da segurança alimentar e nutricional da sociedade.

De acordo com Santos (2011) a introdução das políticas de segurança alimentar nos municípios brasileiros, começou a surgir bem lentamente, principalmente nas regiões subdesenvolvidas, que necessitavam de um devido apoio governamental para mitigar a fome na região. A interligação da perspectiva territorial com a perspectiva da segurança alimentar é relevante devido ao planejamento e implantação de planos e políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil, em que tem articulado questões da segurança alimentar como incentivo de atuações na administração pública.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção irá apresentar as informações obtidas na pesquisa de campo realizada nos assentamentos Banco da Terra 1 e 2 em Angatuba/SP, e a análise dos impactos do PNCF e do PAA no modo de vida das famílias assentadas.

Os resultados coletados buscaram compreender o dia-a-dia dos agricultores assentados, analisando o contexto histórico desde o acesso a terra até os dias atuais. Nesta discussão foram levantados importantes temas relacionado ao meio rural, desde a dimensão social e o PNCF, a dimensão econômica e o PAA e as dimensões de produção.

Os assentamentos Banco da Terra 1 e 2 estão localizados no bairro do aterrado, no município de Angatuba/SP, foram criados no ano de 2000 e tiveram como principal objetivo proporcionar o acesso à terra aos produtores rurais da cidade de Angatuba, com a intenção de viver em um assentamento com características associativas, e ali desenvolver uma diversidade de atividades produtivas, para que pudessem obter uma renda familiar e um modo de vida no campo.

A partir das informações coletadas no trabalho de campo, todas as famílias relataram que antes de acessarem o projeto de assentamentos Banco da Terra através do PNCF, os mesmos já viviam da agricultura e desenvolviam atividades produtivas, mas não tinham suas próprias propriedades e, por isso, ficaram motivados a acessarem o programa, para que pudessem viver e produzir em suas próprias propriedades.

1.1 Caracterização das famílias ¹

A propriedade 1 estudada, é composta por Fabio de Almeida, 49 anos, e sua esposa Silva de Almeida Albuquerque, 48 anos. A família reside no assentamento Banco da Terra 2 há 19 anos, a propriedade conta com um tamanho de 3,5 alqueires, localizada no Bairro do Aterrado, na cidade de Angatuba/SP. A produção da família no assentamento sempre foi em pequena escala, com cultivos de verduras e frutas, basicamente para suprir suas necessidades de consumo, e comercializavam os excedentes através da política pública (PAA) enquanto a política estava sendo efetiva no processo de aquisição dos alimentos dos assentados. O assentado também tem em sua propriedade 3 bovinos leiteiro, 20 aves posturas, e 2 suínos, ambas produções animais é somente para o autoconsumo. Atualmente o agricultor assentado não está cultivando nenhuma produção, por conta da falta de apoio do governo.

A propriedade 2 estudada, é composta por Joaquim dos Santos, 69 anos, e sua esposa Rosalina dos Santos, 53 anos. A família reside em sua propriedade no assentamento há 12 anos, o lote possui um tamanho de 3 alqueires, localizado no assentamento Banco da Terra 2, no bairro do Aterrado, na cidade de Angatuba/SP. A filha do casal mudou-se da propriedade com destino à cidade, em busca de emprego. Os sistemas produtivos da família no assentamento sempre foram voltados ao cultivo de verduras, frutas, feijão e milho. Com o intuito de comercializar sua produção através do PAA, que comprava os alimentos dos assentados para destinar a entidades socioassistenciais da cidade de Angatuba/SP e uma parcela de sua produção era para o autoconsumo. O produtor também tem algumas produções de animais, tem 9 bovinos de corte, destinados a venda de atravessador local, 20 aves de corte para a comercialização aos atravessadores locais, para a venda ocasional e autoconsumo. 40 aves postura para o autoconsumo, venda ocasional e para atravessadores e dois suínos para o autoconsumo. As produções animais são realizadas e cuidadas pelo homem e pela mulher.

¹ Nomes fictícios dos agricultores entrevistados.

Atualmente o agricultor assentado está produzindo somente milho para comercializar, e verduras para o consumo próprio da família.

A propriedade 3 estudada, é composta por Manoel de Almeida, 65 anos, e sua esposa Aparecida de Almeida Santos, 55 anos. A família reside na propriedade há 20 anos, o lote conta com um tamanho de 3,5 alqueires, localizado no assentamento Banco da Terra 1, também no bairro do Aterrado, na cidade de Angatuba/SP. A produção da família sempre foi o cultivo de verduras, frutas, milho verde e feijão. Uma grande parcela de sua produção era destinada à comercialização através do PAA. O produtor assentado também cultivava algumas produções de animais, sendo 5 bovinos de corte para venda ocasional e para o autoconsumo, 50 aves postura somente para o autoconsumo, e 2 suínos também para o autoconsumo. As produções animais são cuidadas pelo homem, mulher da casa e filhos. Atualmente o agricultor está somente produzindo milho, feijão, arroz e banana, para o autoconsumo e venda ocasional.

A propriedade 4 estudada, é composta por Jorge de Assis, 71 anos, e sua esposa Catarina de Assis, 67 anos. A família reside na propriedade há 8 anos, o lote conta com o tamanho de 3,5 alqueires, localizado no assentamento Banco da Terra 2, no bairro do Aterrado, na cidade de Angatuba/SP. Os principais meios de produção do agricultor assentado são o cultivo de frutas, verduras, hortaliças e milho, e o principal destino destas produções era através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enquanto a política pública estava inserida no assentamento como uma das principais políticas de apoio ao processo de comercialização das produções dos agricultores assentados. A família assentada também cria animal em sua propriedade, somente 30 aves postura, para o autoconsumo. Atualmente o produtor está com o intuito de produzir milho para a venda ocasionalmente, e verduras, hortaliças e frutas para o autoconsumo. O agricultor também relata que não tem objetivo de continuar no assentamento, e pretende vender sua propriedade.

A propriedade 5 estudada, é composta por Josué Bertolai, 64 anos. Ele reside sozinho em sua propriedade há 21 anos, desde o início do assentamento Banco da Terra no ano de 2000. Sua propriedade conta com o tamanho de 3 alqueires, e também está localizada no assentamento Banco da Terra 2, no bairro do Aterrado, em Angatuba/SP. As principais produções do assentado eram o cultivo de verduras e frutas, segundo ele havia uma grande variedade destas produções, as produções eram destinadas no período que o PAA estava sendo efetivo no processo de comercialização dos alimentos do assentamento. O agricultor

assentado não cria nenhuma produção animal. Atualmente o principal foco do agricultor é produzir somente o milho para lojas de cereais, pois o preço do produto está em alta para comercializar.

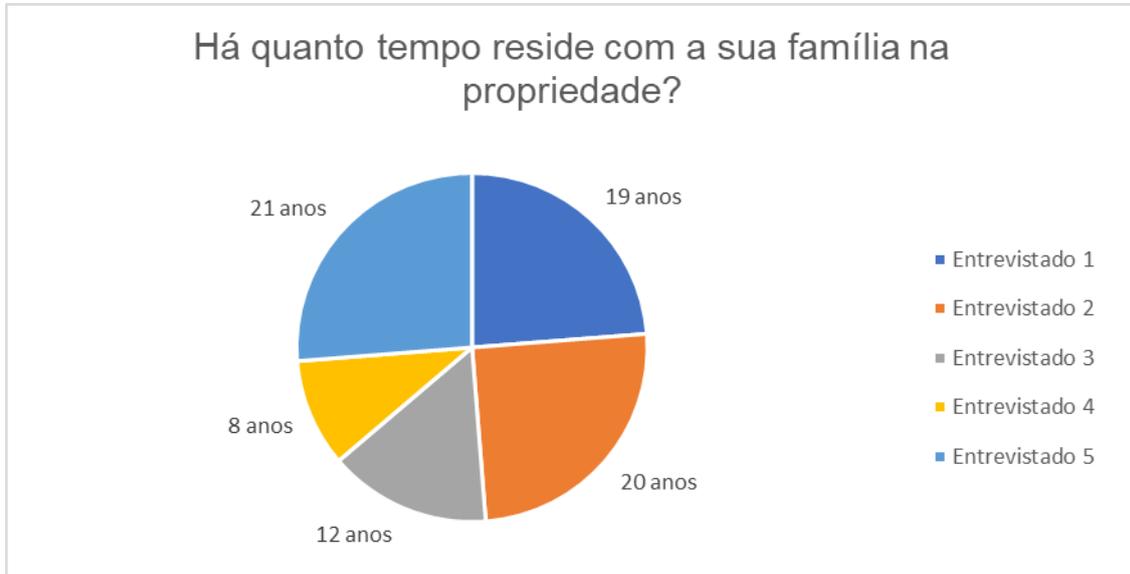
Ambas famílias ressaltaram em suas falas que a principal motivação deles entrarem no assentamento Banco da Terra, foi por conta do acesso mais facilitado e mais efetivo das políticas públicas entre os anos de 2000 a 2016. As famílias também relataram que o PAA foi o principal programa que apoiou os assentados e teve uma maior intensidade na sua execução, entre os anos de 2009 a 2016.

O PAA motivava os agricultores a produzirem uma grande diversificação na produção, pois os produtos tinham um destino certo para a comercialização. Mas, após a diminuição orçamentária do PAA no primeiro semestre do ano de 2017, os agricultores desde então estão enfrentando vários problemas, principalmente nos sistemas produtivos e no processo de comercialização.

5.1 Dimensão Social e PNCF

De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas realizadas no assentamento Banco da Terra, foi possível observar as dimensões sociais e as dimensões do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), desde o início do assentamento na cidade de Angatuba-SP. Buscou-se entender como foram realizados os processos iniciais para o acesso à terra através desta política pública, e por quais razões as famílias acessaram o programa, bem como analisar os principais agentes representativos envolvidos no processo de acesso à terra e na sua eventual quitação, observando os principais entraves ocorridos desde a implantação do assentamento Banco da Terra.

Figura 28- Representação de quanto tempo o agricultor assentado reside em sua propriedade no Assentamento Banco da Terra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na figura 28 observa-se há quanto tempo os agricultores assentados acessaram as terras e residem em seus respectivos lotes no assentamento Banco da Terra. Vale destacar que três agricultores entrevistados acessaram o PNCF nos anos iniciais do assentamento, ou seja, residem há duas décadas, desde os anos 2000. Já os outros dois entrevistados fazem parte do assentamento há aproximadamente uma década, respectivamente há 8 e 12 anos.

Os produtores rurais da cidade de Angatuba-SP conseguiram acessar as terras no ano de 2000, inicialmente foram reunidas 30 famílias não possuidoras de terras, que tinham a intenção de viver em uma comunidade de assentados com características associativas, com o objetivo de cultivar uma diversidade de alimentos através da agricultura familiar. Esses são pilares dessa política pública, que tem o foco voltado em proporcionar o acesso a terras à produtores rurais não possuidores de terras. Além disso, os produtores, ao acessarem as terras no assentamento conseguiram ter melhores condições para produzirem em suas propriedades, e potencialmente, proporcionar uma melhor geração de renda podendo empregar os próprios membros da família em seus sistemas produtivos.

Grande parte dos produtores rurais que acessaram o PNCF no assentamento Banco da Terra em Angatuba/SP já faziam parte do meio rural, e conheciam uns aos outros. Além disso, possuíam experiência nos sistemas produtivos, na produção de alimentos e animal. As principais motivações dos assentados entrevistados ao acessarem o PNCF foi devido ao sonho de possuírem suas próprias terras, afim de produzir e cultivar lavouras e criação, como

também para buscar uma maior autonomia ao produzir em suas terras e pela oportunidade que o assentamento iria gerar, uma melhor renda aos produtores rurais, principalmente os sem terras e desempregados. Observa-se, de acordo com os relatos dos agricultores assentados, que todos acessaram o PNCF com os mesmos objetivos: o acesso à terra, para conseguirem gerar renda no campo, através de suas diversas produções e criação animal.

No ano de 2000, no início do projeto de assentamentos Banco da Terra em Angatuba/SP, diversos agentes representativos estiveram envolvidos na organização inicial do assentamento. Uma das instituições que apoiaram inicialmente no processo de criação do assentamento no município foi o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), também tiveram alguns agentes representativos locais, sendo eles; o prefeito da cidade de Angatuba/SP na época, o ex-prefeito Emilio, e Celso Moraes que também fizeram parte da organização inicial do assentamento Banco da Terra na época, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angatuba/SP.

Ainda no período do ano de 2000, para os agricultores assentados de Angatuba-SP acessarem o PNCF, foi necessário inicialmente criar duas associações para que eles pudessem realizar a compra das terras aonde foram instalados os assentamentos Banco da Terra 1 e 2.

No assentamento Banco da Terra 1 foi criado a Associação dos Agricultores Familiares de Angatuba (AAFA) e no assentamento Banco da Terra 2 foi criado a Associação dos Agricultores Familiares Alto Perobal (AAFAP). As duas associações foram primordiais no processo para que os agricultores familiares conseguissem acesso as terras. No ano de 2000, as duas associações reuniram 30 famílias interessadas em viver em um assentamento rural de caráter associativo, para que pudessem ali morar e produzirem variedades de alimentos em suas propriedades. Inicialmente foram realizadas cerca de 15 reuniões com esses agricultores, junto com a prefeitura e a casa da lavoura de Angatuba/SP, para que as associações pudessem filtrar e selecionar os produtores rurais adequados para acessarem as terras no assentamento.

Uma das exigências impostas para o produtor acessar a terra foi: residir cinco anos ou mais na cidade de Angatuba/SP; não ser morador de outra cidade vizinha; ser produtor rural, e ter conhecimentos nas atividades agrícolas. Das 50 famílias que acessaram o Banco da Terra nos anos iniciais 80% (40 famílias) residem ainda no assentamento, outras 20% (10 famílias) não moram no assentamento por conta de trabalharem fora, mas grande parte dessas

famílias ainda produzem uma pequena quantidade de alimentos em seus lotes, ou criam alguns animais. Em média 5 propriedades estão paradas, sem produzir e sem morador local.

A duas associações de agricultores também contribuíram por um longo período no processo de comercialização das produções do assentamento, principalmente antes dos assentados acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com os resultados obtidos, as associações fizeram parte no processo de comercialização das produções, através do CEASA/SP (Centrais Estaduais de Abastecimento), principalmente no período entre os anos de 2000-2008, enquanto o PAA ainda não era a principal estratégia de comercialização no assentamento.

As associações dos agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2 também contribuíram nos anos de intensidade do PAA no assentamento, no período entre 2009-2016, as associações foram responsáveis em fazer a intermediação entre assentado e a política pública (PAA), no qual a associação contatava a prefeitura municipal para que fossem buscar os alimentos produzidos semanalmente pelos agricultores assentados.

A atual situação da posse da terra dos agricultores do assentamento, está quitada, porém até hoje os assentados estão com dificuldade de fazer a escrituração dos lotes, pois a taxa para realizar esta escrituração é muito alta, e nem todos os agricultores assentados têm condições financeiras para fazer esta escrituração. Um grande apoio que os assentados tiveram referente ao acordo para regularizar a terra foi a implantação da Lei 13.606/2018 – Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), que tem o objetivo de reduzir 100% dos juros, já previstos, e também reduzir 100% das multas aplicadas nas propriedades rurais. Esta lei teve um grande impacto positivo no processo de quitação das terras no assentamento, conseguiu-se reduzir 85% do valor da terra. Portanto, os assentados tiveram que pagar somente 15% do valor das terras. As duas associações de agricultores assentados a AAFA (Banco da terra 1) e a AAFAP (Banco da terra 2) também contribuíram no processo de quitação da dívida, realizando encontros e reuniões para que os todos os agricultores assentados entrassem em um consenso para fazer a quitação das terras.

Após a implantação da Lei 13.606/2018, no assentamento Banco da Terra 1, os agricultores tiveram que pagar um valor de R\$18.900,00, por cada família, sendo que antes da introdução da Lei de Regulamentação tributária o valor de cada propriedade no assentamento Banco da Terra 1 estava por volta de R\$112.000,00 para cada proprietário. Já no

assentamento Banco da Terra 2, o valor que cada família teria que pagar antes da implantação da Lei 13.606/2018, era de R\$70.000,00, mas, com a redução dos juros e taxas, antes estabelecidas, após esta regulamentação, os assentados do Banco da Terra 2 passaram a pagar um valor de R\$10.500,00. Além disso, ambos os assentamentos tiveram o prazo de 90 dias para pagar seus lotes, e assim ocorreu.

Houve total consenso entre os agricultores assentados no processo de quitação das terras, pois a lei amparou os produtores rurais, principalmente pelo grande desconto e pela redução dos juros impostos anteriormente. Os agricultores assentados relataram que a origem dos recursos para o pagamento das terras foram empréstimo de parentes e/ou com recursos próprios. Um dos assentados entrevistados relatou que pretende vender sua propriedade e ir embora do assentamento, por conta que o mesmo não está conseguindo ter uma renda mínima em sua propriedade, e por não ter acesso a nenhuma política pública de apoio no assentamento. Outro motivo é por conta de toda sua família morar em outro município, por essas razões o assentado pretende deixar o assentamento. O processo de titulação da terra ainda está em andamento, de acordo com os assentados esse processo acaba sendo um pouco burocrático.

As associações de agricultores assentados em nenhum período desde a implantação do assentamento forneceram alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os agricultores assentados relataram pelo fato desta política pública ser um pouco mais difícil de acessar.

O pagamento à vista do assentamento como um todo, ficou por volta de R\$359.000,00 no assentamento Banco da Terra 1, e R\$315.000,00 no assentamento Banco da Terra 2. Foi totalizado 19 lotes regularizados no assentamento Banco da Terra 1, e no assentamento Banco da Terra 2 foram regularizados 30 lotes. No processo de renegociação pelo pagamento das terras teve a atuação da Associação dos agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2, que apoiou no processo da introdução da Lei do desconto pela terra, para que os assentados conseguissem quitar os seus lotes, e não acabassem perdendo suas propriedades.

Cabe destacar a atuação da Associação dos Agricultores Assentados, que também foi presente nos anos iniciais do assentamento nas esferas da comercialização, intermediando as vendas das produções cultivadas pelos assentados junto às CEASA (Centrais Estaduais de

Abastecimento) da cidade de São Paulo. Mas, de acordo com os assentados, este processo de comercialização não estava dando retorno aos agricultores, pois o CEASA pagava um valor muito baixo nos produtos e, assim, ocasionou a desistência deste processo de comercialização, optando somente por entregar suas produções ao varejo local e ao PAA. O arranjo produtivo com o CEASA perdurou até, aproximadamente, o ano de 2009, quando o PAA passou a ser a principal estratégia de comercialização dos agricultores.

De acordo com relatos dos agricultores assentados, suas vidas melhoraram após entrarem no assentamento, principalmente para aqueles que tiveram acesso às políticas públicas, como o PAA e o PRONAF, também quando tiveram o desconto pela terra a partir da Lei 13.606/2018. Os agricultores afirmam que, se não houvesse esta lei de desconto pelas terras, eles já teriam perdido suas propriedades, por não terem condições financeiras de pagar pelas terras. E ainda relatam que até os assentados não estão recebendo nenhum apoio e infraestruturas para as famílias, pois, os órgãos públicos locais, só prometem ajuda, mas não cumprem o que prometem. As estradas que ligam a cidade de Angatuba até o assentamento estão bem precárias, o assentamento está com uma grande dificuldade no acesso a água potável, pois, não há água encanada nos lotes, nem para o consumo próprio, nem para os afazeres domésticos, como também para o processo de irrigação de suas plantações, como as verduras e hortaliças e para a dessedentação animal.

As perspectivas de produção dos agricultores assentados desde o início do assentamento foram alcançadas até um determinado período, pois os produtores tinham em mente que viveriam em uma comunidade de características associativas, e com o principal objetivo em produzir variedade de culturas, alimentos, animais. Inicialmente os agricultores assentados comercializavam suas produções em supermercados, quitandas, e posteriormente passou a predominar o PAA, através do qual a prefeitura da cidade fazia a aquisição de suas produções. A principal motivação dos agricultores a plantarem dava-se pela a certeza de ter um comprador e um consumidor final, que por um período era o PAA, que fazia a aquisição de suas produções, e os beneficiários do programa, que eram as famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Angatuba/SP. As principais culturas que predomina no assentamento, desde o início é, a lavoura branca, a criação de animais e a produção de verduras e hortaliças, mas, desde a saída do PAA, em meados do primeiro semestre de 2017, a realidade não é a mesma, e estes impactos negativos serão abordados ainda neste capítulo.

Uma das principais dificuldades que os agricultores assentados enfrentaram e estão enfrentando é o acesso ao assentamento Banco da Terra, que é bem distante e se dá por meios precários, fica em torno de 22km da cidade de Angatuba/SP. Local que os agricultores mais acessam para comercializar seus produtos. Outra dificuldade que os produtores estão tendo no assentamento é a falta de água. Ela é necessária tanto para o consumo pessoal e para irrigação dos cultivos de alimentos em seus lotes.

Figura 29 - Estrada do assentamento Banco da Terra 2 e que dá acesso ao Banco da Terra 1



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A Figura 29 demonstra a estrada central do assentamento Banco da Terra 2, sendo que os dois lados da estrada situam-se os lotes dos agricultores assentados. Essa estrada também dá acesso ao assentamento Banco da Terra 1, localizado na cidade de Angatuba/SP. Como visto, a estrada central do assentamento encontra-se em boas condições, mas é no trecho que os liga a cidade de Angatuba ao assentamento que existe um total de 22 Km nos quais as condições da estrada estão bem precárias.

O que é ainda mais gritante é a falta do acesso a políticas públicas aos assentados. Antes do ano de 2016, o PAA era o principal programa que servia de apoio aos agricultores, na qual, os ajudavam muito, em questão da renda das famílias, e tinham motivação para cultivar uma grande diversidade de alimentos, pois tinham a certeza de que conseguiriam entregar alimentos regularmente através do programa.

Há também uma falta de apoio com relação ao financiamento das produções dos agricultores, as agências bancárias não estão liberando crédito aos agricultores familiares para acessarem algum financiamento de produção, até mesmo pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os agricultores assentados receberam

pouco apoio de instituições locais, aqueles que ajudaram por um período foram o sindicato municipal e a prefeitura, no processo logístico dos alimentos entregues via PAA entre 2009 a 2016. Diante das principais dificuldades enfrentadas no assentamento, alguns agricultores chegaram até passar fome, como relatado durante as entrevistas, por não terem capital para investir em uma produção, e também por razões da saúde física.

Uma situação ocorrida recentemente e que acabou afetando ainda mais a pouca produção que os produtores assentados tinham foi a forte geada e seca que predominou na região do Sudoeste Paulista. Especificamente no município de Angatuba/SP, entre os meses de julho e agosto de 2021, a frente fria chegou a marcar -1°C (Grau Celsius) na região. Com a vinda da geada, houve prejuízo a praticamente todos os tipos de produção na região, sendo elas; plantações, pastos e árvores frutíferas. O cenário da seca predominou no território por quase 2 meses, até a chegada de chuvas.

Figura 30 - Cenário das plantações atuais após a geada em 2021 no assentamento Banco da Terra em Angatuba-SP



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A Figura 30 demonstra o cenário calamitoso nos sistemas produtivos dos agricultores assentados do Banco da Terra, após o impacto que a frente fria trouxe, em meados de julho e agosto de 2021, que coincidiu com os trabalhos de campo. Nos espaços registrados eram cultivadas frutas cítricas, banana e mandioca, mas a geada acabou matando todos os pés.

De acordo com relatos dos assentados, observa-se um fato: alguns agricultores assentados enfrentam preocupantes enfermidades. Atualmente um dos agricultores entrevistados está em processo de tratamento de um câncer, e um outro agricultor assentado, há alguns anos atrás, também teve esta mesma enfermidade. É interessante destacar que os assentamentos Banco da Terra 1 e 2 situam-se ao lado de uma grande fazenda de produção de citricultura, tendo o carro-chefe a laranja e o limão, o principal problema, é que, cotidianamente, a empresa de citricultura utiliza grande quantidade de venenos/agrotóxicos nas plantações, e esse fator pode ser um alarmante no desenvolvimento de doenças cancerígenas para a população que vive ao redor desta fazenda. Os próprios assentados fazem essas associações com os casos de câncer na comunidade e relatam preocupação.

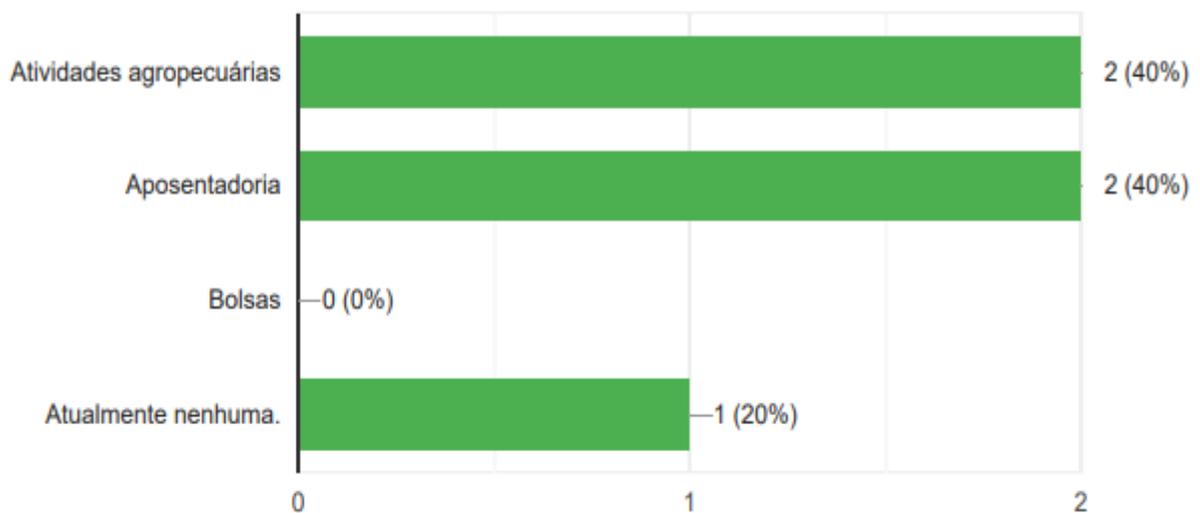
Vale ressaltar também que, por conta desta fazenda agrícola localizada no bairro do Aterradinho, por ser muito próxima do assentamento, praticamente todas as produções que os agricultores desenvolvem em suas propriedades podem ser afetadas com os agrotóxicos, principalmente, as hortaliças, verduras e frutas. E os agricultores e consumidores destas produções acabam não consumindo alimentos saudáveis e de caráter orgânico.

Outra queixa que os agricultores assentados relataram é que poucas vezes se beneficiaram da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desde a implementação do assentamento. Os agricultores, receberam somente 3 vezes a Assistência Técnica Rural através da ITESP, e eles avaliam que se houvesse acesso, a ATER seria um importante instrumento para auxiliar os agricultores assentados com as diversas dificuldades enfrentadas no meio rural. Um órgão que ajuda poucas vezes, mas ajudou muito no período da efetividade do PAA no assentamento, foi a Prefeitura Municipal de Angatuba/SP, que deu seu apoio principalmente no processo logístico dos produtos adquiridos através do PAA, que eram destinados às famílias mais carentes da cidade, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura.

5.2 Dimensão Econômica e PAA

Nesta seção serão apresentadas as principais dimensões econômicas dos agricultores assentados, e a representatividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os produtores rurais, levando em consideração os níveis de produção, níveis de retornos financeiros através desta política pública aos assentados do Banco da Terra no município de Angatuba/SP.

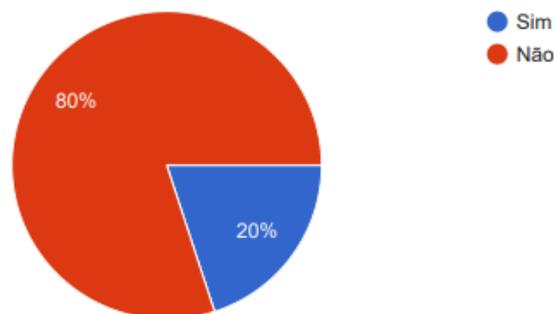
Figura 31 - Quais as principais fontes de renda da família assentada?



Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 31 identifica as principais fontes de renda dos agricultores assentados do Banco da Terra 1 e 2. Podemos observar que quatro assentados entrevistados disseram que as únicas fontes de renda deles e da família são as atividades agropecuárias e a aposentadoria, e dessas quatro famílias realizam atividades agropecuária e também possuem aposentadoria. E uma família atualmente não tem nenhuma fonte de renda, necessitando de ajuda de familiares que residem na cidade para conseguir ter acesso à alimentos para o consumo próprio.

Figura 32 - O assentado comercializa sua produção por meio de associação ou cooperativa?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se na Figura 32, as informações referentes ao agricultor assentado do Banco da Terra comercializar suas produções através de alguma associação ou cooperativa. De acordo com as respostas dos agricultores, quatro entrevistados não estão comercializando seus produtos em associações e/ou cooperativas, mas um deles está vendendo 100% de sua produção de milho através de uma cooperativa local, que está localizada na cidade de Angatuba/SP.

Como relatado, umas das principais dificuldades de permanência dos agricultores assentados do Banco da Terra em Angatuba é que os produtores não estão tendo quase nada de acesso a políticas públicas que proporcionam o desenvolvimento rural e territorial na região. A partir das pesquisas em campo realizadas, pode-se levantar que apenas dois assentados entrevistados tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na história do assentamento, e por um período bem curto, entre 1 e 2 anos, mas como o acesso a esta linha de crédito acaba sendo burocrática e depende de um técnico para elaborar o projeto e assinar, os assentados não têm acesso à ATER, eles não estão conseguindo acessá-las mais.

A única política pública que serviu de apoio no processo de comercialização das produções no assentamento foi o PAA, que permaneceu por um bom período beneficiando os assentados. Antes do PAA se consolidar no Banco da Terra, os agricultores já utilizavam estratégias de produções e comercialização próprias, e as principais culturas que os produtores tinham antes da vinda do PAA eram; a produção de milho, feijão, frutas e verduras, destinadas ao CEASA. Também eram destinadas à associação do assentamento, que ficava responsável pela comercialização dos produtos adquiridos, sendo uma porcentagem aos atacadistas locais e outra para o consumo próprio.

De acordo com os assentados, o período de maior intensidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento foi entre os anos de 2009 a 2016. Neste recorte temporal, os agricultores assentados conseguiram obter retornos regulares e renda fixa através desta política pública. Os agricultores assentados não deixaram de avaliar a importância que foi o PAA para eles no assentamento, e ressaltaram: “O PAA ajudava muito, pois levava toda produção que tínhamos disponível para entregar”, “O PAA é muito importante para as famílias assentadas, principalmente ao comercializar nossas produções”, “O PAA era tudo aqui, agora sem o PAA não tem como produzir”, estes foram alguns relatos

obtidos no trabalho de campo, indagando o quão importante foi esta política pública para eles, e os impactos negativos que ocorreram após sua saída do assentamento.

Figura 33 - Cultivos de hortaliças e aves no assentamento Banco da Terra



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

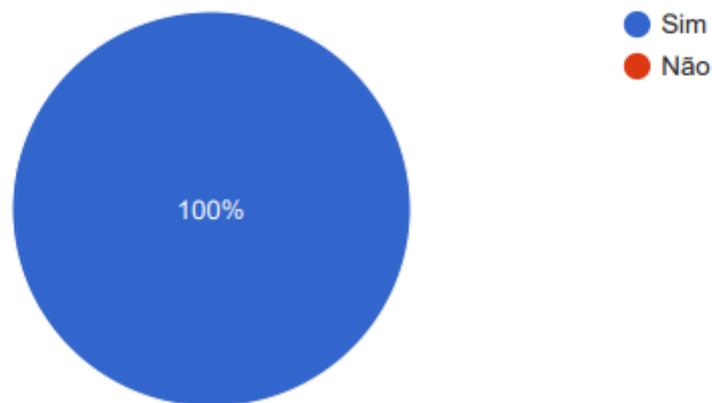
A figura 33 mostra algumas hortaliças e aves cultivadas no assentamento Banco da Terra 2. Observa-se que os alimentos não estão em uma boa qualidade, devido a geadas que queimou consideravelmente este cultivo, e afetou os sistemas produtivos no assentamento, acarretando em uma grande perda nas produções. Toda esta produção é destinada somente para o autoconsumo da propriedade registrada. No entanto, nos dá uma ideia do tipo de sistema produtivo que era impulsionado na época do PAA.

Podemos identificar ainda, pelos depoimentos, que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fortalecia a Associação dos Agricultores Assentados do Banco da Terra, pois, todos os interessados podiam comercializar seus produtos através do PAA, e ambos obtinham um importante renda advinda da produção. Cada agricultor assentado podia ter um rendimento ao comercializar seus produtos no PAA, de até R\$8.000 anualmente. Com a efetividade do PAA no assentamento entre o período de 2009 a 2016, os agricultores conseguiram ter uma grande diversificação na produção, com diversas culturas e alimentos,

como; couve, alface, cheiro-verde, mandioca, abobrinha, batata-doce, abacate, laranja, banana, maracujá, feijão e milho verde e seco.

Com a diminuição orçamentaria do PAA no primeiro semestre de 2017, os agricultores assentados tiveram grandes impactos negativos, principalmente nos sistemas de produção e no processo de comercialização. Os assentados chegaram a perder praticamente 100% de suas produções após a saída do PAA, pois foi tudo muito rápido, e os agricultores na época não tinham outras estratégias de comercialização traçadas, e isso acarretou uma grande perda de suas produções e conseqüentemente de seus retornos financeiros. Estes problemas condicionaram os agricultores a limitarem suas produções, e a maior parte do que se produz está sendo para o autoconsumo e uma pequena porcentagem para venda direta, em comércios, quitandas, e mercados no município, como também venda ocasional.

Figura 34 - Os retornos financeiros em relação à produção no período de 2014, 2015 e 2016, enquanto o PAA estava sendo efetivo no assentamento, foi favorável?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 34 identifica-se o nível de satisfação referente ao retorno financeiro através do PAA no período de 2014, 2015 e 2016, enquanto esta política pública estava servindo de apoio aos assentados como principal alternativa de comercialização de suas produções. É nítido que todos os agricultores assentados ficaram satisfeitos com os retornos financeiros que o PAA trouxe para eles neste período de intensidade de execução deste programa.

Tiveram agricultores que conseguiram obter retorno de R\$24.000,00 no período entre 2014 a 2016, somente entregando os produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na qual tinham uma renda anual de mais ou menos R\$8.000,00, e uma renda mensal

de R\$665,00. Observa-se que os retornos financeiros obtidos através do PAA não eram uma renda tão alta, entretanto, os assentados afirmam que os ajudava muito a compor seus rendimentos mensais. Com a saída do programa, esta renda, antes muito importante, não compõe mais o orçamento familiar e, conseqüentemente, desmotiva-os a investirem em suas terras, produções e diversificação de produtos, que impactava positivamente no desenvolvimento rural, territorial e na segurança alimentar do município.

De acordo com relatos de um agricultor, após a saída do PAA, o mesmo não produziu mais nada em sua propriedade, e se não fossem os familiares que moram na cidade ajuda-lo com a alimentação, o mesmo passaria fome, ressaltando; “O PAA era muito importante, mas acabou”.

Outros produtores assentados tiveram que reduzir entre 50 a 80% de sua produção, e o que produzem é mais para o consumo próprio e para comercializarem alguns mercados locais, com seus próprios meios logísticos. Isso está desmotivando cada vez mais os agricultores a continuarem a produzir e a permanecerem no assentamento. Além disso, os agricultores estimam que, com a saída do PAA, reduziu-se em aproximadamente 80% de seus rendimentos mensais. De acordo com este cenário desanimador aos agricultores assentados do Banco da Terra em Angatuba/SP, grande parte dos produtores rurais estão traçando novas estratégias de produção no ano de 2021. Com a alta do preço dos cereais, os agricultores, na safra 2021/2022, irão plantar em suas propriedades o milho, pois o preço da saca está entre R\$90 a R\$95. O financiamento das produções de milho estabelecidas pelos assentados é próprio, ainda o custo de produção é muito alto, principalmente se utilizar insumos de produção locais, mas, os agricultores estão enxergando a produção de milho como a única alternativa sólida para obterem algum ganho no meio rural.

Os agricultores estão também produzindo verduras somente para o autoconsumo, pois, as circunstâncias atuais, por conta da falta de apoio governamental e acesso a políticas públicas, as famílias estão limitando suas produções para grande quantidade e comercializar na região, pois os mesmos não tem a certeza que irá conseguir comercializar tudo que produzir. Como já relatado, há assentados que não estão produzidos mais nada, e ressalta, que se o PAA voltar a apoiar o assentamento, o mesmo voltará a produzir uma variedade de culturas.

No entanto, uma notícia animadora para os agricultores assentados e beneficiários do PAA em Angatuba/SP, é que foi aprovado um Projeto de Lei Nº 38/2021 de 29/04/2021, que institui o “Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município de Angatuba (PMAA)”. O projeto foi aprovado para ser executado no âmbito municipal, e irá proporcionar inúmeros benefícios tanto para a população carente da cidade quanto para os agricultores familiares do município. O projeto tem o propósito de valorizar o produtor rural da cidade de Angatuba, no qual, os agricultores conseguirão tirar seu sustento entregando os alimentos produzidos em suas propriedades. O projeto PMAA irá dispor de um valor de R\$8.000 (oito mil reais) mensais, destinados à aquisição de alimentos dos agricultores familiares do município, e será administrado pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. E as famílias beneficiárias que irão receber os produtos, serão classificadas através de avaliação social, sendo favorecidas as famílias com situações de vulnerabilidade social mais precárias.

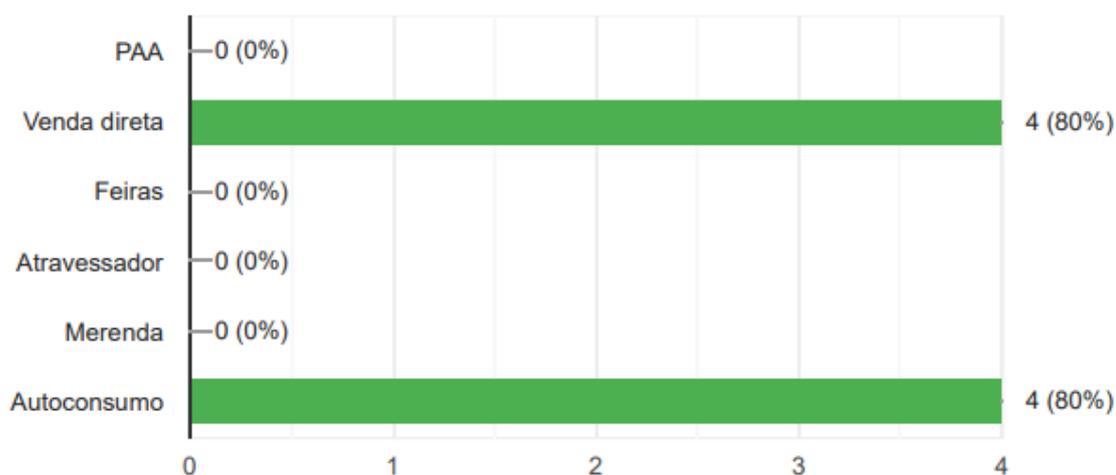
Se o projeto PMAA for consolidado no município, com certeza trará grandes benefícios para a sociedade, tanto para os agricultores familiares, quanto para as famílias mais carentes da cidade de Angatuba/SP, amenizando em partes, a ausência do PAA. Mas o que intriga é que o valor que vai ser oferecido por ano e por família de agricultores é bem menor do que o programa federal. Além disso, os agricultores poderiam contar com os dois programas e, assim, obterem uma composição de renda maior. Mesmo assim, os agricultores ressaltam que se este projeto for aprovado será uma excelente ideia para beneficiar o município, pois voltará a trazer retornos favoráveis para os pequenos produtores rurais da região, e ajudará muitas famílias a permanecerem em suas propriedades no assentamento Banco da Terra, e incentivará a voltarem a produzir uma diversidade de alimentos, e a comercializarem seus produtos, proporcionando um avanço no desenvolvimento territorial, através desta política de compra pública.

5.3 Dimensão da Produção

Desde o início do projeto do assentamento Banco da Terra em Angatuba/SP, os agricultores assentados executam diversas estratégias de produções e diversas culturas, buscando alcançar um maior êxito em sua produção, para encontrarem o melhor meio de conseguirem obter uma renda em suas propriedades. A partir disto, pode-se observar que os

assentados já passaram por diversos cenários, sendo bons ou ruins, mas o que é muito importante ressaltar, e que praticamente todos agricultores que ainda estão inseridos no assentamento, nunca deixaram de produzir, nem que seja o mínimo possível. Atualmente os produtores produzem uma limitada diversidade de alimentos, para a venda direta, e para o autoconsumo, sendo as principais: mandioca, abacate, feijão, arroz, milho, hortaliças, banana, manga e uva.

Figura 35 - Principais destinos das produções em 2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

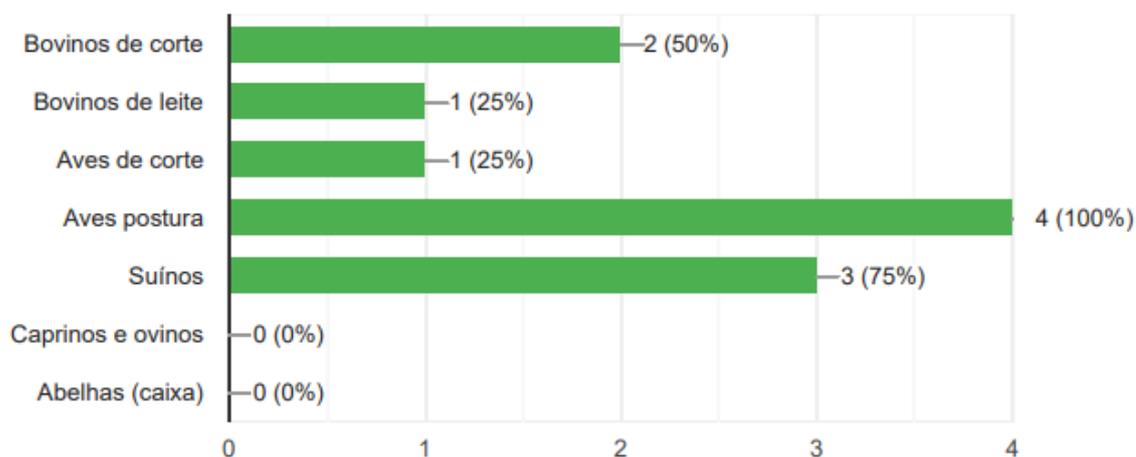
Podemos observar na Figura 35, que 80% dos agricultores ainda comercializa seus produtos através da venda direta e para o autoconsumo, mas é nítido que somente a venda direta não é suficiente para gerar uma renda fixa mensal para os agricultores familiares. O mais recomendado diante este cenário, é que os produtores rurais busquem novas estratégias de comercialização, que possam trazer mais retornos financeiros para as famílias assentadas.

De todas produções cultivadas no assentamento as que estão sendo mais rentáveis para os assentados, é a produção de milho e maracujá, pois possuem um preço de mercado consideravelmente alto. Mas, grande parte dos produtores preferem outras culturas, mesmo não sendo tão lucrativas, sendo elas; o cultivo de verduras, hortaliças e mandioca, pois o custo de produção é menor e os retornos financeiros são mais rápidos, se comparados com o cultivo do milho e do maracujá.

Uma outra alternativa que os agricultores assentados enxergam como benéfica para compor sua renda familiar é a produção animal, no qual, grande parte dos agricultores criam

algumas espécies de animais, para o autoconsumo ou para venda direta. Alguns destes animais são; bovinos de corte, bovinos de leite, aves de corte, aves postura e suínos.

Figura 36 - Representação das produções animais que os assentados possuem em suas propriedades



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa de campo, 80% dos agricultores assentados entrevistados possuem alguma espécie de animais em suas propriedades. Como notado na Figura 36, 50% dos entrevistados possuem bovinos de corte em seus lotes, com o objetivo de comercializar. 25% dos entrevistados têm bovinos de leite, que basicamente é para o consumo próprio da família. Também 25% dos produtores têm aves de corte, para o autoconsumo e 100% dos entrevistados tem em suas propriedades o cultivo de aves postura, tanto para vendas ocasionais, quanto para o consumo próprio. Além disso, 75% dos produtores possuem em seus lotes a criação de suínos, também para o autoconsumo. Pode-se observar que, apesar de não possuírem grandes recursos, os agricultores assentados ainda tem uma grande variedade de criação animal em suas propriedades, que favorecem os sustentos das famílias.

Quadro 4 – Resultados obtidos do PAA por meio das Categorias de Análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Efetividade	Impactos	Estratégias de adaptação
Período 2009-2016: <ul style="list-style-type: none"> • Política de apoio (PAA). • Diversificação na produção. • Certeza no processo de comercialização das produções dos assentados. • Maiores rendas através de seus sistemas produtivos enquanto o PAA estava em operacionalização. • Desenvolvimento territorial: Fortalecimento da agricultura familiar; combate da insegurança alimentar. 	Período 2017: <ul style="list-style-type: none"> • Desmantelamento da política pública (PAA) no território. • Perdas pela falta de comercialização. • Falta de apoio governamental. • Falta de acesso a outras políticas públicas. • Desmotivação dos assentados a permanecerem no assentamento. • Sem outras alternativas de produção e comercialização. • Instabilidade financeira; baixa renda no campo. • Fome: ajuda de familiares para sobreviver. 	Período 2017-Atual: <ul style="list-style-type: none"> • Produção pouco intensificada: verduras para consumo próprio e venda direta. • Produção de milho para cerealistas. • Vendas ocasionais para mercados, açougues e quitandas. • Aprovação do PAA municipal (ainda não está sendo executado).

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro acima, podemos identificar os resultados obtidos através da pesquisa referente a efetividade, os impactos e as estratégias de adaptação das famílias assentadas frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desde de sua implantação no assentamento Banco da Terra em 2009, em Angatuba/SP. São nítidos os grandes impactos positivos que os assentados tiveram nos anos iniciais do PAA no assentamento 2009-2016, as famílias conseguiram produzir nesse mesmo período grande variedades de alimentos e conseguiram importantes retornos financeiros através da venda de suas produções através do PAA, fortalecendo a agricultura familiar territorial e mitigando a insegurança alimentar no município.

No primeiro semestre de 2017, com o desmantelamento das políticas públicas, consequentemente teve uma redução orçamentária do PAA também na região de Angatuba/SP, nesse cenário ocorreram grandes impactos negativos na região, principalmente

aos agricultores que fizeram parte do PAA e dos beneficiários finais do programa. Nisso houve grandes perdas nas produções dos agricultores assentados, e por falta de apoio governamental as famílias encontraram-se sem alternativas de produção após a saída do PAA, e com a vinda da instabilidade financeira entre os assentados, alguns acabaram ficando desmotivados a permanecerem no assentamento.

As famílias que permaneceram em suas propriedades no assentamento tiveram que traçar novas estratégias de adaptação, para produzirem, comercializarem e terem uma renda mínima no campo. Mas a maioria dos assentados produziram com pouca intensidade, basicamente para o consumo próprio e venda ocasional para mercados, açougues e quitandas locais. Uma estratégia a qual os agricultores estão recorrendo é a produção cerealista, especificamente a produção de milho, por conta de estar com um bom preço de mercado atualmente. Com isso, estão voltando a depender fortemente de um agente regional para implementar um sistema produtivo capital-intensivo e com baixo retorno financeiro, sem ao menos terem como contrapartida a renda do PAA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação contribuiu para revelar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre os sistemas de produção de agricultores assentados do Banco da Terra, e para as famílias beneficiárias com situação de vulnerabilidade social no município de Angatuba, região sudoeste do estado de São Paulo.

A proposta inicial do projeto de pesquisa foi diagnosticar os impactos do PAA para os agricultores assentados do Banco da Terra, em dois recortes temporais. O primeiro período são os anos iniciais da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Banco da Terra em Angatuba, e o segundo período foi, após a diminuição orçamentária do programa em meados do primeiro semestre de 2017, no qual resultou em grandes impactos negativos nas esferas produtivas dos agricultores assentados, e na falta de acesso a alimentos saudáveis aos beneficiários finais do PAA.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo confirmam que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na percepção dos assentados entrevistados, foi a principal política pública e a que mais trouxe retornos favoráveis aos agricultores assentados e as famílias carentes da região. Constatou-se que os assentados obtinham maiores rendas através

de seus sistemas produtivos enquanto o PAA estava em operacionalização. Além disso, verificou-se que nos anos de maior intensidade da execução do PAA, até 2016, os agricultores familiares produziam muito mais, e cultivavam uma grande diversificação na produção, pois os alimentos eram entregues toda semana ao PAA.

O PAA vinha trazendo grandes resultados positivos aos agricultores assentados do Banco da Terra, mas depois de sua saída pode-se identificar diversos impactos. Os produtores rurais foram obrigados a diminuir grande parte de suas produções, pois não tinham outras estratégias de comercialização, e acabaram perdendo quase toda as produções logo após a ausência do PAA. Também foi possível diagnosticar que quando as famílias dependem muito de um programa para a comercialização, em conjunturas políticas desfavoráveis, o risco para não se conseguir manter a renda em um patamar suficiente aumenta muito.

A pesquisa compreendeu a relação entre os agricultores familiares e demais atores da rede constituída para atender o PAA no município de Angatuba-SP e conseguiu identificar a importância da participação de cada um deles dentro da rede. Compreendeu também as limitações para uma maior participação dos agricultores em suas organizações sociais. O PAA foi um importante instrumento para o fornecimento das organizações locais, como alternativas de apoio para atuar como verdadeiros agentes de desenvolvimento territorial, e de fortalecimento para a agricultura familiar e para o combate da insegurança alimentar.

No período entre aos anos de 2009 a 2016 o PAA foi muito importante para a geração de renda aos agricultores familiares, pois eles tinham a garantia de suas rendas todo mês. Mas, no período entre 2017 a 2021, pode-se observar a magnitude que as situações dos assentados chegaram, com a diminuição na produção, a falta de apoio e acesso a políticas públicas, a redução na variedade de produtos que os agricultores cultivavam, diminuição da renda e aumento das incertezas. Isso levou os agricultores a produzirem alimentos com muita pouca intensidade, basicamente para o consumo próprio, e para a busca da recomposição dos canais de comercialização na venda direta, que se deu ocasionalmente, mas, como a localidade do assentamento é consideravelmente distante e as estradas estão precárias, os agricultores estão ficando sem saída para conseguir obter uma renda no campo.

Esses impactos fazem com que a maioria dos agricultores assentados se veem sem alternativas de produção e de comercialização. E por conta dos principais problemas da falta de apoio governamental e de políticas públicas que ajudem os agricultores familiares a permanecerem em suas propriedades no assentamento Banco da Terra, os mesmos não estão

conseguindo produzir nem para obter uma mínima renda mensal através de suas produções, fazendo com que alguns produtores não tenham outras opções a não ser se submeterem à produção cerealista. Por outro lado, aumentam-se as perspectivas de reconcentração fundiária. Uma vez que as famílias estão conseguindo quitar o financiamento de seus lotes e a titulação dos mesmos, em razão da lei 13.606/2018, a precarização das políticas públicas de desenvolvimento rural como o PAA pode levar ao risco das famílias abandonarem e venderem a terra.

O que está trazendo esperança aos agricultores assentados do Banco da Terra é a aprovação do Projeto de Lei Nº 38/2021 de 29/04/2021, o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município de Angatuba (PMAA), que tem o propósito de proporcionar uma renda através das produções dos agricultores familiares do município de Angatuba/SP. Este projeto é, atualmente, a única ação pública que poderá fazer com que os agricultores assentados voltem a obter um rendimento através de suas produções no assentamento Banco da Terra, mas como este programa ainda não está sendo executado no município, a única alternativa é os agricultores continuarem a produzir os cultivos que estão trazendo mais retornos financeiros para eles, para que possam obter uma mínima renda através da agricultura.

O propósito de um projeto de assentamentos rurais é o de proporcionar o desenvolvimento rural e territorial, através da agricultura familiar, possibilitando a geração de emprego e renda no campo, dos próprios membros das famílias ali inseridos e também dinamizar a vida econômica dos municípios do entorno. Mas para que a funcionalidade do assentamento ocorra, também deve-se ter uma harmonização entre atores governamentais e assentados, buscando promover a efetividade de políticas públicas de créditos fundiários e de desenvolvimento rural, para que os produtores rurais sejam motivados a permanecerem nos assentamentos, e continuarem a cultivar uma grande variedade de produções, para que possam obter uma renda digna no campo, e possibilitar as famílias com situações de vulnerabilidade social nas cidades a uma alimentação saudável, podendo assim, mitigar a insegurança alimentar na sociedade. Essas considerações não são diferentes no assentamento Banco da Terra em Angatuba, e se houver condições das políticas de compra funcionarem enquanto estratégia de desenvolvimento rural, com certeza poderão trazer mais retornos sociais as famílias inseridas em assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS

ANGATUBA-SP. Prefeitura. 2011. Disponível em: <http://www.angatuba.sp.gov.br>. Acesso em: ago. 2021.

BARONE, Luís Antonio *et al.* A REFORMA AGRÁRIA QUE TEMOS: revisitando uma polêmica acesa. **Política & Trabalho**, [s. l], v. 45, p. 25-45, 2016. Semestral. BERGAMASCO, Sônia Maria *et al.* **O que são assentamentos rurais: um pouco de história**. 301. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88 p.

BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* DESAFIOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM FOMENTAR AUTONOMIA DE AGRICULTORES FAMILIARES. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, p. 1104-1122, 17 set. 2020.

BRASIL. 13. ed. Brasília: Extra, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13001-20-junho-2014-778948-publica4434-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. 150. ed. Brasília, 10 ago. 2021. n. 6, Seção 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Constituição (1998). Lei nº 93, de 04 de fevereiro de 1998. **Lei Complementar Nº 93, de 4 de fevereiro de 1998**. Brasília, GO, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1998/leicomplementar-93-4-fevereiro-1998-363611-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9214.htm. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9263, de 10 de janeiro de 2018. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9263.htm#art1. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. Portaria SAF/Mapa nº 123, de 23 de março de 2021. Brasília, Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/03/2021&jornal=515&pagina=2&totalArquivos=173>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar nº6.047/2005. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A78FB65EEEEEB882AB5A7F827A64832B.node2?codteor=393031&filename=Avulso+-PL+6047/2005. Acesso em: 08/01/2022.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de

governo. **Centro de Ciências Médicas, Faculdade de Nutrição**, Rio de Janeiro, p. 851-860, 09 jan. 2009.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Bahia. **Periódicos**. Salvador: Enanpad, 2006. p. 01-11. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5281. Acesso em: 23 dez. 2021.

Classificação dos grupos e linhas PRONAF na safra 2020-2021: Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/PRONAF_PLANO_SAFRA_2019-2020_QuadroResumo_TABELA_GruposPRONAF_grupos_e_Linhas_GERADO_em07_07_2020.pdf/bfa7cc05-a7e7-d8e9-0228-94f7cf4dbd49. Acesso em set 2020.

CONAB (Brasília). Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2016:** compêndio de estudos conab. Brasília: Sumac, 2017. 28 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública do PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos. 2017. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsultaMunicipio&uf=SP>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONAB. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2019:** compêndio de estudos conab. Brasília, 2020. 24 p. Disponível em: [file:///C:/Users/Ronaldo/Downloads/Compendio-V27-PAAZ2020_2%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ronaldo/Downloads/Compendio-V27-PAAZ2020_2%20(1).pdf). Acesso em: 31 out. 2021.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, 2016. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar>. Acesso em: 24 jan. 2022.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, 2017. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DAS FINALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. BRASIL. . 7.775. ed. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em set 2020.

DUVAL, Henrique Carmona *et al.* Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE. Nead. **Reforma agrária e desenvolvimento Desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** 11. ed. Brasília: Co-Editor, 2008. Cap. 4. p. 308-322.

FAO, OPS, WFP y UNICEF. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018. Santiago: FAO, OPS, WFP y UNICEF, 2018.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; SILVA, Maria Aparecida Moraes. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO: O JOGO DAS FORÇAS SOCIAIS NO CAMPO. **Perspectivas**, Araraquara, p. 33-51, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B, QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos, FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) Da Terra Nua ao Prato Cheio. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003, p.15-20

GRISA, Catia. **Perspectivas para um Mundo Pós Pandêmico; Agroecologia, Políticas Públicas e bem viver – Mesa Redonda: Políticas Públicas.** II Webinário Latino – Americano. PPGADR-Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural/UFSCar. Araras, 2021.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio, Isopo; SCHNEIDER, Sergio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro,** Rio Grande do Sul, p. 155-176, mar. 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro,** Rio Grande do Sul, p. 53-82, mar. 2015.

GRYNSZPAN, Mario. **A trajetória política de João Goulart: a questão agrária no governo jango.** A questão agrária no governo Jango. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango. Acesso em: 19 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama da Cidade de Angatuba.** 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/angatuba/panorama>. Acesso em: 28 set. 2020.

IBGE (ed.). **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no brasil.** Rio de Janeiro: Ibge, 2020. 65 p

Imagem Ilustrativa da Cidade de Angatuba/SP: Disponível em: https://earth.google.com/web/search/Angatuba,+SP/@-23.49557235,-Z8.4107018,612.45754132a,10659.81210585d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCd2rt1WjXTNAEd2rt1WjXTPAGS_pVYiwGEIAISzpVYiwGEnA. Acesso em set 2020.

Imagem Ilustrativa do Assentamento Banco da Terra: Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Guare%C3%AD+Velho,+Angatuba+-+SP,+18240-000/@-23.46473048,53919135,627.19152397a89,-,4405.51056769d,35y,-0h,0t,0r/data=CigiJgokCZ5NyDt5dzfAEaKhEuN5hjfAGWP5GimLK0jAIXh817FsPUjA>. Acesso set 2020.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html#:~:text=No%20dia%20de%20novembro,do%20Ibra%20e%20o%20Inda>. Acesso em: Setembro de 2020.

Lei da Agricultura Familiar: BRASIL. . 11326. ed. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 23 out. 2021.

LIMA, Suzana Maria Valle; VIEIRA, Luis Fernando; CASTRO, Antônio Maria Gomes de. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (org.). **Estudos de Reordenamento Agrário: perfil dos beneficiários do programa nacional de crédito fundiário: combate a pobreza rural (pncf-cpr)**. 8. ed. Brasil: Iica/Mda/Pct-Crédito Fundiário, 2011. 136 p.

MDA. **Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38170795/do1-2018-08-24-resolucao-n-1-de-23-de-agosto-de-2018-38170620. Acesso em: Set 2020.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de *et al.* **HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO. Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional**, Rio de Janeiro, p. 01-215, 1989.

MEDEIROS, Rosângela Aparecida. **Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar**. Informações econômicas, MG, v.25, n.3, p.469-483, set/dez. 2013.

NOGUEIRA, Elizabeth Alves e; MELLO, Nilda Tereza Cardoso de; SANNAZZARO, Ana Maria; ROLIM, Palmira R. Righetto. **O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O (IN) SUCESSO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: o caso de Angatuba, Estado de São Paulo**. São Paulo: Informações Econômicas, SP, V.37, N.8, ago. 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 111-136, 2012.

Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN): (**Lei Nº 11.346, de 15 de set de 2006**) BRASIL. . 11.346. ed. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 23 out. 2021.

SANTI, Tiago et al. **O CAMPESINATO NO SUDOESTE PAULISTA: ANTROPOLOGIA AMBIENTAL COMO SUBSÍDIO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CAMPUS LAGOA DO SINO DA UFSCAR**. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sustentabilidade na Gestão Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020.

SANTOS, Fabio Fraga dos. **Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SANTOS, Leandro de Lima. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: ANÁLISE COMPARATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIO VERMELHO-GO**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Agronegócios, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SÃO PAULO. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. CAPTURANDO A TERRA: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. **Capturando A Terra: Banco Mundial, Políticas Fundiárias Neoliberais e Reforma Agrária de Mercado**, São Paulo, p. 171-204, nov. 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade, revista brasileira de ciências sociais- VOL. 18 Nº. 51. Informações econômicas, RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SCHNEIDER, Sergio. A PLURIATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE**. 5. ed. Brasília: Unb, 2005. Cap. 2. p. 23-40.

SCHNEIDER, Sérgio. TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Dados Econômicos da Cidade de Angatuba**. 2018. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/economia/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SILVA, Raimundo Pires *et al.* O papel do estado na segurança alimentar e nutricional: desafios e problemas do siso. **Retratos de Assentamentos**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 174-204, 1 ago. 2020.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

7. ANEXO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES ASSENTADOS DO BANCO DA TERRA EM ANGATUBA/SP

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Nome do assentamento: _____

Nome da propriedade: _____

Localização e tamanho da área: _____

Data ____/____/____

Questionário aplicado por: _____

1 DIMENSÃO SOCIAL e PNCF

1.1 Há quanto tempo reside com a família na propriedade: _____

1.2 Informações sobre os membros da família que residem na propriedade.

Nome	Grau de parentesco	Idade	Escolaridade	Trabalha fora? (S/N)	Caso S, qual ocupação?

1.3 Quando e como as famílias se organizaram para iniciar o processo burocrático e para reunir a documentação para obter a titulação da terra? Quantas famílias faziam parte da organização inicialmente?

1.4 As famílias já se conheciam? Eram moradoras do meio rural? Quais as principais motivações em entrar para o PNCF?

1.5 Quais pessoas e instituições ajudaram na aquisição do crédito, na escolha da área e na implantação do assentamento?

1.6 Qual a atual situação da posse da terra?

1.7 Com a lei 13.606/2018 – Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), qual foi o impacto no assentamento?

1.8 Quais as principais dificuldades enfrentadas neste processo de titulação da terra?

1.9 Houve mudanças na configuração do assentamento (famílias que entraram ou saíram, ou do número de famílias assentadas e lotes) desde a implantação do assentamento até a lei 13.606?

1.10 Qual era o valor inicial da terra e quanto ficaria para cada família na época de implantação do assentamento? Quais foram as condições para o pagamento na época (juros, carências etc.)? E como ficou na atual situação (quanto a fazenda valeria hoje, qual foi o acordo com a lei 13.606 e qual o valor que ficou para cada família)?

1.11 Houve consenso ou conflitos das famílias sobre o acordo do pagamento? Como as famílias estão fazendo para pagar pela terra após o acordo?

1.12 A vida da sua família melhorou no assentamento? O que você acha que aconteceria se não houvesse essa lei e o desconto pela terra?

1.13 Questões de infraestrutura para as famílias, como são discutidas no assentamento e quais discursos e ações dos órgãos públicos?

1.14 No processo de renegociação pelo pagamento da terra, houve atuação da associação utilizada para compra da fazenda? Qual papel ela teve no processo? Ela tem atuado também em outras esferas da produção e da comercialização?

1.15 Dos anos iniciais até hoje, quais foram as perspectivas que vocês tiveram no assentamento? Quais as principais estratégias produtivas (agropecuária) das famílias durante esses anos?

1.16 Quais as principais dificuldades?

1.17 As famílias recebem ou já receberam Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por algum órgão responsável? Se sim, a assistência técnica é paga ou não pelos agricultores assentados? Qual sua avaliação da ATER?

1.18 Quais instituições mais ajudaram o assentamento?

2 DIMENSÃO ECONÔMICA e PAA

2.1 Quais são as fontes de renda da família?

() Atividades agropecuárias () Aposentadoria () Bolsas () Outra _____

2.2 Qual a principal fontes de renda da família? _____

2.3 Você comercializa sua produção por meio de alguma associação ou cooperativa? () Sim () Não

Caso sim, para qual(is)? _____

2.4 Qual porcentagem de sua produção é comercializado via associação ou cooperativa? _____

2.5 Já acessou alguma linha de crédito? Qual?

2.6 Antes do PAA existir, quais eram as principais produções da família e como vocês faziam para comercializar seus produtos (supermercados, quitandas, feiras etc.)?

2.7 Qual foi o período de maior intensidade do PAA no assentamento? Avalie a importância do Programa para as famílias em comparação à quando não existia.

2.8 O PAA fortalecia a associação?

2.9 O que era comercializado pelo PAA?

2.10 As famílias recebiam apoio de alguma instituição (prefeitura, sindicato, assistência técnica, associação etc.) para comercializar seus produtos via PAA?

2.11 Com a diminuição da efetividade do PAA no primeiro semestre de 2017, quais foram os impactos nos sistemas de produção e na comercialização?

2.12 O retorno financeiro em relação à produção dos anos de 2014, 2015 e 2016, enquanto o PAA estava funcionando no assentamento foi favorável? () Sim () Não

O que, e quanto se produziu no assentamento neste período?

Qual era a renda anual da família com o PAA?

2.13 Quais foram as estimativas de produção no período de 2017 a 2020 após a diminuição do PAA no primeiro semestre de 2017? Houve muita diferença na sua renda sem o programa?

2.14 Quais as estimativas de produção para o ano de 2021? Irão executar novas estratégias de comercialização?

2.15 Os agricultores e a prefeitura já discutiram de uma proposta de implantar um PAA municipal? O que os assentados acham desta ideia?

2.16 O que sua família espera do PAA em 2021? Vocês acham que tem a probabilidade de o programa voltar? E se ele retornar, você acredita que essa política pública ajudaria as famílias assentadas a permanecerem em suas propriedades e a continuarem a produzir?

3 DIMENSÃO PRODUÇÃO

3.1 Produção vegetal

Que Culturas você produz? (Descreva todas, se necessário utilizar o verso)	Área e volume de produção mensal	Destino* A -Autoconsumo ME - Merenda PAA F - Feira	Quem cuida* 1. Homem 2. Mulher 3. Filhos 4. Pais/sogros	Financiamento Sim ou Não. Se sim, descrever qual

		VD - Venda Direta AT - Atravessador O – Outros	5. Outro (especificar)	

*** Pode ser mais de uma alternativa.**

3.2 De toda a produção, quais são ou já foram mais rentáveis? (**Se possível mensurar o valor**)

3.3 Que tipo de produção e comercialização você prefere? Por que?

3.4 Existem diferença dos sistemas de produção atuais comparando-se com os anos mais intensos do PAA? O que mudou? (por exemplo, diminuição a produção? Diminuição a diversidade?)

3.5 Produção animal

Tipo	Nº. (aprox.) *	Destino*:	Tipo venda**	Quem cuida? **	Qual a origem dos recursos aplicados? (próprios, financiamentos etc.)
		1. Venda animal 2. Venda prod.	1. Contrato/empresa 2. Atravessador/local	1. Homem 2. Mulher	

		3. Autoconsumo	3. Ocasional - Detalhar a venda	3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outros: _____	
Bov. Corte					
Bov. Leite					
Aves Corte					
Aves Postura					
Suínos					
Capr. /Ovinos					
Abelhas(caixas)					
Outro					

***Registrar a informação conforme dada pelo agricultor.**

**** Pode ser mais de uma alternativa.**